



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

34
BB

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACAREÍ
P.P.I.C. 128/2005 – CIDADANIA

JUNTADA

Em 30 de janeiro de 2006, junto a estes autos resposta da Câmara Municipal de Jacareí, referente ao ofício 28/06 – 2ª PJ, protocolo n.º 113/06. Eu, BB Bianca Rodrigues Barone da Silva, Oficiala de Promotoria, digitei e subscrevi.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP
PALÁCIO DA LIBERDADE

MLJ

Ofício n.º 004/01/2006-CMS

Jacareí, 27 de janeiro de 2006.

Ref.: Ofício n.º 28/2006-2ª PJ Jacareí.

Excelentíssimo Senhor,

Servimo-nos do presente para encaminhar a Vossa Excelência, conforme solicitado no ofício em epígrafe, de 16.01.06, referente ao Procedimento Preparatório de Inquérito Civil (PPIC) n.º 128/2005-Cidadania, cópia do Decreto Legislativo n.º 255, de 16.12.05, e do Processo n.º 182/2005, de 17.10.05, que deu origem ao referido decreto, bem como toda a documentação original do procedimento do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre o julgamento das contas do Município do exercício de 2001, composta por:

- PROCESSO ORIGINAL (TC-1932/026/01) – 2 volumes e 7 anexos;
- ACESSÓRIO 1 – Ordem Cronológica de Pagamentos (TC-1932/126/01) – 1 volume;
- ACESSÓRIO 2 – Aplicação no Ensino (TC-1932/226/01) – 3 volumes; e
- ACESSÓRIO 3 – Lei de Responsabilidade Fiscal (TC-1932/326/01) – 1 volume.

Sendo o que se nos cumpria, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos de nossa perfeita estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

ANTONIOS YOUSSEF RAAD JÚNIOR
Presidente

À Sua Excelência, o Senhor

DR. LAFAIETE RAMOS PIRES

PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JACAREÍ

Em mão



30610/026/01
31815/026/01
10000/03-02
11 845/01

VOLI

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONTAS - PREFEITURA MUNICIPAL

ELHEIRO

ROBSON MARINHO

16/08



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

17
BB

TC: 2010000001901 / 036 / 01

DATA: 01

SPAL DIRETORIA TÉCNICA DA C.F.

W. CORDALIS / 2100 PROTOCOLANTES E AUT. DE 1ª PARCELA
PROCESSO, QUE ABREVIADA A PRESTACAO DE CONTAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREI
RELATIVO AO EXERCICIO DE 2001.

D.S.-4. 50 01 / 01 / 2001

[Handwritten Signature]
AURA ALI A. VASCO-DE DE CARA
AGENTE FISC. FINANÇEIRO
CHEFE SECT.

VISTO,
ENCAMINHE-SE AO D.S.F.-1 E SE TRANSITE PELA PRESIDENCIA
DA PRESIDENCIA, PARA FINS DE DISTRIBUICAO.

D.S.F.-1 01 / 01 / 2001
[Handwritten Signature]
VALERIA S. D. A. JOHNSON
DIRETORIA TÉCNICA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

B
/BB

FL. 3

DISTRIBUICAO ALEATORIA DE PROCESSO

PROCESSO : 00000000001932 / 026 / 01

MATERIA TRATADA: CONTAS MUNICIPAIS

INTERESSADO : PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREI

OBJETO :

RELATOR : DR. RM ROBSON MARINHO

PROCESSO DISTRIBUIDO EM 31/01/2001, ATRAVES DE SISTEMA ALEATORIO E EQUITATIVO, CONFORME RELATORIO AUTENTICADO PELA PRESIDENCIA E ARQUIVADO NO GABINETE DA PRESIDENCIA SOB LOTE NUMERO 0000000004 E ORDEM 0000000018.

CLAUYMOU



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

19/06

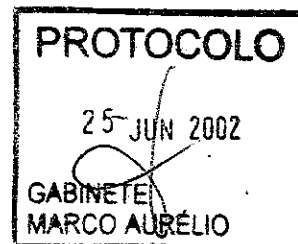
7ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

Gabinete do Diretor

Fls. n.º	4
Proc. n.º	TC 1932/026/01

São Paulo, 17 de junho de 2002

Ofício n.º 74/2002
G.D.F.-7



Senhor Prefeito,

Informo a Vossa Excelência, que os abaixo relacionados são funcionários deste Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e estão autorizados a proceder a fiscalização das contas do exercício de 2001, objeto do Processo n.º TC-1932/026/01, na conformidade das Instruções vigentes.

- Denilson de Alcântara
- Neide Massumi Okamoto Leonardi
- Sérgio Teruo Nakahara

Fica Vossa Excelência, desde já NOTIFICADO a acompanhar todos os atos de tramitação processual exercendo o direito de defesa, interpondo recursos cabíveis, quando for o caso, e o que mais for do interesse.

Desde logo, fica, também, NOTIFICADO de que todos os despachos e decisões tomados acerca de aludido processo serão publicados no Diário Oficial do Estado, na conformidade do artigo 90, da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Ao ensejo, renovo meus protestos de estima e consideração.

ALEXANDRE TEIXEIRA CARSOLO
Diretor Técnico

À Sua Excelência o Senhor
Marco Aurélio de Souza
DD. Prefeito Municipal de
JACAREÍ - SP

cmn

Ofício nº 036/02-SF/CONTAB

Em 22 de março de 2002.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Temos a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para que seja submetida à apreciação desse Egrégio Tribunal de Contas do Estado, por sua seção municipal, a Prestação de Contas desta Prefeitura Municipal, relativo ao exercício financeiro de 2001.

O presente **RELATÓRIO DE ATIVIDADES**, que analisa os principais aspectos da gestão econômico-financeiro desta Prefeitura, vai acompanhado dos seguintes documentos:-

- I- Relatório de atividades desenvolvidas e dados estatísticos, na seguinte apresentação:
 - a) atividades desenvolvidas: exposição sobre as demonstrações contábeis e seus resultados, e as principais realizações nas diversas áreas do governo municipal;
 - b) dados estatísticos:
- II- Certidão dos responsáveis por período de gestão, afastamentos e substituições :- Prefeito, Controle Interno, Tesouraria, Almoxarifado, Patrimônio;
- III- Cópia da Lei de fixação dos subsídios , e folhas de pagamentos mensais dos Srs. Prefeito e Vice-Prefeito;
- IV- Balanço Orçamentário;
- V- Balanço Financeiro;
- VI- Demonstrativo das Variações Patrimoniais;
- VII- Balanço Patrimonial;
- VIII- Balanço Patrimonial de 2000;
- IX- Comparativo da Receita Orçada com a Arrecada;
- X- Comparativo de Despesa Autorizada com a Realizada;
- XI- Demonstrativo da Dívida Fundada Interna;
- XII- Demonstrativo da Dívida Flutuante;
- XIII- Demonstrativo da Despesa e Receita segundo as categorias econômicas;
- XIV- Demonstrativo da Despesa por Funções, Programas e Sub programas;
- XV- Quadro consolidado das despesas por categoria econômica;
- XVI- Cópia do boletim de caixa e bancos de 30 (trinta) de dezembro,destacando as contas vinculadas ao FMS e respectiva conciliação bancária;
- XVII- Relação de Restos a Pagar, identificado os valores processados e não processados, destacado os vinculados à manutenção do ensino;
- XVIII- Balancete da despesa e receita do mês de dezembro de 2001, inclusive dos fundos especiais;
- XIX- Certidão expedida pelo C.R.C. - SP, para comprovar a habilitação profissional do responsável pelos Balanços e Demonstrativos;
- XX- Relação das desincorporações de bens móveis e imóveis, (declaração negativa);
- XXI- Relação das licitações realizadas, separadas por modalidade, constando nº do processo, nº da licitação, data da abertura, objeto, vencedor(es), valor e data de eventual contrato;
- XXII- Relação das despesas efetuadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação, nos casos enquadrados na exigência de ratificação do ato(artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações), constando nº do processo, data da abertura, objeto, fornecedor e data da publicação da ratificação;

- XXIII-** Relação dos contratos de concessão e permissão de serviços públicos, em vigor no exercício em exame, constando contratado, objeto, data de início e encerramento do ajuste, órgão, comissão ou responsável pela fiscalização da execução do ajuste e resumo das principais ocorrências;
- XXIV-** Relação dos auxílios, subvenções e contribuições recebidos do Estado, constando órgão(ãos) concessor (es), objeto(s), valor (es) e data (s) de recebimento (s);
- XXV-** Relação dos auxílios, subvenções concedidos pela Prefeitura no exercício, contendo nome da Entidade recebedora, respectivo valor e data do recebimento;
- XXVI-** Relação dos empréstimos, financiamentos e operações de crédito firmados, inclusive os por Antecipação da Receita Orçamentária (ARO) (declaração negativa);
- XXVII-** Relação de pagamentos efetuados à conta de precatórios judiciais, da qual consta origem da ação, valor e data de pagamentos;
- XXVIII-** Declaração negativa de carteira de ações;
- XXIX-** Declaração negativa da venda de ações;
- XXX-** Declaração negativa da colocação de TÍTULOS da dívida pública no Mercado Financeiro;
- XXXI-** Cópia das leis orçamentárias e de diretrizes orçamentárias, plano plurianual e quadro demonstrativo dos créditos adicionais de conformidade com o anexo 10;
- XXXII-** Declaração sobre a existência de fundação e autarquias;
- XXXIII-** Relação dos adiantamentos concedidos no exercício em exame;
- XXXIV-** Cópia das publicações dos relatórios resumidos da execução orçamentária;
- XXXV-** Cópia da publicação anual dos valores dos subsídios e das remunerações dos cargos e empregos públicos;
- XXXVI-** Demonstrativo anual das despesas realizadas de acordo com a sua natureza, conforme o artigo 70 Lei Federal nº 9.394/96, com a indicação individualizada daquelas efetuadas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério e aquelas executadas com recursos próprios e de transferências, não vinculadas ao Fundo;
- XXXVII-** Pareceres anuais do Conselho sobre o acompanhamento e o controle social da repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério;
- XXXVIII-** Cópia da norma instituidora do Conselho a que se refere o artigo 4º da Lei Federal nº 9.424/96;
- XXXIX-** Cópia da norma instituidora do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério;
- XL-** Cópia do termo de convênio e respectiva lei autorizadora da municipalização, parcial ou total, do ensino;
- XLI-** Cópia da Lei Municipal que regulamenta a realização de despesas sob o regime de adiantamento;
- XLII-** Cópia da Lei Orgânica e Código Tributário Municipal;
- XLIII-** Cópia do Plano Municipal de Saúde e sua respectiva aprovação pelo CMS – Conselho Municipal de Saúde (art.1º, I, das Instruções 01/01);
- XLIV-** Cópia da Lei de criação do FMS – Fundo Municipal de Saúde (art. 1º, II, das Instruções 01/01);
- XLV-** Cópia da portaria que habilitou o Município no modelo de atenção e da gestão do SUS – Sistema Único de Saúde (art. 1º, VI, das Instruções 01/01);

- XLVI-** Certidão contendo a Composição do CMS, bem como sua respectiva representatividade distribuída entre usuários, trabalhadores de saúde e prestadores de serviços (art.1º VII, as Instruções 01/01);
- XLVII-** Cópia dos pareceres do CMS sobre as fiscalizações e acompanhamento do desenvolvimento das ações e serviços da saúde (art.1º, Inciso VIII, das Instruções 01/01);
- XLVIII-** Declaração expedida pelo CMS indicando se foram apreciadas eventuais denúncias, consultas sobre assuntos pertinentes às ações e serviços da saúde ou declaração negativa (art.1º, IX, das Instruções 01/01);
- XLIX-** Cópia das atas das audiências públicas trimestrais realizadas nas Câmaras dos Vereadores para apreciação dos relatórios financeiros e operacionais da Saúde (art.1º, X, das Instruções 01/01);
- L-** Relatórios do SIOPS – Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde, do Ministério da Saúde, em substituição aos documentos exigidos no art. 1º, XIII, e XIV, das Instruções nº 01/01, a saber:
 - LI-** Relatório de Receitas Municipais;
 - LII-** Relatório de Receitas de Saúde – Administração Indireta, se houver;
 - LIII-** Relatório consolidado de despesas com saúde;
 - LIV-** Relatório de Despesas com Saúde – Administração Indireta, se houver;
 - LV-** Carta redigida aos Conselheiros Municipais de Saúde, devidamente assinada pelo Presidente do Conselho, acusando o recebimento.

Os resultados constantes dos documentos relacionados, com suas peças analíticas complementares, objetivam oferecer condições para uma ampla visão da situação econômico-financeiro, que, de modo geral reflete toda a ação administrativa desta Prefeitura.

A execução orçamentária em consonância com os dispositivos da Lei 4.320 de 17 de Março de 1.964, QUE ESTATUI NORMAS DE DIREITO FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO E CONTROLE DOS ORÇAMENTOS E BALANÇOS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL.

Assim sendo passamos à análise do Balanço Geral de 2001 em seus aspectos orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial.

I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

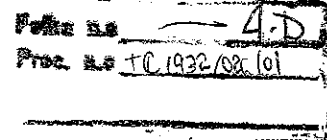
A Lei Municipal n.º 4.412 de 21 Dez 00. , que aprovou o orçamento para o exercício que se examina, estimou a **RECEITA** no valor de R\$ 136.682.100,00 (Cento e trinta e seis milhões, seiscentos e oitenta e dois mil e cem reais e fixou a **DESPESA** na importância de R\$ 134.182.100,00 (Cento e trinta e três milhões, cento e setenta e nove mil e cem reais) ficando previsto, portanto, um superávit orçamentário no valor de R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais).

1- RECEITA

1.1 - Execução Orçamentária

PMJ - Prefeitura Municipal de Jacaré

Jacaré - Estado de São Paulo



A receita orçamentária efetivamente arrecadada foi da ordem de R\$ 142.424.474,77 (Cento e quarenta e dois milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e setenta e sete centavos). Verificando-se, pois, uma arrecadação a maior de R\$ 5.742.374,77 (cinco milhões, setecentos e quarenta e dois mil, trezentos e setenta e quatro reais e setenta e sete centavos).

2 - DESPESA

2.1 - Execução Orçamentária

Na execução orçamentária da despesa, acrescentou-se o valor de R\$ 2.462.000,00 (Duzentos e oitenta e sete mil e quatrocentos e trinta e nove reais), proveniente de créditos adicionais, como segue:-

Suplementares	R\$ 1.220.312,71
Especiais	R\$ 1.241.687,29

Os recursos utilizados na oportunidade, para abertura desses créditos, foram os seguintes:-

Excesso de arrecadação	R\$ 2.462.000,00
------------------------	------------------

Depois de alterada pelos créditos abertos , a despesa orçamentária autorizada passou a ser de R\$ 136.644.100,00 (Cento e trinta e seis milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil me cem reais), porém a despesa empenhada no exercício atingiu a cifra de R\$ 134.712.488,92 (Cento e trinta e quatro milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos), resultando uma despesa efetivamente inferior à fixada em R\$ 1.931.611,08 (Um milhão, novecentos e trinta e um mil, seiscentos e onze reais e oito centavos).

O movimento da despesa assim se resume:-

FIXADAS	EMPENHADA	DIFERENÇAS
R\$ 136.644.100,00	R\$ 134.712.488,92	R\$ 1.931.611,08

Em melhor explicação, assim se apresenta:-

Despesa Fixada	R\$ 134.182.100,00
MAIS	
Aumento por créditos adicionais	R\$ 2.462.000,00
SOMA	R\$ 136.644.100,00
MENOS	
Despesa Autorizada	R\$ 136.644.100,00
(-) Despesa Empenhada	R\$ 134.712.488,92
ECONOMIA DE DOTAÇÕES	R\$ 1.931.611,08

3 - RESULTADO DA EXECUÇÃO

PMJ - Prefeitura Municipal de Jacaré

Jacaré - Estado de São Paulo

2A
BB
4-E
Folha n.º
Proc. n.º TC 1932/026/01

Resumindo-se a execução orçamentária, como abaixo, vamos verificar que exercício em exame, apresentou um **SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO** na ordem de R\$ 7.711.985,85 (Sete milhões, setecentos e onze mil, novecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), a saber:-

Arrecadação da Receita:-

Para mais	R\$ 5.742.374,77
Economia de Dotações	R\$ 1.931.611,08
SOMA	R\$ 7.673.985,85
MAIS	
Superávit orçamentário	R\$ 2.500.000,00
MENOS	
Créditos Adicionais abertos sem a conseqüente redução ou anulação de dotações orçamentárias	R\$ 2.462.00,00
Superávit da Execução orçamentária	R\$ 7.711.985,85
Em outra explicação, assim se resume o resultado do exercício:-	
RECEITA	
Orçamentária	R\$ 142.424.474,77
DESPESA	
Orçamentária e Suplementar	R\$ 133.851.887,04
Créditos Especiais	R\$ 860.601,88
SOMA	R\$ 134.712.488,92
SUPERÁVIT	R\$ 7.711.985,85

II - BALANÇO FINANCEIRO

1 - RECEITA

1.1 - Execução Financeira

As operações orçamentárias das receitas arrecadadas por fontes, alcançaram no exercício a cifra de R\$ 142.424.474,77 (Cento e quarenta e dois milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e setenta e sete centavos) assim distribuídos por categorias econômicas:

Receitas Correntes	R\$ 142.024.910,74
Receitas de Capital	R\$ 399.564,03
SOMA	R\$ 142.424.474,77

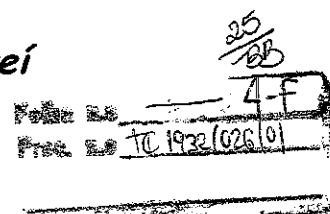
2 - DESPESA

2.1 - Execução Financeira

As operações orçamentárias das despesas realizadas por Funções de Governo, somaram R\$ 134.712.488,92 (Cento e trinta e quatro milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos), conforme demonstra a seguir:-

PMJ - Prefeitura Municipal de Jacaré

Jacaré - Estado de São Paulo



Receita Orçamentária Arrecadada	R\$ 142.424.474,77
(-) Despesa Orçamentária Empenhada	R\$ 134.712.488,92
Superávit Verificado	R\$ 7.711.985,85

As disponibilidades líquidas do Caixa e Bancos, que formam transferidas do exercício anterior, totalizaram a importância de R\$ 1.783.665,43 (Um milhão, setecentos e oitenta e três mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e quarenta e três centavos), que se demonstra da seguinte forma:-

Saldo no início do exercício	R\$ 1.783.665,43
Receita Orçamentária	R\$ 142.424.474,77
Receita Extra Orçamentária	R\$ 9.337.816,84
SUB TOTAL	R\$ 151.762.291,61
SOMA	R\$ 153.545.957,04
MENOS	
Despesa Orçamentária	R\$ 134.712.488,92
(-) Resto a Pagar C/ Part. Emp. a Pagar	R\$ 14.678.968,24
SOMA	R\$ 120.033.520,68
(+) Despesa Extra Orçamentária	R\$ 20.563.476,04
SUB TOTAL	R\$ 140.596.996,72
SALDO DISPONÍVEL EM 30 DEZ 1999 2001	R\$ 12.948.960,32

Os saldos de Caixas e Bancos no valor R\$ 12.948.960,32 (Doze milhões, novecentos e quarenta e oito mil, novecentos e sessenta reais e trinta e dois centavos), coincide com os existentes no grupo 'Disponível' do Balanço Patrimonial o que demonstra a sua exatidão.

III - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (ECONÔMICO)

1 - VARIAÇÕES ATIVAS

1.1 - Resultante da Execução Orçamentária

1.1.1 - Receita Orçamentária

As operações das receitas orçamentárias alcançaram no exercício a importância de R\$ 142.424.474,77 (Cento e quarenta e dois milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e setenta e sete centavos)

1.1.2 - Mutações Patrimoniais

As mutações da despesa, por sua vez atingiram a cifra de R\$ 1.057.819,62 (Um milhão, cinquenta e sete mil, oitocentos e dezenove reais e sessenta e dois centavos).

1.2 - Independente da Execução Orçamentária

1.2.1 - Variações Econômicas

As variações independentes da execução do exercício, somaram R\$ 127.203.486,95 (Cento e vinte e sete milhões, duzentos e três mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e noventa e cinco centavos).

1.3 - Variações Ativas da Administração Indireta

As variações da administração indireta atingiram a importância de R\$ 47.432.026,60 (quarenta e sete milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, vinte e seis reais e sessenta centavos).

2 - VARIACÕES PASSIVAS

2.1 - Resultante da Execução Orçamentária

2.1.1 - Despesa Orçamentária

As operações das despesas orçamentárias atingiram no exercício o montante de R\$ 134.712.488,92 (Cento e trinta e quatro milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e oitenta e oito centavos).

2.1.2 - Mutações Patrimoniais

As mutações da receita, por sua vez alcançaram o valor de R\$ 1.939.611,60 (Hum milhão, novecentos e trinta e nove mil, seiscentos e onze reais e sessenta centavos).

2.2 - Independente da Execução Orçamentária

2.2.1 - Variações Econômicas

As variações independentes da execução no exercício, somaram R\$ 27.484.386,26 (Vinte e sete milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, trezentos e oitenta e seis reais e vinte e seis centavos).

2.3 - Variações Passivas da Administração Indireta

As variações passivas da Administração Indireta, atingiram a importância de R\$ 22.962.454,35 (Vinte e dois milhões, novecentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).

3 - RESULTADO DA EXECUÇÃO

O exercício encerrou-se com um resultado econômico positivo de R\$ 131.018.866,81 (Cento e trinta e um milhões, dezoito mil, oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta e um centavos).

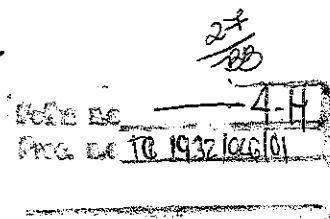
VARIACÕES ATIVAS

Resultante da Execução Orçamentária

Receita Orçamentária	R\$ 142.424.474,77
Mutações Patrimoniais	R\$ 1.057.819,62
Sub total	R\$ 143.482.294,39
<u>Independente da Execução Orçamentária</u>	
Variações Econômicas	R\$ 127.203.486,95

PMJ - Prefeitura Municipal de Jacareí

Jacareí - Estado de São Paulo



Variações Ativas da Administração Indireta	R\$ 47.432.026,60
Total variações ativas	R\$ 318.117.807,94
TOTAL GERAL	R\$ 318.117.807,94

VARIAÇÕES PASSIVAS

Resultante da Execução Orçamentária

Despesa Orçamentária	R\$ 134.712.488,92
Mutações Patrimoniais	R\$ 1.939.611,60
Subtotal	R\$ 136.652.100,52

Independente da Execução Orçamentária

Variações Econômicas	R\$ 27.484.386,26
----------------------	-------------------

Variações Passivas da Administração Indireta

Autarquias	R\$ 22.962.454,45
TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS	R\$ 187.098.941,23
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	R\$ 106.549.294,56
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO DAS AUTARQUIAS	R\$ 24.469.572,25
TOTAL GERAL	R\$ 318.117.808,04

IV - BALANÇO PATRIMONIAL

Este balanço foi levantado em obediência às normas legais e, em especial às estabelecidas na Lei n.º 4.320/64 compreendendo Ativo e Passivo.

Para melhor esclarecimento dos elementos que compõe este balanço, devemos examinar o anexo n.º 13, que integra esta peça.

1 - ATIVO

1.1 - Ativo Financeiro

Este grupo representa os critérios e valores cuja a movimentação independe de autorização orçamentária, inclusive os valores numerários.

1.1.1 - Disponível

Representa este subgrupo o montante das disponibilidades em poder da Tesouraria, ou em forma de depósitos em bancos, de livre movimentação, como também, as quais para serem movimentadas obedecem as disposições legais, regulamentos ou contratos. Aqui encontramos os saldos de Bancos C/Movimento R\$ 2.145.469,12, Bancos C/ Vinculadas R\$ 3.924.045,18 e Bancos C/ Aplicação.

1.1.2 - Vinculado em C/C Bancária

Prejudicado

1.2 - Ativo Permanente

Este grupo representa os bens, créditos e valores que para serem movimentados ou alienados, dependem de autorização legislativa. Representa, também, a demonstração dos valores ativos das entidades autárquicas de Administração Indireta, incorporados ao Balanço Geral do Município por força de lei.

Encontramos nesse grupo os saldos das contas concernentes à Bens Móveis - R\$ 7.340.434,53; Bens Imóveis - R\$ 8.255.978,88; Bens de Natureza Industrial - R\$ 1.951.637,37; Créditos - R\$ 48.084.254,43 e Diversos - R\$ 3.572.299,41.

1.2 - Ativo Compensado

Prejudicado.

2 - PASSIVO

2.1 - Passivo Financeiro

Este grupo representa os compromissos exigíveis a curto prazo de débitos de natureza financeira, cuja a movimentação independe de autorização orçamentária. Suas contas demonstram os seguintes saldos:-

Restos a pagar	R\$ 28.359.620,49
Depósitos	R\$ 1.717.684,45

2.2 - Passivo Permanente

Representa este grupo as dívidas fundadas e outras que dependem de autorização legislativa, tanto para a sua formação ou constituição, quanto para seu resgate. Representa, também a demonstração dos valores passivos das entidades autárquicas de Administração Indireta, incorporados ao Balanço Geral do Município por força de lei.

2.2.1 - Dívida Fundada Interna

Este subgrupo representa o registro do compromissos a longo prazo, oriundos especialmente de operações de créditos ou financiamentos de bens e serviços contratados no país. Aqui encontramos o Saldo da Conta:-

Por Contratos	R\$ 14.610.158,61
---------------	-------------------

2.2.2 - Dívida Fundada Externa

Prejudicado.

2.2.3 - Diversos

Confissão de Dividas Passivas	R\$ 21.552.029,70
-------------------------------	-------------------

3 - RESULTADO DA EXECUÇÃO

Comparando-se a soma do Ativo Real com o Passivo Real do Balanço Patrimonial, encontramos um excesso do primeiro sobre o segundo na ordem de R\$ 119.865.134,10 (Cento e dezenove milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, cento e trinta e quatro reais e dez centavos), sendo o valor de R\$ 103.870.254,13 (Cento e três milhões, oitocentos e setenta mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e treze centavos), relativo ao Ativo Real líquido das Autarquias e o valor de R\$ 15.994.879,97 (quinze milhões, novecentos e noventa e quatro mil, oitocentos e setenta e nove reais e noventa e sete centavos), da Administração Direta.

SALDOS PATRIMONIAIS COMPARADOS

Superávit verificado no Exercício	R\$ 131.018.866,81
MENOS	
Passivo Real Descoberto no Exercício Anterior	R\$ 11.153.732,71
Ativo Real Líquido-Autarquias	R\$ 103.870.254,13
Ativo Real Líquido-Administração Direta	R\$ 15.994.879,97

Procuramos no presente relatório retratar os principais aspectos da gestão financeira do exercício ora encerrado, com clareza e objetividade, pondo-nos a disposição desse Egrégio Tribunal de Contas para outros esclarecimentos que se tornarem necessários.

Apresentamos a Vossa Excelência os protestos de nosso respeito e consideração.

Respeitosamente,


Marco Aurélio de Souza
Prefeito Municipal

EXMO. SR.
EDGARD CAMARGO RODRIGUES
Conselheiro Presidente do Egrégio
Tribunal de Contas do Estado de São Paulo
São Paulo - Capital



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

30/BB

Fl. n.º	5
Proc.	TC-1932/026/01

[Handwritten signature]

PROCESSO N.º: TC-1932/026/01

PREFEITURA: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

ASSUNTO: CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2001

PREFEITO: MARCO AURÉLIO DE SOUZA

PERÍODOS: 01/01/2001 A 30/06/2001
07/07/2001 A 12/10/2001
26/10/2001 A 31/12/2001

SUBSTITUTA LEGAL: MARIA CRISTINA DE PAULA MACHADO
VICE PREFEITA

PERÍODOS: 01/07/2001 A 06/07/2001
13/10/2001 A 25/10/2001

RELATOR: DR. ROBSON MARINHO

INSTRUÇÃO: DF-7.4

(Certidões às fls. 3/4 do Anexo).

Senhor Agente da Fiscalização Financeira - Chefe,

Tratam estes autos das contas apresentadas a este Tribunal em face do que dispõe o artigo 24, § 1º, da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993.

O resultado da fiscalização "in loco", realizada através de testes, bem como sobre outras verificações procedidas, acha-se apresentado em itens próprios deste relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 6
Proc. TC-1932/026/01

1 PLANEJAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

- PLANO PLURIANUAL - PPA
- LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO
- LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA

Da análise da legislação do Município, verificamos que o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual foram elaborados, porém, houve descumprimento dos requisitos obrigatórios previstos no artigo 165, § 1º da Constituição Federal, na forma descrita abaixo:

- o Plano Plurianual relativo ao período de 1998/2001 foi elaborado sem a valoração das despesas conforme quadro às fls. 5/7 do Anexo, inviabilizando o controle e acompanhamento orçamentário, bem como a medição do grau de realização das diretrizes, objetivos e metas no decorrer do período a que se refere.

2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	%
Receitas Correntes	133.082.100,00	142.024.910,74	99,72
Receitas de Capital	3.600.000,00	399.564,03	0,28
Total	136.682.100,00	142.424.474,77	100,00
DESPESAS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	%
Despesas Correntes	131.700.227,25	130.437.138,13	91,59
Despesas de Capital	4.943.872,75	4.275.350,79	3,00
Total	136.644.100,00	134.712.488,92	94,59
Resultado da Execução		7.711.985,85	5,41

(fls. 8 do Anexo).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 7
Proc. TC-1932/026/01

Verificamos que o fator favorável para a ocorrência do superávit anteriormente demonstrado foi a edição da Emenda Constitucional número 30, que possibilitou o parcelamento, em 10 anos, de parte dos débitos originários de precatórios.

O superávit orçamentário obtido pelo Município foi utilizado para amortização das dívidas oriundas de exercícios anteriores, onde há dificuldades para a administração municipal na gestão dos correspondentes passivos, situação que foi levada à publicação na imprensa regional (fls. 9/11 do Anexo).

2.2 DAS RECEITAS

Apresentamos abaixo, quadros demonstrativos da receita prevista e a realizada no exercício em análise e nos três exercícios anteriores (fls. 12/14 do Anexo):

EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
	Receita prevista	Receita realizada	Resultado
1998	R\$145.832.200,00	R\$ 102.746.330,91	-43.085.869,09
1999	R\$116.546.783,00	R\$ 109.481.636,08	-7.065.146,92
2000	R\$110.401.306,00	R\$ 132.168.325,36	21.767.019,36
2001	R\$136.682.100,00	R\$ 142.424.474,77	5.742.374,77
2002	R\$192.596.000,00		



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 8
Proc. TC-1932/026/01

Constatamos o cumprimento do art. 162 da Constituição Federal (publicação do Montante dos tributos arrecadados).

Para o exercício em exame a receita arrecadada foi maior que a prevista em R\$ 5.742.374,77, correspondendo a 4,20% desta, indicando estimativa a menor da receita, no entanto, entendemos que não houve ilegalidade, tendo em vista que a receita prevista para 2001 esteve próxima daquela realizada no exercício anterior conforme se pode constatar no quadro retro demonstrado.

2.2.1 - RENÚNCIA DE RECEITAS

De acordo com a análise efetuada no órgão auditado, verificamos ter havido concessão de benefício de natureza tributária da qual tenha decorrido renúncia de receita, com a observância das condições previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (documentos arquivados na Seção).

2.2.2 DÍVIDA ATIVA

Demonstramos a seguir, a situação da dívida ativa do Município:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 9
Proc. TC-1932/026/01

Saldo do exercício anterior.	R\$	33.161.375,58
(+) Inscrições no exercício em exame.	R\$	17.581.603,13
Subtotal	R\$	50.742.978,71
(-) Cobranças no exercício.	R\$	(1.939.611,60)
(-) Cancelados no exercício em exame.	R\$	(719.112,68)
(=) Saldo final do exercício.	R\$	48.084.254,43

(fls. 15/22 do Anexo).

A inscrição da dívida ativa no exercício correspondeu a 93,83%, em relação à receita arrecadada (tributária + industrial), que foi de R\$ 18.738.475,46 (fls. 23/27 do Anexo).

Demonstramos abaixo a evolução do saldo da dívida ativa nos últimos três exercícios:

	1999 (fls. 28 do Anexo)		2000 (fls. 16 do Anexo)		2001 (fls. 20 do Anexo)	
Saldo Final do exercício	R\$	32.770.486,72	R\$	33.161.375,58	R\$	48.084.254,43

Em relação ao exercício anterior, verificamos a ocorrência de acréscimo do saldo apurado correspondente a 45,00%.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 10
Proc. TC-1932/026/01

2.3 DAS DESPESAS

Informamos que o demonstrativo das despesas realizadas por função/subfunção a que se refere o artigo 52, inciso II, alínea "c" da LRF, integra a documentação do ACESSÓRIO 3 que acompanha estes autos.

Tendo em vista que as despesas realizadas representaram 98,59% do valor fixado (item 2.1 deste relatório), houve uma economia orçamentária de 1,41%, não havendo desequilíbrios em relação à sua execução.

2.3.1 DESPESAS COM SAÚDE

Os exames efetuados "in loco" evidenciaram o atendimento do disposto no § 1º do artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo sido aplicado 22,59% do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 (impostos diretamente arrecadados) e dos recursos de que tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b" e seu § 3º da Constituição Federal (transferências constitucionais), nas ações e serviços públicos de saúde, conforme quadro a seguir:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 11
Proc. TC-1932/026/01

A) RECEITAS (base de cálculo-fls. 23/27 do Anexo) 114.242.809,81

TOTAL DAS DESPESAS EMPENHADAS NO PROGRAMA SAÚDE (Função 10) - fls. 29/32 do Anexo		34.154.825,70
(-) Receitas Adicionais da Saúde - valor aplicado (fls. 33 do Anexo)		8.351.889,95
(-) Cancelamento de Restos a Pagar da Saúde		0,00
(-) Rendimentos Financeiros das Contas Bancárias da Saúde		0,00
(-) Outras exclusões da Auditoria		0,00
B) TOTAL DAS DESPESAS		25.802.935,75
(-) Percentual de aplicação em ações e serviços de saúde		22,59

Tabela Progressiva de Gastos Mínimos na Saúde - Municípios			
Exercício	Valor Aplicado	% Aplicado	% Mínimo
2000	(fls. 34 do Anexo) 21.984.733,08	22,04%	15%
2001	25.802.935,75	22,59%	15%

Constatamos a existência do Conselho Municipal de Saúde, nos termos do disposto na Lei Federal n.º 8.142/90, tendo cumprido suas atribuições.

Verificamos a existência do Fundo Municipal de Saúde, nos termos do disposto no § 3º do art. 77 do A.D.C.T.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

37
AB

Fl. n.º	12
Proc.	TC-1932/026/01

2.3.2- DESPESAS COM AUXÍLIOS/SUBVENÇÕES/CONTRIBUIÇÕES

2.3.2.1 - CONCEDIDOS

Foram formalizados 2 processos específicos: TC 23405/026/02, onde constatamos a regularidade da matéria e trataremos da proposta de quitação das entidades beneficiadas, e TC 23406/026/2002, com proposta de irregularidade.

2.3.2.2 - RECEBIDOS

A relação dos auxílios, subvenções e contribuições recebidos encontra-se às fls. 35 do Anexo. As prestações de contas já foram apresentadas aos órgãos concessionários, conforme comprovantes juntados às fls. 36/40 do Anexo.

2.3.3 - DESPESAS COM PRECATÓRIOS

Do exame procedido, verificamos o cumprimento do disposto no § 1º do artigo 100 da Constituição Federal, estando incluídas no orçamento, dotações necessárias ao pagamento de débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho do exercício anterior, bem como efetuando seu pagamento até o final do exercício em exame (documentos arquivados na Seção).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 13
Proc. TC-1932/026/01

2.3.4 - LICITAÇÕES

Durante o exercício examinado ocorreram as seguintes licitações:

CERTAMES	REALIZADOS	EXAMINADOS "IN LOCO"	%
Convite	167	31	18,56
Tomada de Preços	37	08	21,62
Concorrência	07	02	28,57
Leilão	01	01	100,00
Concurso	00	00	0,00
TOTAL	212	42	19,81

(Relação das licitações às fls. 41/73 do Anexo).

Verificamos, ainda, a realização de processos de contratações mediante dispensa e inexigibilidade de licitação, com base no disposto no artigo 26 da Lei Federal nº 8666/93.

No exame realizado foram constatadas as seguintes irregularidades:

CONVITE Nº 38/2001 (FLS. 74/81 DO ANEXO)

Este certame teve como objeto a contratação de reforma de prédio, com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e material, no entanto, foi exigida dos fornecedores, aptidão com descrição técnica da execução de obra de "pavimentação", causando disparidade entre o serviço a ser prestado e a exigência de qualificação técnica, infringindo o inciso II do artigo 30 da Lei 8666/93.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

39
BB

Fl. n.º	14
Proc.	TC-1932/026/01

[Handwritten signature]

CONTRATAÇÕES SEM LICITAÇÃO

Foram contratados, sem licitação, fornecimentos de diversos materiais, com base no inciso IV do artigo 24 da Lei 8666/93, onde se invoca situação de emergência.

Observamos, porém, que tais contratações vêm se tornando rotina na Prefeitura Municipal de Jacareí e, tendo em vista que, pela natureza dos materiais, havia possibilidade de previsão antecipada das compras, entendemos que a situação de emergência se descaracterizou, tendo sido causada pela omissão do administrador público, o qual se absteve de proceder o devido planejamento.

Como exemplos, citamos as seguintes situações:

- Expediente Municipal 033/2001 - Aquisição de kits para laboratório e material odontológico no valor de R\$ 58.727,55 (fls. 82/86 do Anexo);
- Expediente Municipal 003/2001 - Contratação emergencial para aquisição de peças e óleo lubrificante para veículos e equipamentos no valor de R\$ 15.932,06 (fls. 87/90 do Anexo);
- Expediente Municipal 014/2001 - Aquisição de medicamentos e kit para exames de laboratório no valor de R\$ 191.848,63 (fls. 91/94 do Anexo);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

40
BB

Fl. n.º	15
Proc.	TC-1932/026/01

[Assinatura]

- Expediente Municipal 01/2001 - Aquisição de 90.000 litros de óleo diesel no valor de R\$ 64.800,00 (fls. 95/98 do Anexo).

FALTA DE PUBLICAÇÃO DO JULGAMENTO NAS LICITAÇÕES DE MODALIDADE CONVITE

Constatamos que não foram publicadas as decisões de julgamento das licitações de modalidade convite.

Tais publicações não seriam necessárias caso todos os participantes estivessem presentes, conforme previsto no §1º do artigo 109 da Lei 8666/93, porém não foi o que ocorreu, conforme exemplificamos mediante os Convites 015/01 e 020/01 (atas de julgamento às fls. 99/100 do Anexo).

ADOÇÃO DE MODALIDADE DE LICITAÇÃO "CREDENCIAMENTO"

Verificamos que a Prefeitura Municipal de Jacareí infringiu o artigo 22 da Lei 8666/93, ao adotar a modalidade de licitação "Credenciamento", tendo em vista que tal modalidade não está prevista no diploma legal retro mencionado.

Como exemplo citamos o Credenciamento nº 001, relativo a serviços artísticos de apresentações de



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º	16
Proc.	TC-1932/026/01

[Handwritten signature]

Escolas de Samba (fls. 101/105 do Anexo) e o Credenciamento nº 003, relativo à contratação de empresa especializada para realização de exames médicos (fls. 106/112 do Anexo).

2.3.5 - CONTRATOS

Em cumprimento ao disposto no artigo 9º das Instruções nº 2, foram encaminhadas as relações dos contratos ou atos jurídicos análogos de valor inferior ao limite estipulado no artigo 4º destas Instruções.

Efetuamos, mediante amostragem, o exame dos contratos firmados no exercício de 2001 e, por intermédio de denúncias, foram constatadas irregularidades, as quais estão sendo tratadas no item 6 deste relatório.

2.3.6 ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Informamos que, nos termos da Ordem de Serviço SDG nº 2/98, a auditoria procedeu à instrução do Processo Acessório - 1, TC - 1932/126/01, que acompanha este relatório de contas, onde demonstramos que houve quebra da ordem cronológica de pagamentos no exercício de 2001, tendo a Prefeitura infringido o artigo 5º da Lei 8666/93 pela não



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 17
Proc. TC-1932/026/01

publicação das devidas justificativas nos meses de fevereiro, março, junho, julho, agosto e outubro.

Constatamos, também, que no mês de abril foi encaminhado relatório em desacordo com o previsto no artigo 16 das Instruções nº 2 do E. Tribunal.

2.3.7 - DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ARRECADADOS COM MULTAS DE TRÂNSITO

VALOR ARRECADADO COM MULTAS DE TRÂNSITO	2.827.660,93
VALOR APLICADO, CONFORME ARTIGO 320 DO CTB/LEI 9503/97	2.391.850,73
PERCENTUAL APLICADO	84,59%

Constatamos que a Prefeitura não cumpriu as disposições do artigo 320 da Lei Federal nº 9.503, de 23.03.97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, faltando a aplicação dos recursos (fls. 125-A/125-H do Anexo).

2.3.8 - OUTRAS DESPESAS IRREGULARES

Examinamos por amostragem as despesas realizadas pela Prefeitura Municipal de Jacareí, durante o exercício de 2001 e constatamos, por intermédio da denúncia corporificada no TC 14895/026/01, que houve a realização de despesas com serviços de adequação de aterro sanitário não previstas em contrato e sem aprovação do órgão estadual competente (fls. 113/124-F do Anexo), assunto que está sendo tratado no item 6 deste relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 18
Proc. TC-1932/026/01

3- PESSOAL

3.1 - QUADRO DE PESSOAL

Demonstramos a seguir o quadro de pessoal existente no encerramento do exercício (fls. 126 do Anexo):

NATUREZA DO CARGO	CARGOS		OCUPADOS		VAGOS	
	2000	2001	2000	2001	2000	2001
ESTATUTÁRIOS	5152	5114	3605	3315	1547	1799
CELETISTAS	0	199	0	199	0	0
COMISSÃO INTERNA	0	67	0	67	0	0
COMISSÃO EXTERNA	297	297	1	136	296	161
TOTAL	5449	5677	3606	3717	1843	1960

TEMPORÁRIOS	2000	2001	POSIÇÃO 31/12/01
Nº CONTRATADOS	3	124	51

Verificamos que, em 2001, persistiu a situação irregular que havia sido apontada pela UR-7 no relatório das contas anuais do exercício de 2000 - TC 2631/026/00, qual seja, a existência de 515 servidores não concursados e não estáveis, relacionados às fls. 127/146 do Anexo, que não contavam com 5 anos de serviços na data da promulgação da Constituição Federal de 1988, descumprindo o artigo 37, inciso II e o artigo 19 das Disposições Transitórias da Constituição Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 19
Proc. TC-1932/026/01

3.1.1 - RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS

- Processo Judicial 003863/2001 do TRT/15ª Região - expediente TC 31815/026/01;

Versa sobre comunicação feita a esta E. Casa pelo E. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, por intermédio da Excelentíssima Senhora Juíza Vice-Presidente, Dra. Irene Araiun Luz que vem informar a ocorrência de ilicitude praticada pela administração municipal na contratação da funcionária Nádia Regina Amorim, conforme denotam os autos do Processo Judicial Trabalhista nº 00.3863/2001.

O assunto está sendo tratado em sua integralidade no expediente retro mencionado, que acompanha o presente relatório.

- Expediente TC 2448/007/01;

O expediente em exame se refere à comunicação feita a esta E. Casa pela Excelentíssima Senhora Juíza de Direito da Vara do Trabalho de Jacareí, Dra. Arilda Cristiane Silva Paulo Calixto que, por intermédio do Ofício 869/2001, vem informar a ocorrência de ilicitude praticada pela administração municipal na contratação de Jussara Elena Brasil, conforme denotam os autos do Processo Judicial Trabalhista nº 01.562/2000-6.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º	20
Proc.	TC-1932/026/01

[Handwritten signature]

O assunto está sendo tratado em sua integralidade no expediente retro mencionado, que acompanha o presente relatório.

3.2 ADMISSÃO DE PESSOAL

No exercício fiscalizado foram admitidos servidores por intermédio de concursos públicos, cujas matérias estão sendo tratadas nos processos números TC 1005/007/99, 1003/007/99, 1000/007/99, 997/007/99, 995/007/99, 989/007/99, 1183/007/00, 2995/007/01, 2994/007/01, 2993/007/01, 23402/026/02, 23404/026/02 e 23403/026/02.

Verificamos ainda, a contratação de funcionários por tempo determinado, cuja matéria está sendo tratada no processo n° TC-23401/026/2002.

3.3 REGIME PREVIDENCIÁRIO

Constatamos a existência de Entidade Previdenciária, criada pela Lei Municipal n° 3.410 de 07/10/93, cuja matéria encontra-se tratada nos autos do TC n° 2735/026/01.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

46/BB
Fl. n.º 21
Proc. TC-1932/026/01

Observamos ainda que persiste a irregularidade apontada pela UR-7 no relatório das contas anuais do exercício de 2000 - TC 2631/026/00, qual seja, há servidores não estáveis abrangidos pelo regime previdenciário próprio, infringindo o inciso V, do artigo 1º, da Lei Federal nº 9.717, de 27/11/98 (fls. 127/146 do Anexo).

3.4 ENCARGOS SOCIAIS

Constatamos que os recolhimentos dos Encargos Sociais se encontravam na seguinte situação:

I.N.S.S.: recolhimentos efetuados.

F.G.T.S.: recolhimentos efetuados.

PREVIDÊNCIA PRÓPRIA: recolhimentos efetuados.

3.5 - REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS

A remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários foi fixada pela Lei Municipal nº 4.368, de 17/10/2000 e pela Lei Municipal nº 4111, de 30/06/98 (fls. 147/150 do Anexo). De acordo com os cálculos elaborados não constatamos pagamentos a maior que o fixado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

47
BB

Fl. n.º	22
Proc.	TC-1932/026/01

[Handwritten signature]

4 ANÁLISE PATRIMONIAL

4.1 TESOURARIA, ALMOXARIFADO E BENS PATRIMONIAIS

Pelos testes efetuados, constatamos a sua regularidade.

4.2 - ANÁLISE DO RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial do órgão examinado, no exercício, foi de R\$ 131.018.866,81 (fls. 19 do Anexo) e constituíram fatores preponderantes para esse superávit, o cancelamento de Restos a Pagar (fls. 18 do Anexo), no montante de R\$ 73.397.306,52 (56,02% do superávit verificado), bem como a inscrição da dívida ativa (fls. 18 do Anexo) no montante de R\$ 17.581.603,13 (13,42% do superávit verificado) e a exclusão das dívidas junto ao Instituto de Previdência do Município (fls. 162 do Anexo) no valor de R\$ 15.810.172,36 (12,07% do superávit apresentado).

Quanto ao cancelamento de Restos a Pagar, a Prefeitura declara às fls. 163 do Anexo que os mesmos foram decorrentes de empenhos não processados.

Constatamos, entretanto, quanto às dívidas junto ao Instituto Municipal de Previdência, que parte delas foi excluída indevidamente das Demonstrações Financeiras Municipais (fls. 162 do Anexo I) e outra parte deixou de ser contabilizada, perfazendo, em 31/12/2001, o



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 23
Proc. TC-1932/026/01

valor de R\$ 24.240.339,01 (fls. 164/167), portanto, o resultado municipal está sobrevalorizado nessa quantia, no que se refere às demonstrações contábeis do exercício de 2001.

5 LIVROS E REGISTROS

Pelos testes efetuados, constatamos a sua regularidade.

6 DENÚNCIAS / REPRESENTAÇÕES.

Para verificação nas contas do exercício de 2001, chegou ao conhecimento deste E. Tribunal as ocorrências a seguir elencadas:

Expediente TC nº 390/007/2002

Trata o presente expediente de representação perante esta E. Casa feita por Pedro de Alcantara Motta, Munícipe de Jacareí, que vem informar a ocorrência de possível ilicitude praticada pela administração municipal na contratação da empresa Luiz Machado Jacareí - ME, relativa ao Convite 167/2001.

Alega o denunciante que não participaram licitantes em número suficiente e que, ao somar o valor dos serviços referentes ao objeto da contratação retro mencionada com o valor de outros da mesma natureza, verificou ter a Prefeitura ultrapassado o montante para o qual é exigível a



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

49
BB

Fl. n.º	24
Proc.	TC-1932/026/01

[Handwritten signature]

adoção da modalidade licitatória "Tomada de Preços", ocorrendo infringência ao §5º do artigo 23 da Lei 8666/93.

O assunto está sendo tratado em sua integralidade no expediente retro mencionado, que acompanha o presente relatório, onde nos manifestamos pela improcedência da representação pelo fato de os convites não pertencerem à mesma gestão orçamentária.

- **Expedientes TC's 29621/026/01 e 2759/007/01**

Trata-se de comunicação feita a esta E. Casa pelo Sr. Vereador Pedro de Alcântara Motta que vem informar a ocorrência de suposta ilegalidade praticada pelo executivo municipal no aditamento contratual com a Empresa Gazeta Mercantil Participações Ltda.

Alega o nobre edil que a empresa não possuía Certidão Negativa de Débito junto ao INSS, não podendo, portanto, aditar legalmente seu contrato com o setor público.

Expõe ainda que esta possível irregularidade teria sido constatada em licitação realizada pelo Município, qual seja, o Convite 85/2001 (fls. 12 do expediente em epígrafe).

O assunto está sendo tratado em sua integralidade no expediente retro mencionado, que acompanha o



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

50
30

Fl. n.º	25
Proc.	TC-1932/026/01

presente relatório, onde nos manifestamos pela improcedência da representação.

- **Expediente TC 30610/026/01**

Refere-se à denúncia feita a esta E. Casa pelo Sr. Vereador Pedro de Alcântara Motta (fls. 1/12 do expediente em epígrafe) que vem protestar contra a ocorrência de possível ilegalidade praticada pelo executivo municipal na contratação, sem licitação, do Instituto de Organização Racional do Trabalho- IDORT, relativa a serviços de consultoria para implementação da reforma administrativa das organizações da administração direta e indireta, contratação esta que teria sido motivada pelo fato de a entidade estar ligada ao partido político do Prefeito Municipal.

Manifestamos pela improcedência da representação, haja vista que a contratação foi justificada com base no artigo 24, inciso XIII, da Lei 8666/93 que permite a dispensa de licitação para o presente caso, tendo sido adotadas todas as formalidades legais exigidas por aquele diploma legal.

Quanto à possível vinculação, da entidade prestadora dos serviços, ao Partido Político do Prefeito Municipal, salientamos que a mesma existe desde o ano de 1934, quando a conjuntura político-partidária era outra, portanto, entendemos, que não houve vício na motivação no ato administrativo que deu origem à contratação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

51/BB
Fl. n.º 26
Proc. TC-1932/026/01

O assunto está sendo tratado em sua integralidade no expediente retro mencionado, que acompanha o presente relatório.

- Expediente TC 14895/026/01

Refere-se à comunicação feita a esta E. Casa pelo Exmo. Senhor Secretário de Assuntos Federativos da Presidência da República, Dr. João Faustino Ferreira Neto, que vem comunicar o recebimento por aquela pasta de correspondência enviada pelo Senhor Jorge Luiz Juknevicius que alega a ocorrência de ilegalidade levada a efeito pelos dirigentes municipais, constituindo competência de apreciação desta E. Corte, os seguintes atos pertinentes ao executivo:

- a) Instituição de obrigação para os servidores públicos municipais de contrair empréstimos junto ao Banco do Brasil em substituição ao 13º Salário dos mesmos, ficando a Prefeitura como garantidora;
- b) aumento do Salário do Prefeito, mesmo diante das dificuldades financeiras da comuna;
- c) prestação, sem contrato, de serviços de coleta de lixo domiciliar, hospitalar e industrial, serviços estes não fiscalizados pela Prefeitura, sem acompanhamento da pesagem do lixo pela Prefeitura para fins de cobrança;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 27
Proc. TC-1932/026/01

Na análise procedida entendemos, S.M.J., improcedentes as alegações relativas ao contrato de empréstimo aos servidores, tendo em vista que a Prefeitura apenas procede o desconto em folha de pagamento das parcelas devidas pelos funcionários à instituição financeira.

Quanto ao aumento do salário do Prefeito, o mesmo foi fixado em legislatura anterior e os pagamentos estão em conformidade com a Lei Municipal, portanto, não há que se falar em ilegalidade.

Já em relação à coleta de lixo, verificamos que não houve ilegalidade na pesagem dos materiais recebidos, no entanto, constatamos que foram prestados serviços de adequação do aterro sanitário pela mesma empresa encarregada da coleta do lixo, serviços esses não previstos em contrato e realizados sem a devida aprovação do projeto pelos Órgãos Estaduais Competentes, portanto, procedente em parte a denúncia.

O assunto está sendo tratado em sua integralidade no expediente retro mencionado, que acompanha o presente relatório.

7 ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL.

Verificamos que foram atendidas as recomendações, instruções e Lei Orgânica desta E. Casa, com



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º	28
Proc.	TC-1932/026/01

[Handwritten signature]

exceção da seguintes Irregularidades que se repetiram no exercício de 2001:

- artigo 15 das Instruções nº 2, quanto à falta de publicação dos pagamentos em que houve quebra na ordem cronológica e, também, quanto à falta de remessa das relações por fonte diferenciada de recursos;
- Instruções nº 1/00, no 3º quadrimestre, em relação ao preenchimento incorreto do Demonstrativo de Restos a Pagar e à falta de preenchimento da informação relativa a serviços de terceiros no Relatório de Gestão Fiscal;

8 ATENDIMENTO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - ACESSÓRIO 3 - TC 1795/326/01

A seguir informamos o apontado, após a fiscalização "in loco" quanto ao cumprimento da Lei Complementar nº 101/00:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 29
TC-1932/026/01
Proc.

TÍTULO

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	Verificado - R\$
Exercício de 1.999 (fls. 151 do	122.416.393,49
Exercício de 2.000 (fls. 152 do	138.234.267,66
Exercício de 2.001 (fls. 153-A do	159.430.739,62

GASTOS COM PESSOAL	Verificado-R\$	% RCL	% PERMITIDO
Exercício de 1.999 (fls. 151 do	59.916.852,75	48,94	
Exercício de 2.000 (fls. 152 do	71.715.940,73	51,88	53,83
Exercício de 2.001 (fls. 153 do	69.234.165,23	43,42	54,00
Despesas com Inativos e Pensionistas - exercício de 2001 (fls. 153-C do Anexo)	4.980.579,14	3,12	12,00

DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS	Verificado-R\$	% RCL	% PERMITIDO
Exercício 1.999 (fls. 154/156 do	25.305.202,23	20,67	
Exercício 2.001 (Exame (fls. 157/158 Anexo)			

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Verificado - R\$	%
Receita (fls. 8 do Anexo)	142.424.474,77	100,00
Despesa (fls. 8 do Anexo)	134.712.488,92	94,59
Resultado da Execução (fls. 8 do	7.711.985,85	5,41
Resultado Primário (fls. 159 do	15.990.992,08	11,23
Resultado Nominal (fls. 159 do	(23.154.939,22)	-16,26

ALIENAÇÃO DE ATIVOS	Verificado - R\$
Receita com alienação (fls. 160 do	0,00
(-) Despesa de capital (fls. 161 do	4.663.333,20
Resultado	(4.663.333,20)

DÍVIDA E ENDIVIDAMENTO	2.000	2.001	%
Dívida Consolidada (fls. 162 do	43.033.580,5	36.162.188,3	-15,97
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar (fls. 15 e 21 do	98.308.559,5	28.359.620,4	-71,15
Concessão de Garantias	0,00	0,00	0,00
ARO	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (fls. 162 do	43.033.580,5	36.162.188,3	-15,97
Observou o art. 12, §2º, da LRF.			SIM
Observou o art. 33, §3º, da LRF.			SIM
Observou o art. 37 da LRF			SIM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

55
88

Fl. n.º 30
Proc. TC-1932/026/01

TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA

Realização de Audiências Públicas-Art.9º. §4º e Art.48, § único	SIM
Publicidade dos Relatórios e Demonstrativos, conforme	SIM
Cumprimento do Art. 112 - LE 4320/64 e Art. 51, § 1º, inciso	SIM

Analisando o cumprimento da Lei Complementar nº 101/00, verificamos as seguintes ocorrências:

I) 1º Quadrimestre:

Não houve irregularidades.

II) 2º Quadrimestre

Ocorrência de estimativa subavaliada da Receita.

III) 3º Quadrimestre:

- Estimativa subavaliada da receita;
- Ausência de informação do Valor da Inscrição de Restos a Pagar do exercício em exame no Modelo VI - Demonstrativo dos Restos a Pagar e no Relatório de Gestão Fiscal - Modelo 10;
- Falta de informação dos valores de Serviços de Terceiros no Relatório de Gestão Fiscal;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 31
Proc. TC-1932/026/01

IV - ANÁLISE ANUAL REALIZADA "IN LOCO"

- Divergência no cálculo da Receita Corrente Líquida;
- demonstrativos contábeis confeccionados em desacordo com a Lei 4.320/64, causando dificuldades para apuração dos índices previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal e prejudicando totalmente a apuração dos valores relativos aos serviços de terceiros previstos no artigo 72 da LC 101/00;
- Concessão de subvenções sem lei específica, infringindo o artigo 26 da L.R.F.

9 - APLICAÇÃO NO ENSINO

ACESSÓRIO 2 - TC 1795/226/01

Título	Verificado - R\$	%
Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento	23.733.025,53	20,77
Ensino Fundamental - Art. 60 do ADCT	14.821.472,76	12,97
Aplicação na Valorização do Magistério- Art. 7º	7.381.682,97	92,05

Contas bancárias específicas para repasses decendiais-Art.69,	SIM
Plano de Carreira e Remuneração do Magistério - Art. 9º, LF	SIM
Conselho de Acompanhamento-Controle Social do FUNDEF - Art. 4º	SIM
Publicações trimestrais - recursos da educação-Art.256-	SIM
Restos a pagar com lastro financeiro	NÃO

Na análise procedida por esta auditoria foram detectadas as seguintes falhas:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 32
Proc. TC-1932/026/01

9.1 - EXCLUSÕES E INCLUSÕES INDEVIDAS

Em nosso exame "in loco" constatamos as seguintes irregularidades :

- inclusão indevida de despesas pela Prefeitura, não coincidentes com aquelas demonstradas nos balancetes contábeis, sendo:

Grupo de Despesa 3190: inclusão **a menor** de R\$ 458.794,05;

Grupo de Despesa 3490: inclusão **a menor** de R\$ 30.895,50

- inclusão indevida de despesas pela Prefeitura, relativas às categorias funcionais programáticas 12.122, 12.362 e 12.363 não correspondentes ao ensino fundamental, infantil, nem especial, totalizando o valor **a maior de R\$ 2.004.375,06**, composto da seguinte forma:

Grupo de Despesa 3190 (categoria 12.122): inclusão indevida de R\$ 1.670.177,05;

Grupo de Despesa 3490 (categoria 12.363): inclusão indevida de R\$ 20.207,00;

Grupo de Despesa 3490 (categoria 12.362): inclusão indevida de R\$ 23.208,66;

Grupo de Despesa 3490 (categoria 12.122): inclusão indevida de R\$ 274.337,85;

Grupo de Despesa 4590 (categoria 12.122): inclusão indevida de R\$ 16.444,50.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

58/BB
Fl. n.º 33
Proc. TC-1932/026/01

- A Prefeitura também não procedeu a dedução, nas despesas com ensino, dos gastos efetuados com recursos provenientes de auxílios e subvenções, sendo **R\$ 286.525,50** relativo ao Transporte de alunos e **R\$ 1.202.477,44** relativo à Quota Estadual do Salário Educação, portanto considerou **a maior** tais valores.

Constatamos ainda, na data de 31/12/2001, a existência do total de R\$ 3.282.780,52 em Restos a Pagar (soma dos empenhos a pagar do ensino conforme balancete de fls. 158/160), sendo que havia um saldo em conta vinculada de apenas R\$ 15.273,88, portanto o resultado foi uma insuficiência nas correspondentes contas bancárias de **R\$ 3.267.506,64**, motivo pelo qual efetuamos a glosa, haja vista que sua consideração faz com que as despesas municipais sejam demonstradas **a maior**.

Do valor inscrito em Restos a Pagar no ensino, de R\$ 3.282.780,52, haviam sido pagos R\$ 2.446.007,94 até a data da auditoria em 30/06/2002, sendo cancelados R\$ 2.047,90, restando um saldo a pagar de R\$ 834.724,68 (fls. 261/279 do Anexo).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

59
34
Fl. n.º 34
Proc. TC-1932/026/01

9.2 - APLICAÇÃO A MENOR NO ENSINO

Considerando as inclusões e exclusões descritas no item 9.1 deste relatório e tendo em vista que o município demonstrou como aplicado o montante de R\$ 30.004.220,62, devemos efetuar os ajustes a maior e a menor detectados e, procedendo desta maneira, apuramos o valor aplicado de R\$ 23.733.025,53, correspondente a 20,77% do valor das receitas de impostos, as quais totalizaram R\$ 114.242.809,81, não tendo sido, portanto, atendidas as disposições contidas no artigo 212 da Constituição Federal.

9.3 - APLICAÇÃO A MENOR NO ENSINO FUNDAMENTAL

Da aplicação no ensino apurada pela auditoria no valor de R\$ 23.733.025,53, foram aplicados no ensino infantil e especial R\$ 8.911.552,77 (7,80% das receitas de impostos) sendo a outra parcela, no valor de R\$ 14.821.472,76 aplicada no ensino fundamental (12,97% das receitas de impostos), portanto, não foi atendido o disposto no caput do artigo 60 do A.D.C.T.

9.4 - REPASSES DECENDIAIS

Verificamos que foi providenciada a abertura de contas bancárias específicas destinadas a receber os repasses decendiais, no entanto, foram efetuados apenas parte dos repasses, na forma prevista no artigo 69, §5º, da Lei Federal nº 9.394/96.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

60
35
Fl. n.º 35
Proc. TC-1932/026/01

CONCLUSÃO

Observada a instrução processual aplicável à espécie, para a posterior emissão do Parecer a que se refere o artigo 24 da Lei Complementar n.º 709/93, a auditoria, na conclusão de seus trabalhos, aponta as seguintes irregularidades:

Item 1 Inexistência de valores das despesas no Plano Plurianual;

Item 2.2.2 Inscrição na Dívida Ativa correspondente ao percentual de 93,83% da receita tributária, resultando em um aumento de 45,00% em relação ao saldo anterior.

Item 2.3.4 Exigência indevida de qualificação técnica de licitante;

Contratações sem licitação;

Falta de publicação do julgamento das licitações modalidade convite;

Adoção de modalidade licitatória não prevista legalmente;

Item 2.3.6 Falta de justificativas para quebra na Ordem Cronológica de Pagamentos;

Elaboração da relação em desacordo com as Instruções do Tribunal de Contas;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

61
BB

Fl. n.º	36
Proc.	TC-1932/026/01

[Handwritten Signature]

- Item 2.3.7** Aplicação insuficiente dos recursos arrecadados com multas de trânsito;
- Item 2.3.8** Realização de serviços de adequação de aterro sanitário sem contrato e sem aprovação do projeto nos órgãos estaduais competentes;
- Item 3.1** Existência de cargos ocupados ilegalmente;
- Item 3.3** Funcionários incluídos ilegalmente no sistema previdenciário municipal;
- Item 4.2** Exclusão indevida de dívidas no sistema contábil para melhorar o resultado econômico do Município;
- Item 6** Existência de denúncias conforme relatado em item próprio;
- Item 7** Não atendimento às instruções desta E. Casa conforme relatado no item próprio;
- Item 8** Falhas no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal relatadas em item próprio;
- Item 9.2** Aplicação a menor na manutenção e desenvolvimento do ensino (artigo 212 da Constituição Federal);



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

62/08
Fl. n.º 37
Proc. TC-1932/026/01

Item 9.3 Aplicação a menor no ensino fundamental (artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias);

Item 9.4 Insuficiência nos valores dos repasses decendiais para as contas bancárias do ensino;

Os detalhes dessas irregularidades encontram-se nos tópicos correspondentes do presente relatório.

À elevada consideração de Vossa Senhoria.

DF-7.4, em 22 julho de 2002


NEIDE M.O. LEONARDI

Agente da Fiscalização Financeira


SÉRGIO TERUO NAKAHARA

Agente da Fiscalização Financeira


DENILSON DE ALCÂNTARA

Agente da Fiscalização Financeira



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 38.

Proc. 1932/026/01

Nº do Processo : TC-01932/026/01

Interessada : Prefeitura Municipal de Jacareí

Matéria em exame : Contas Anuais

Exercício : 2001

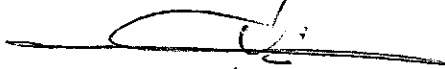
Senhor Diretor Técnico,

Em cumprimento ao disposto no parágrafo único, do artigo 27, da Lei Complementar nº 709/93, procedeu-se a auditoria "in loco" na Prefeitura acima citada, referente ao exercício de 2001, cujo relatório encontra-se às fls. 05/37.

Dessa forma, esta chefia ratifica a conclusão de seus trabalhos, fls. 34/37, onde relata as falhas encontradas.

À consideração de Vossa Senhoria.

DF-7.4, 16 de setembro de 2002


PEDRO ROGÉRIO C. PALOMARES
Agente da Fiscalização Financeira
Chefe



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º	39
Proc.	1932/026/01

PROCESSO: TC-1932/026/01

PREFEITURA: Municipal de Jacareí

ASSUNTO: Contas do Exercício de 2001

PREFEITO: Marco Aurélio de Souza

PERÍODOS: 01.01.01 a 30.06.01
07.07.01 A 12.10.01
26.10.01 A 31.12.01

SUBSTITUTA LEGAL: Maria Cristina de Paula Machado

PERÍODOS: 01.07.01 a 06.07.01
13.10.01 A 25.10.01

RELATOR: Dr. Robson Marinho

INSTRUÇÃO POR: GDF-7

Excelentíssimo Senhor Conselheiro,

O presente processo trata do exame das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2001, cuja fiscalização "in loco" foi realizada pela DF-7.4.

O resultado desse exame encontra-se no relatório de fls. 5/38, onde a auditoria aponta as falhas ocorridas no Executivo, relatadas nos seguintes itens:

- | | | |
|-------|----------------------------------|----------|
| 1 | - Planejamento da Gestão Pública | fls. 6 |
| 2.2.2 | - Dívida Ativa | fls. 8/9 |



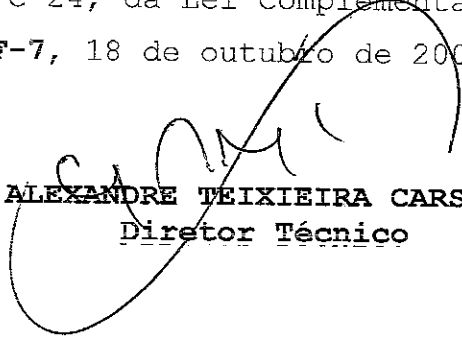
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º	40
Proc.	1932/026/01

- | | | | |
|-------|-------------------------------------------------------------------------------|------------|---------------|
| 2.3.4 | - Licitações | fls. 13/16 | 65 |
| 2.3.6 | - Ordem Cronológica de Pagamentos | fls. 16/17 | 38 |
| 2.3.7 | Destinação dos Recursos Arrecadados com Multas de Trânsito | fls. 17 | |
| 2.3.8 | - Outras Despesa Irregulares | fls. 17 | |
| 3.1 | - Quadro de Pessoal | fls. 18 | |
| 3.3 | - Regime Previdenciário | fls. 20/21 | |
| 4.2 | - Análise do Resultado Patrimonial | fls. 22/23 | |
| 6 | - Denúncias / Representações | fls. 23/27 | |
| 7 | - Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal | fls. 27/28 | |
| 8 | - Atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal - Acessório 3 - TC 1795/326/01 | fls. 28/31 | |
| 9 | - Aplicação no Ensino - Acessório 2 - TC 1795/226/01 | fls. 31/34 | |

Destarte, submetemos o presente processo à elevada consideração de Vossa Excelência, para fins de emissão do parecer das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2001, consoante dispõem os artigos 2º, inciso II, e 24, da Lei Complementar nº 709/93.

GDF-7, 18 de outubro de 2002


ALEXANDRE TEIXEIRA CARSOLO
Diretor Técnico

EAK/



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

66/08
Fl. n.º _____

Proc. _____

TC - 1932/026/01 - fls.41

DESPACHO DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Processo : TC - 1932/026/01
Interessado : Prefeitura Municipal de Jacareí.
Assunto : Contas do Exercício de 2001.
Responsável : Marco Aurélio de Souza (1º/01 a 30/06/2001; 07/07 a 12/10/2001 e 26/10 a 31/12/01) e Maria Cristina de Paula Machado (1º/07 a 06/07/2001 e 13/10 a 25/10/2001).

Cuidam os autos da prestação de contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, relativas ao exercício de 2001.

À vista do contido no relatório de auditoria elaborado pela 7ª Diretoria de Fiscalização e de acordo com o que dispõem os artigos 29 da Lei Complementar nº 709, de 14.01.1993, e 192 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, assino aos responsáveis pela presente prestação de contas, o prazo de 15 (quinze) dias para que tomem conhecimento daquela peça, bem como das manifestações contidas nos acessórios que acompanham os autos principais, e apresentem as alegações que forem de seu interesse.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º _____

Proc. _____

TC - 1932/026/01 - fls.42

Autorizo, desde logo, a retirada de cópia do relatório junto à referida Diretoria de Fiscalização.

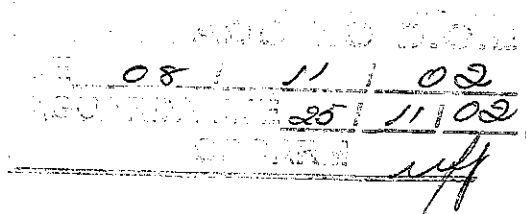
Publique-se.

GC., em 04 de novembro de 2002.


ROBSON MARINHO

Conselheiro

Rcbnm.e





PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

MUNICÍPIO DE JACAREÍ - ESTADO DE SÃO PAULO

PALÁCIO PRESIDENTE "CASTELO BRANCO"


68
98

PROCURAÇÃO

"AD JUDICIA ET EXTRA"

Pelo presente instrumento particular de mandato, o **MUNICÍPIO DE JACAREÍ**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.694.139/0001-83, sediada à Praça dos Três Poderes, nº 73, representado pelo Senhor Prefeito Municipal, **Marco Aurélio de Souza**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 7.564.057 - SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 348.580.178-56, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados **JOSÉ ROBERTO MANESCO**, casado, OAB/SP 61.471 e CPF 708.783.588-20, **EDUARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA RAMIRES**, casado, OAB/SP 69.219 e CPF 007.258.778-47, **MARCOS AUGUSTO PEREZ**, casado, OAB/SP 100.075 e CPF 085.918.718-71, **FLORIANO PEIXOTO DE AZEVEDO MARQUES NETO**, casado, OAB/SP 112.208 e CPF 143.177.358-14, **ANE ELISA PEREZ**, casada, OAB/SP 138.128 e CPF 146.287.508-40, **TATIANA MATIELLO CYMBALISTA**, solteira, OAB/SP 131.662 e CPF 295.475.738-88, **CORNÉLIO VIERA DE MORAES JÚNIOR**, casado, OAB/SP 10.956 e CPF 396.584.068-15, **LICÍNIO DOS SANTOS SILVA FILHO**, divorciado, OAB/SP 9.178 e CPF 006.388.468-20, todos brasileiros e integrantes da sociedade de advogados **MANESCO, RAMIRES, PEREZ E AZEVEDO MARQUES, ADVOCACIA**, com registro na OAB/SP sob nº 1963 e endereço à Av. Paulista, nº 1274, 21º andar, São Paulo, Estado de São Paulo, aos quais outorga amplos e gerais poderes da cláusula "Ad Judicia et extra", para o foro e à administração em geral, em qualquer juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes, seguindo-as até final decisão usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda, substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, **especialmente** para elaborar as medidas judiciais cabíveis no tocante a elaboração de defesa e demais medidas cabíveis nos autos do Processo TC nº 001932/026/01 (Contas do Exercício de 2001) junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, praticando todos os atos necessários a que acudam os interesses do outorgante,

Jacareí, 11 de novembro de 2002.


Marco Aurélio de Souza
Prefeito do Município de Jacareí

299

*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques 69
Advocacia 88*

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (11) 3068-4700 fax 3068-4749
e-mail: manesco@manesco.com.br

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a estagiária de direito **ANA LUIZA SIMONI PAGANINI**,
RG 32.930.468-9, a ter vista e extrair cópia dos autos dos processos em
trâmite perante o Egrégio Tribunal de Contas.

São Paulo, 12 de novembro de 2002


JOSÉ ROBERTO MANESCO
OAB/SP 61.471



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º

48

Proc. TC. 1932/026/01

Milton

Processo: TC- 1.932/026/01

Nome: Ana Luiza Simoni Paganini

RG/OAB: 32.930.468-9

Fone: 3068.4700

Nesta data obtive vista dos autos em epígrafe e
retirei cópias de fls. 39/42 , com o recolhimento das custas apuradas.

São Paulo, 21 de Novembro de 2002

Ass.



46 Jan
1932/026/01

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ
ESTADO DE S. PAULO
SECRETARIA DOS ASSUNTOS JURÍDICOS
PROCURADORIA DE ASSUNTOS INTERNOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR RELATOR DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO, DR. ROBSON MARINHO.

Expediente TC 001932/026/01

MUNICÍPIO DE JACAREÍ, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente qualificada nos autos do TC supra referido, por intermédio de sua Procuradora, vem respeitosamente perante Vossa Excelência com o devido acatamento, requerer a juntada da inclusa procuração, para as devidas providências que se fizerem necessárias.

Termos em que,

P. Deferimento.

De Jacareí para São Paulo, 20 de novembro de 2002.

CLAÚDIA GOMES GUEDES
Procuradora de Assuntos Internos



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
JACAREÍ - ESTADO DE SÃO PAULO

2.º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

Fábio Fernando Egydio de Oliveira Carvalho
Tabelião

22/06

SAO PAULO

TRASLADO

11/11

LIVRO = 526

47
1922/026/01

FLS. = 023

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ MUNICÍPIO DE JACAREÍ, NA FORMA ABAIXO.

SAIBAM quantos este público instrumento bastante virem que sendo no ano da Era Cristã de dois mil e dois (2.002) aos dez (10) dias do mês de **Julho** do dito ano, nesta cidade e comarca de Jacareí, Estado de São Paulo, nestas Notas perante mim Tabelião, compareceu como outorgante **MUNICÍPIO DE JACAREÍ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF sob nº 46.694.139/0001-83, e com sede na Praça dos Três Poderes nº 73, Centro, ora representada pelo seu Prefeito Municipal **MARCO AURÉLIO DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, sociólogo, portador da cédula de identidade RG nº 7.564.057-SSP/SP e do CIC nº 034.858.178/56, residente e domiciliado nesta cidade na Avenida Getúlio Vargas nº 1.919, apto. 22, Bloco 06, Conjunto Residencial Apinagés, Jardim Marcondes; reconhecido como o próprio por mim, conforme documentação apresentada do que dou fé.- E, pelo outorgante referido me foi dito, que por este público instrumento e nos melhores termos de direito nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **Dr. NELSON APARECIDO JUNIOR**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 12.828.551-5-SSP/SP e do CIC nº 028.471.708/80, inscrito na OAB/SP 100.928, **Dr. SÉRGIO AUGUSTO DIAS GRUNEWALD**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 8.918.038-SSP/SP e do CIC nº 830.329.408/34, inscrito na OAB/SP sob nº 49.838; e **Dra. CLÁUDIA GOMES GUEDES**, brasileira, solteira, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 17.636.452-SSP/SP e do CIC nº 088.172.088/76, inscrita na OAB/SP sob nº 124.497; e **Dra. HELOISA DOMINGUES DE ALMEIDA ALVES**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 11.828.426-SSP/SP e do CIC nº 040.309.678/25, inscrita na OAB/SP sob nº 74.322; e **Dra. MARISA DE ARAUJO ALMEIDA**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 17.030.775-SSP/SP e do CIC nº 063.778.068/09, inscrita na OAB/SP sob nº 101.253, e **Dra. MARIA DE ALMEIDA RAMOS CALDAS VIANNA**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 9.766.623-SSP/SP e do CIC nº 019.582.298/65, inscrita na OAB/SP sob nº 63.112, **Dra. SILVIA MONTENEGRO**, brasileira, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 6.720.668-SSP/SP e do CIC nº 978.889.588/34, inscrita na OAB/SP sob nº 51.431; e **Dr. ADAUTO DE ANDRADE**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 19.909.291-SSP/SP e do CIC nº 062.508.778/00, inscrito na OAB/SP sob nº 151.437; todos brasileiros, com escritório nesta cidade à Praça dos Três Poderes nº 73, Centro; onde recebem intimações, aos quais confere amplos e

48 24
1932/026/01

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CARTÃO DE IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO

124497

DATA DE INSCRIÇÃO

26/04/94

VALIDADE

PERMANENTE

NOME

CLAUDIA GOMES GUEDES

FILIAÇÃO

ULISSES GUEDES
BERNADETE GOMES GUEDES

NACIONALIDADE

BRASILEIRA

DATA DE NASC.

23/12/64

R.G.

17 636 452-ESP-SP

O.C.

088.172.088-76

NUMERO DO CARTÃO

123697

VIA EXPEDIDO EM

1a. 26/04/94

ASSINATURA DO PORTADOR

Claudia Gomes Guedes



ASSINATURA DO EXPEDIDOR

[Signature]

RESERVACÃO

RESERVA



49 am
1932/026/01
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º _____

Proc. _____

7ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO

44
28

PROCESSO N° : TC - 1932/026/01

INTERESSADA : PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

ASSUNTO : CONTAS ANUAIS DO EXERCÍCIO DE 2001

RESPONSÁVEL : MARCO AURÉLIO DE SOUZA
(1º/01 a 30/06/2001, 07/07 a 12/10/2001,
e 26/10 a 31/12/2001)
MARIA CRISTINA DE PAULA MACHADO
(1º/07 a 06/07/2001 e 13/10 a 25/10/2001)

PUBLICAÇÃO : NO DOE DE 07 DE NOVEMBRO DE 2002, PÁGINA 50

Nesta data, retirei cópia do relatório de auditoria e acessórios 1, 2 e 3, referentes ao exercício de 2001, da Prefeitura Municipal de JACAREÍ.

São Paulo, 20 de novembro de 2002

p/p CLAUDIA GOMES GUEDES

O.A.B. N° 124.497

cmn



30 Jan
1932/026/01
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º _____

Proc. _____

15/BB

Tendo o responsável pelas contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, referentes ao exercício de 2001, retirado as cópias do relatório através de seu procurador, encaminhem-se os comprovantes ao Cartório do Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Robson Marinho, solicitando a juntada no processo TC-1932/026/01, que abriga as referidas contas.

GDF-7, 20 de novembro de 2002

MARIA TOMIKO MATSUMURA TANIGUCHI

Diretora Técnica

Substituta

cmn



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º	51
Proc.	1932/026/01
Sanches	

16/08

Juntamos nos presentes autos os documentos de
fls. 46/50.

CGCRRM, 22 de novembro de 2002.


Sandra Silvestre Rodrigues Sanches
Auxiliar de Fiscalização Financ. V

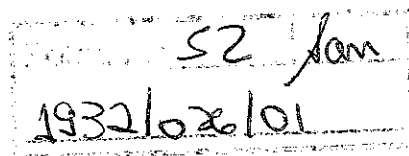
José Roberto Manesco
Eduardo Augusto de Oliveira Ramires
Marcos Augusto Perez
Florianio de Azevedo Marques Neto
Ane Elisa Perez
Tatiana Matiello Cymbalista

Licínio dos Santos Silva Filho
Cornélio Vieira de Moraes Júnior
José Aníbal Freitas Marques
Luís Justiniano de Arantes Fernandes
Felipe Eluf Creazzo
Ana Cristina Pimentel dos Santos Silva
Ana Isa Lepsh

Fábio Barbalho Leite
Luiz Armando Badin
Maurício Moura Portugal Ribeiro
Adriana Roldan Pinto de Lima
Maria Célia Antunes Nogueira
Robson Maia Lins
Rogério Licastro Torres de Mello
Denise Nefussi
Pedro Sotero de Albuquerque
Mariana Pereira Cunha
Bruno de Souza Vichi
Adalberto Pimentel Diniz de Souza
Marco Antônio Rodrigues Jorge
Lucas Cherem de Camargo Rodrigues
Juliana Rodrigues Valle
Maíra Barbosa Ribeiro
Janaina Schoenmaker

*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO
EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ROBSON MARINHO**

**TC 1932/026/01
Contas Anuais**

TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DE SÃO PAULO
22 NOV 14 1 037561 1026/2001
PROTOCOLADO

**A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
JACAREÍ**, por seu advogado, vem, após tomar ciência do relatório da
auditoria e em atenção ao r. despacho de fls. 41/42, requerer a concessão de
prazo suplementar de 30 (trinta) dias para manifestação.

53 Jan
19321026101

18/05
Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

Esclarece que o pedido se justifica pela
necessidade de esclarecer todos os pontos suscitados no relatório da
Auditoria.

P. Deferimento

São Paulo, 22 de novembro de 2002


JOSÉ ROBERTO MANESCO
OAB/SP 61.471



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

39/BB

Fl. n.º	54
Proc.	1932/026/01
	Sanches

Juntamos nos presentes autos os documentos de
fls. 52/53.

CGCRRM, 26 de novembro de 2002.

Sanches
Sandra Silvestre Rodrigues Sanches
Auxiliar de Fiscalização Financ. V



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 55

Proc. 1932/026/01

onde

Processo: TC-1932/026/01

Interessado: Prefeitura Municipal de Jacareí, por seu advogado
José Roberto Manesco, OAB/SP 61.471

Assunto: requer prorrogação de prazo - Expediente TC-
37561/026/02, juntado as fls. 52/53

Defiro prorrogação de prazo por 30 (trinta) dias,
contados da publicação do presente despacho.

Publique-se.

G.C., 27 de novembro de 2002.


Robson Marinho

Conselheiro

SSRS

PUBLICADO NO D.O.E
DE 29 / 11 / 02
AGUARDA ATÉ 10 / 01 / 03
CGCRM uff



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 56
Proc. TC-1932/026/01

Rosa

Processo: TC- 1.932/026/01

Nome: João Bosco Lencioni

OAB: 57.041

Fone: (012)3951-1209

Nesta data obtive vista dos autos em epígrafe e
retirei cópias de fls. 04/42 , com o recolhimento das custas apuradas.
São Paulo, 02 de dezembro de 2002.

Ass. _____



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

82/08
Fl. n.º 57
Proc. TC. 1932/026/01
Milton

Processo: TC- 1.932/026/01

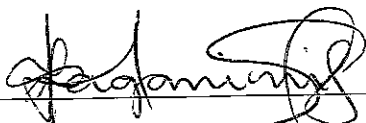
Nome: Ana Luiza Simoni Paganini (Rec. fls. 43/44)

RG/OAB: 32.930.468-9

Fone: 3068.4700

Nesta data obtive vista dos autos em epígrafe e
retirei cópias de fls. 46/56, integral do Anexo, 01/12(30610/026/01),
12(29621/026/01) com o recolhimento das custas apuradas.

São Paulo, 03 de Dezembro de 2002

Ass. 



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

83/BB
Fl. n.º 58
Proc. TC. 1932/026/01
Milton

Processo: TC- 1.932/026/01

Nome: Ana Luiza Simoni Paganini

RG/OAB: 32.930.468-9

Fone: 3068.4700

Nesta data obtive vista dos autos em epígrafe e retirei cópias de fls. integral do TC- 1932/126/01, integral do TC- 1932/326/01, integral do TC- 1932/226/01, com o recolhimento das custas apuradas.

São Paulo, 17 de Dezembro de 2002

Ass. _____

José Roberto Manesco
Eduardo Augusto de Oliveira Ramires
Marcos Augusto Perez
Florianio de Azevedo Marques Neto
Ane Elisa Perez
Tatiana Matiello Cymbalista

Fábio Barbalho Leite
Luiz Armando Badin
Maurício Moura Portugal Ribeiro
Adriana Roldan Pinto de Lima
Maria Célia Antunes Nogueira
Robson Maia Lins
Rogério Licastro Torres de Mello
Denise Nefussi
Pedro Sotero de Albuquerque
Mariana Pereira Cunha
Bruno de Souza Vichi
Adalberto Pimentel Diniz de Souza
Marco Antônio Rodrigues Jorge
Lucas Cherem de Camargo Rodrigues
Juliana Rodrigues Valle
Maíra Barbosa Ribeiro
Janaina Schoenmaker

*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

Licínio dos Santos Silva Filho
Cornélio Vieira de Moraes Júnior
José Aníbal Freitas Marques
Luís Justiniano de Arantes Fernandes
Felipe Eluf Creazzo
Ana Cristina Pimentel dos Santos Silva
Ana Isa Lepsh

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO
EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ROBSON MARINHO**

**TC 1932/026/01
Contas Anuais**

TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DE S. PAULO
9 JAN 15 58 2003
000898
1026/2003
P R O T O C O L O

**A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
JACAREÍ**, por seu advogado, vem, requerer prorrogação do prazo por 30
(trinta) dias para apresentação de manifestação.

A Municipalidade esclarece que vem coletando
informações e documentos nas diversas secretarias e órgãos do Município
para instruir suas alegações. Contudo, como o objetivo da Prefeitura de

*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

Jacareí é demonstrar a esse Egrégio Tribunal a regularidade do exercício financeiro do exercício de 2001, é necessária a dilação do prazo concedido por vossa excelência.

P. Deferimento

São Paulo, 9 de janeiro de 2003


MARCOS AUGUSTO PEREZ

OAB/SP 100.075



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

86
188

Fl. n.º	61
Proc.	1932/026/01
Assinatura	<i>Assinatura</i>

Juntamos nos presentes autos os documentos de fls.59/60.

CGCRRM, em 10 de janeiro de 2003

Assinatura de I. Souza
Ivone da Silva Souza
Aux. Fisc. Financeira V



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

87
BB

Fl. n.º	62
Proc.	1932/026/01
	maier

Processo: TC-1932/026/01
Interessada: Prefeitura Municipal de Jacareí, por seu advogado, Dr. Marcos Augusto Perez, OAB/SP 100.075
Assunto: Requer prorrogação de prazo – Expediente TC-898/026/03, juntado a fls. 59/60

Defiro prorrogação de prazo por 30 (trinta) dias, contados da publicação do presente despacho.

Publique-se.

G.C., 29 de janeiro de 2003.


Robson Marinho

Conselheiro

MVA

PUBLICADO NO D.O.E.
DE 31 / 01 / 2003

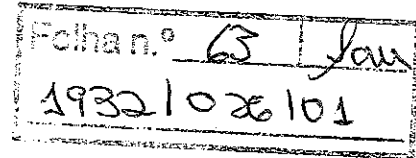
José Roberto Manesco
Eduardo Augusto de Oliveira Ramires
Marcos Augusto Perez
Floriano de Azevedo Marques Neto
Ane Elisa Perez
Tatiana Matieño Cymbalista

Licínio dos Santos Silva Filho
Cornélio Vieira de Moraes Júnior
José Anibal Freitas Marques
Luís Justiniano de Arantes Fernandes
Felipe Eluf Creazzo
Ana Cristina Pimentel dos Santos Silva
Ana Isa Lepsch
Luís Otávio Sigaud Furquim

Fábio Barbalho Leite
Maurício Moura Portugal Ribeiro
Magali Favaretto Prieto
Adriana Roldan Pinto de Lima
Maria Célia Antunes Nogueira
Robson Maia Lins
Rogério Licastro Torres de Mello
Denise Nefussi
Pedro Sotero de Albuquerque
Mariana Pereira Cunha
Adalberto Pimentel Diniz de Souza
Marco Antônio Rodrigues Jorge
Lucas Cherem de Camargo Rodrigues
Juliana Rodrigues Valle
Maíra Barbosa Ribeiro
Janaina Schoenmaker
Maria Fernanda de Moura e Souza

*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO EGRÉGIO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO ROBSON MARINHO**

TC 1932/026/01

Contas Anuais – Exercício 2001 – Prefeitura de Jacareí

TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DE S. PAULO
PROTOCOLADO
009248 1026/2003

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ,
qualificada nos autos, por seu advogado, vem requerer a concessão de prazo
suplementar de 5 (cinco) dias para a entrega de sua manifestação. O prazo é necessário
para que todos os tópicos do parecer da Auditoria possam ser abordados numa única
peça, a qual será acompanhada por documentação.

P. Deferimento
São Paulo, 6 de março de 2003

MARCOS AUGUSTO PEREZ
OAB/SP 100.075



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

89
33

Fl. n.º	64
Proc.	1932/02.101
	Sandra

fls. 63.

Juntamos nos presentes autos os documentos de

CGCRRM, 11 de março de 2003.


Sandra Silvestre Rodrigues Sanches
Auxiliar de Fiscalização Financ. V



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

90/88

Fl. n.º	65
Proc.	1932/026/01
<i>[assinatura]</i>	

Processo: TC-1932/026/01

Interessado: Prefeitura Municipal de Jacareí, por seu advogado
Marcos Augusto Perez, OAB/SP 100.075

Assunto: requer prorrogação de prazo - Expediente TC-
9248/026/03, juntado a fls. nº 63

Defiro prorrogação de prazo por 05 (cinco) dias,
contados da publicação do presente despacho.

Publique-se.

G.C., 12 de março de 2003.

Robson Marinho

Conselheiro

SSFS

PUBLICADO NO D.O.E
DE 14/03/2003
CGCRM *[assinatura]*



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º	66
Proc.	1932/026/01
	Jam MC

Processo: TC-1932/026/01

Interessada: Prefeitura Municipal de Jacareí

Assunto: Contas Municipais referentes ao exercício de 2001

91
/BB

A partir desta data o TC-10000/026/03, passa a acompanhar o presente processo, conforme r. determinação no mesmo.

CGCRRM, 18 de março de 2003.


Sandra Silvestre R. Sanches
Auxiliar da Fisc. Financeira V

SSRS

José Roberto Manesco
Eduardo Augusto de Oliveira Ramires
Marcos Augusto Perez
Floriano de Azevedo Marques Neto
Ane Elisa Perez
Tatiana Matiello Cymbalista

Fábio Barbalho Leite
Maurício Moura Portugal Ribeiro
Adriana Roldan Pinto de Lima
Maria Célia Antunes Nogueira
Robson Maia Lins
Rogério Licastro Torres de Mello
Denise Nefussi
Pedro Sotero de Albuquerque
Mariana Pereira Cunha
Bruno de Souza Vichi
Adalberto Pimentel Diniz de Souza
Marco Antônio Rodrigues Jorge
Lucas Cherem de Camargo Rodrigues
Juliana Rodrigues Valle
Maíra Barbosa Ribeiro
Janaina Schoenmaker
Maria Fernanda de Moura e Souza

*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

Licínio dos Santos Silva Filho
Cornélio Vieira de Moraes Júnior
José Aníbal Freitas Marques
Luís Justiniano de Arantes Fernandes
Felipe Eluf Creazzo
Ana Cristina Pimentel dos Santos Silva
Ana Isa Lepsch
Luís Otávio Sigaud Furquim

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR
ROBSON MARINHO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE SÃO PAULO**

Tc 1932/026/01

Contas Anuais – 2001

TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DE S. PAULO
21 MAR 16 54 2003
010724 1026/2003
P R O T O C O L O

**A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE
JACAREÍ,** por seu advogado, vem, em atenção ao r. despacho de fls.
41/42, apresentar os esclarecimentos necessários às ocorrências apontadas
pela Auditoria da Unidade Regional de São José dos Campos (UR-7).

INTRODUÇÃO

[Handwritten signature]

Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

1. Os trabalhos da Auditoria apontaram supostas irregularidades que, fossem procedentes, poderiam ensejar na emissão de parecer desfavorável dessa Egrégia Corte de Contas à aprovação das Contas da Prefeitura do Município de Jacareí no exercício de 2001. Entretanto, os esclarecimentos que serão apresentados adiante são suficientes para demonstrar que o Executivo Municipal administrou o Município de Jacareí, sob o aspecto econômico-financeiro, com a eficiência, responsabilidade e o zelo exigidos pela legislação e por esse Egrégio Tribunal.

2. Preliminarmente, entretanto, é importante tecer algumas ponderações. Como se sabe, a verificação das contas de Prefeituras é dever imposto aos Tribunais de Contas pela Carta Magna, em seus artigos 71 a 75.

3. Em tais artigos observa-se, também, os critérios que deverão ser utilizados quando da realização de tal tarefa, mais especificadamente, nas linhas do artigo 70, onde é estabelecido que a tarefa de fiscalização outorgada se realizará quanto “à legalidade, legitimidade e economicidade” dos atos de gestão do órgão fiscalizado

4. Este processo de fiscalização objetiva, evidentemente, a apuração de eventual falta – ou má gerência – do

21

Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

administrador público a frente das instituições públicas auditadas quando da utilização dos dinheiros públicos.

5. Tal entendimento é facilmente comprovado quando se observa, nos incisos VIII e XI, do artigo 71 da Lei Maior, que compete à Corte de Contas *“aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei (...)”* e *“representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados”*.

6. Mesmo comando encontra-se no artigo 2º da Lei Complementar 709, de 14 de Janeiro de 1993 – Lei que regula as atividades dessa Egrégia Corte de Contas --, quando atribui à essa Casa o dever de *“aplicar aos responsáveis as sanções previstas em lei”* e *“comunicar à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal”* ou *“representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abuso verificado”*.

7. É, portanto, inquestionável que compete a esta Egrégia Corte de Contas a verificação dos atos de gestão daqueles que estão a frente do órgão auditado, observando se, durante a sua gestão, praticaram-se atos contrários ao ordenamento vigente ou mesmo procedimentos ilegítimos ou anti-econômicos, havendo que, nestes casos,

h.

*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

proceder-se a declaração de ilegalidade das contas e, ato contínuo, punir-se os responsáveis por tais práticas.

8. No entanto, resta igualmente fora de questão que tal atribuição há que ser cumprida tão somente para que possa se imputar a responsabilidade àquele dirigente que tenha agido em contrariedade ao interesse público ou à lei, não podendo a Corte de Contas rejeitar conta e inculcar responsabilidade ao administrador por ato praticado por outrem, por situação a que este não tenha dado causa. Mesmo porque as repercussões dessa decisão são bastante gravosas para o administrador.

9. Por isso é que se revela de fundamental importância, quando da apreciação das Contas da Prefeitura de Jacareí, a verificação da origem dos atos que levaram a situação hoje enfrentada pela Municipalidade e que serviram de base às supostas irregularidades apontadas pelo parecer da UR-7.

10. É necessário que se considere a existência de nexo de causalidade entre a ação ou omissão do atual administrador e a situação que se está a objetar, para que as contas por ele prestadas sejam consideradas irregulares. Afinal é das mais triviais e clássicas lições de

*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

direito que “puniri nemo debet si nullam admisit culpam”, isto é, ninguém deve ser punido sem culpa.

11. A administração responsável entre os anos de 1997 e 2000 teve as contas dos exercícios de 1998, 1999 e 2000 censuradas por esse Egrégio Tribunal (5874/026/98, 1875/026/99 e 2631/026/00), sendo que nos dois últimos a principal causa do parecer desfavorável foi a aplicação insuficiente no ensino.

Neste contexto, há que se considerar que a atuação do atual Prefeito, em seu primeiro ano de mandato, encontrou uma série de limites. Ao tomar-se como exemplo a questão da aplicação dos recursos no ensino, certo é que para que haja um aumento nesta aplicação, é necessária uma ampliação da rede municipal, que passa pela construção de unidades escolares, contratação de professores, observando-se, naturalmente, a obrigação de concurso público prévio e a Lei de Licitações e Contratos.

Assim, pode se ver que, em muitas situações, não basta a mera vontade política do Administrador, havendo que ser levadas em conta todas as variáveis envolvidas, sob pena de punir-se quem efetivamente não concorreu para as irregularidades eventualmente hipoteticamente verificadas.



*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

12. Após essa análise preliminar, passa-se a expor os esclarecimentos aos questionamentos levantados pela Auditoria dessa Augusta Casa.

PLANO PLURIANUAL

13. O relatório da auditoria apontou que o plano plurianual do período de 1998 a 2001 fora elaborado sem a valoração de despesas, o que inviabilizaria o controle orçamentário e a medição do grau de realização das diretrizes, objetivos e metas no decorrer do período.

14. A Municipalidade entende desnecessária a discussão sobre eventual falha formal na elaboração do plano plurianual não trará implicações na avaliação das Contas do exercício de 2001. Afinal, o plano, elaborado em 1997, não recebeu censuras desse Egrégio Tribunal nos últimos exercícios, não obstante a emissão de parecer desfavorável.

15. Assim, no exercício de 2001, não restava à Prefeitura outra alternativa senão a de cumprir as diretrizes do plano plurianual vigente e aprimorar a forma de elaboração para o próximo período.

M.
i.

*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

DÍVIDA ATIVA

16. O auditor apontou suposta irregularidade referente à evolução da dívida ativa do Município. Porém, a Prefeitura de Jacareí tomou a única providência legal possível para reduzir o saldo da dívida ativa, ou seja, ajuizou inúmeras ações de cobrança durante o exercício de 2001, como pode ser verificado na extensa relação das ações ajuizadas perante a vara de execuções fiscais anexada à presente.

17. Resta comprovado que a administração municipal não foi ineficiente na cobrança da dívida ativa. Os pagamentos espontâneos dos devedores e as futuras execuções forçadas certamente colaborarão com a melhoria do desempenho do município na avaliação da dívida ativa.

18. Além disso, não se pode olvidar que o aumento da inadimplência não foi um fenômeno isolado que ocorreu no Município de Jacareí, mas sim que se verificou em todo o país e atingiu todos os setores da economia no ano de 2001.

LICITAÇÕES

19. Antes de adentrar-se no mérito deste tópico, é preciso salientar que a análise de licitações e contratos no exame das

*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

contas do Município só se justifica em se verificando a existência de uma grande desordem no conjunto dos procedimentos. Isso pois os procedimentos licitatórios e contratos firmados já são analisados individualmente por esta E. Corte. E, como se verifica do próprio parecer da UR-7, o que se apontou foram pequenos questionamentos pontuais que, ainda que procedentes, jamais poderiam ensejar uma reprovação das contas do Município.

20. O parecer da UR-7 questionou a legalidade do Convite 38/2001, cujo objeto era a contratação de empresa especializada para execução de obras de reforma de prédio com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais. Segundo o auditor, há exigência de aptidão técnica que seria destoante do serviço a ser prestado. Entretanto, não há qualquer irregularidade nesse certame.

21. Inicialmente, é desnecessária a análise do mérito da razoabilidade da exigência, pois, das seis empresas convidadas, apenas duas foram retiradas do certame por desatendimento de exigências do edital. A empresa N.S. de Oliveira Júnior-ME deixou de apresentar vários documentos exigidos pelo edital do convite e a empresa Souza Anselmo Engenharia e Construções Ltda. cotou alguns itens de valor unitário além do apresentado na planilha de orçamento estimado. Ou seja, nenhuma empresa foi desclassificada por não atender a exigência de

Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

qualificação técnica. Note-se que se trata de modalidade convite, não se podendo sequer argumentar que algum interessado deixou de participar do certame por não possuir a qualificação exigida.

22. Verifica-se que seria irrelevante a análise do mérito por essa Egrégia Corte de Contas, pois, ainda que se concluísse pela desnecessidade da exigência apontada no parecer da UR-7, nada alteraria no resultado do convite ou na contratação. Ademais, a sucinta oposição do auditor à qualificação técnica exigida nesse convite é insuficiente para qualquer análise mais aprofundada no momento.

23. No item licitações, ainda há outro apontamento de eventual irregularidade. Na fl. 14, o parecer diz que *“foram contratados, sem licitação, fornecimento de diversos materiais, com base no inciso IV do artigo 24 da Lei 8.666/93, onde se invoca situação de emergência, onde (sic) se invoca situação de emergência. Observamos, porém, que tais contratações vêm se tornando rotina na Prefeitura Municipal de Jacareí e, tendo em vista que, pela natureza dos materiais, havia possibilidade de previsão antecipada das compras, entendemos que a situação de emergência se descaracterizou, tendo sido causada pela omissão do administrador público, o qual se absteve de proceder o devido planejamento”*. Porém, as afirmações do ilustre auditor não estão corretas.



*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

24. Ora, a Prefeitura de Jacareí não contrata diretamente como regra, como sugere a leitura do parecer da auditoria da UR-7. As contratações não precedidas de licitação devido a situações emergenciais têm previsão legal no Estatuto de Licitações (art. 24, IV) e são excepcionais, fato que pode ser comprovado pela comparação do número de contratos emergenciais com o número total de contratações feitas pela Prefeitura no exercício de 2001.

25. As contratações diretas mencionadas no relatório da auditoria se referem à aquisição de equipamentos a serem utilizados na prestação de serviços de saúde aos munícipes e de materiais para a manutenção da frota municipal.

26. Todas as contratações foram precedidas das formalidades estabelecidas na Lei 8.666/93, inclusive com parecer relatando o que causou a situação de emergência e a necessidade de contratação imediata. O Executivo Municipal não podia aguardar o tempo exigido pelo trâmite dos procedimentos licitatórios, sob o risco de deixar a população de Jacareí sem adequados serviços de saúde (artigos 6º, 196 e 197 da Constituição Federal) e de transporte (art. 30, V).

27. Não se pode dizer, a partir do exame sumário do ilustre auditor, que foi a omissão do administrador que causou situações

*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia*

102/88

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

emergenciais. Por maior que seja a cautela dos agentes, a Administração Pública nem sempre está imune a ser surpreendida com situações que exijam ação imediata para não por em risco a ordem pública. Ademais, 2001 foi o primeiro ano do mandato do atual Prefeito e a situação de emergência não pode ser atribuída ao agente, cuja prestação de contas ora se analisa.

28. Assim, resta demonstrado que as contratações com dispensa de licitação estão em estrita conformidade com a legislação pátria e com os princípios norteadores da Administração Pública.

29. A Auditoria ainda aponta que não teria ocorrido a publicação das decisões do julgamento de duas licitações de modalidade convite, que não contaram com a presença de todos os participantes. É certo que tal falha formal não implica em emissão de parecer desfavorável à aprovação das Contas da Prefeitura de Jacareí, mas a ausência de publicação era justificada nas duas licitações. No Convite 015/01, as duas empresas participantes se sagraram vencedoras em alguns itens do edital. No Convite 020/01, o valor da contratação era de R\$ 6.450,00 (seis mil, quatrocentos e cinquenta reais), dentro do limite permitido para a contratação por dispensa de licitação (art. 24, II, da Lei 8.666/93).

P.

*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

30. Por fim, restam as considerações a respeito da afirmação do auditor de que a Prefeitura de Jacareí infringiu o artigo 22 da Lei 8.666/93 “ao adotar a modalidade de licitação Credenciamento”. Entretanto, os credenciamentos promovidos pela Prefeitura de Jacareí não são licitações, como entendeu o parecerista.

31. Licitação é a competição promovida pela Administração Pública para contratar com aquele que lhe oferecer a menor proposta. Os credenciamentos promovidos pela Municipalidade de Jacareí não tinham esse objetivo. O credenciamento de escolas de samba, por exemplo, não objetivou uma competição entre elas para ver qual contrataria com a Administração, mas sim organizar evento cultural para o Carnaval. Todas as escolas de samba que preenchessem os requisitos estabelecidos no ato convocatório (existência há mais de um ano, mínimo de 300 componentes, etc.) receberiam quantia que, como esclarecia a própria convocação, seria oriunda de patrocínio de particulares ao próprio evento.

32. Ou seja, o credenciamento não é licitação porque não é competição. A existência de “edital de credenciamento” era exigência imperativa para garantir a transparência da utilização dos recursos financeiros que, ainda que provenientes de patrocínio para o próprio carnaval, eram geridos pela Prefeitura de Jacareí.

R.

Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

33. Segundo Marçal Justen Filho, “*não haverá necessidade de licitação quando houver número ilimitado de contratações e (ou) quando a escolha do particular a ser contratado não incumbir à própria Administração. Isso se verifica quando uma alternativa de contratar não for excludente de outras, de molde que todo o particular que o desejar poderá fazê-lo. O raciocínio não é afastado nem mesmo em face da imposição de certos requisitos ou exigências mínimos. Sempre que a contratação não caracterizar uma “escolha” ou “preferência” da Administração por uma dentre diversas alternativas, será desnecessária a licitação*” (in **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**, 9ª ed., p. 43).

34. Assim, a Prefeitura acredita ter demonstrado a regularidade de toda matéria tratada no item “Licitações”.

ORDEM CRONOLÓGICA

35. As ditas quebras de ordem cronológica de pagamentos, em verdade, não ocorreram.

36. A auditoria considerou como demonstração da referida quebra despesas que, embora empenhadas e já apresentadas as respectivas faturas, ainda não haviam sido liquidadas pela Administração. A liquidação, como se sabe, só poderá se dar após a aprovação das faturas

R.

*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

pela Administração. Até isso acontecer, tais despesas ainda não podem ser consideradas como inseridas na ordem cronológica.

37. A demora na aprovação das faturas, por sua vez, pode ocorrer por inúmeras razões, tais como atraso na tramitação de documentos, questionamento do contrato na Justiça, problemas de comunicação com o fornecedor, etc. Para não explicar cada caso nesta peça, a Municipalidade faz referência à relação anexada à presente.

38. A existência de pendências em algumas despesas não poderia obstar o pagamento aos demais fornecedores da Prefeitura, fato que poderia onerar o erário municipal em razão de multas por atraso de pagamento. Assim, se uma despesa não foi efetivada, a Prefeitura continuou regularmente a pagar os demais credores, sem nunca quebrar a ordem cronológica.

RECURSOS DE MULTAS DE TRÂNSITO

39. A Prefeitura de Jacareí não descumpriu o artigo 320 da Lei Federal 9.503/97, como afirmado no parecer da UR-7. O referido dispositivo legal diz que a receita arrecadada com multas de

[Handwritten signature]

*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

trânsito deve ser aplicado **exclusivamente** em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito. A norma não quis dizer que o valor deva ser **integralmente** aplicado em trânsito no mesmo exercício de arrecadação.

40. Se o orçamento previa arrecadação de R\$ 2.300.000,00, a aplicação de R\$ 2.391.850,73 nas atividades de trânsito é razoável. O excedente arrecadado será destinado às mesmas atividades, mas não obrigatoriamente no mesmo exercício (afinal, como seria possível a aplicação da receita oriunda das multas que foram pagas em período próximo ao final do exercício?). Observa-se que, geralmente, os gastos públicos não prescindem de licitação e outras formalidades, que levam tempo para se concretizar.

FUNCIONALISMO

41. A Prefeitura de Jacareí não entende ser conveniente a demissão imediata daqueles servidores admitidos sem concurso público **antes** da promulgação da Constituição de 1988 e que não adquiriram estabilidade por força do artigo 19 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais. A substituição destes servidores por outros aprovados em concurso público será gradativa, pois é a melhor maneira de se atender o interesse público. Afinal, tais servidores exercem atividades

*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia*

104
BB

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

que são imprescindíveis para o Município e a Prefeitura de Jacareí não pode, simplesmente, dispensá-los de uma só vez.

42. Ademais, a existência de servidores não concursados e não estáveis e a presença destes no plano de previdência municipal não é situação criada pelo atual Prefeito. O problema é oriundo de anos anteriores e a atual gestão tem tomado todas as providências para regularizar a matéria no mais breve tempo possível, realizando os concursos públicos devidos.

RESULTADO ECONÔMICO

43. O parecer da Auditoria diz que a Municipalidade deixou de incluir, nas demonstrações financeiras municipais, o valor de R\$ 24.240.339,01, referente à dívida existente junto ao Instituto Municipal de Previdência de Jacareí.

44. Entretanto, embora a Prefeitura de Jacareí reconheça a existência de dívidas junto ao IPMJ, o valor mencionado pelo auditor não corresponde ao débito reconhecido. Há duas ações de cobrança movidas pela autarquia, ainda não sentenciadas, em que se discutem os valores devidos pela Municipalidade. Assim, foi contabilizado apenas o valor de R\$ 11.473.762,71, referente à parte incontroversa da dívida.

[Handwritten signature]

Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

45. Portanto, a não inclusão do valor da dívida cobrada pela IPMJ não prejudica a avaliação do resultado econômico do Prefeitura de Jacareí, pois apenas uma eventual decisão desfavorável emitida pelo Poder Judiciário faria com que tais valores integrassem o passivo da Municipalidade. E a decretação da procedência ou da improcedência da ação é incumbência do Poder Judiciário e não do nobre Auditor, *data maxima venia*.

DENÚNCIAS

46. Cinco denúncias são mencionadas pela UR-7: 390/007/02, 29621/026/01, 2759/007/01, 30610/026/01 e 14895/026/01, esta referente a comunicação feita pelo ex-Secretário de Assuntos Federativos da Presidência da República e as demais pelo Vereador Pedro de Alcântara Mota, inimigo político do atual Prefeito de Jacareí.

47. A existência de Denúncias não justifica a emissão de parecer desfavorável à aprovação das Contas da Prefeitura de Jacareí. Afinal, elas serão julgadas por esse Egrégio Tribunal e, por serem todas infundadas, a Municipalidade confia no julgamento pela improcedência.

48. O próprio parecer destaca que a opinião pela improcedência das denúncias, exceção feita ao TC 14895/026/01, na qual o

[Handwritten signature]

*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

auditor opina pela procedência parcial da denúncia. Os esclarecimentos às representações serão apresentados nos respectivos autos.

49. Por fim, eventual procedência de qualquer das denúncias implicará em consequências distintas da reprovação das Contas da Prefeitura de Jacareí, razão pela qual resta superada a demonstração da regularidade das Contas neste tópico.

ATENDIMENTO ÀS INSTRUÇÕES DO TCE

50. A questão relacionada à quebra de ordem cronológica já foi esclarecida nesta peça. O Executivo Municipal procurará sempre evitar novas falhas formais e sempre atender as orientações deste Egrégio Tribunal. Porém, as falhas formais apontadas não justificam a emissão de parecer desfavorável à aprovação das Contas.

51. No mais, a Auditoria reconheceu o atendimento das recomendações, instruções e Lei Orgânica desse Egrégio Tribunal pela Prefeitura de Jacareí, com algumas exceções que serão evitadas nos próximos exercícios.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

52. Não houve subavaliação na estimativa de arrecadação para o exercício de 2001. No exercício anterior, o Município

R.

Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

arrecadou R\$ 132.168.325,31. Logo, a previsão de R\$ 136.682.100,00 está em perfeita conformidade com o comando do artigo 30 da Lei 4.320/64, a qual diz que *“a estimativa da receita terá por base as demonstrações a que se refere o artigo anterior à arrecadação dos 3 (três) últimos exercícios, pelo menos, bem como as circunstâncias de ordem conjuntural e outras, que possam afetar a produtividade de cada fonte da receita”*. E a estimativa foi aprovada pela Câmara Municipal, a qual é auxiliada pelo Egrégio Tribunal de Contas na apreciação das Contas da Prefeitura. Eventuais falhas da lei não podem ser imputadas ao Chefe do Executivo, em sede de prestação de contas.

53. A arrecadação em valor superior ao estimado conforme o artigo 30 da Lei 4.320/64 se deve à eficiente administração financeira da Prefeitura no exercício de 2001. Não se trata, portanto, de estimativa subavaliada.

APLICAÇÃO NO ENSINO

54. A Prefeitura de Jacareí acata as correções feitas pela Auditoria no que diz respeito às categorias funcionais / programáticas 12.362 e 12.363 e a não dedução de recursos vinculados (transporte de alunos e QESE).

*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

55. Entretanto, não há justificativa para exclusão do cálculo da função programa 12.122, o que resultou em uma demonstração a menor de R\$ 1.960.959,40 no demonstrativo de despesas com educação no Município de Jacareí. Embora o elemento de despesa não seja vinculado ao ensino, tais despesas foram efetivamente realizadas com este fim e não podem ser excluídas do cálculo.

56. A Prefeitura de Jacareí também se opõe à exclusão do total aplicado o valor relativo aos restos a pagar, pois todas as despesas foram efetivadas nos primeiros meses do exercício de 2002.

57. Feitas as correções determinadas pela Auditoria, excetuando aquelas referente à exclusão das despesas da função programa 12.122, o cálculo correto para verificação do cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal é o seguinte:

Receita de Impostos de Transferência de Impostos: R\$ 114.242.809,81	
Total Aplicado no Ensino:	R\$ 28.961.491,57
Percentual:	25,35%

58. Ademais, deve se destacar que foi a principal causa da reprovação das Contas do exercício de 2000 da Prefeitura de Jacareí foi a insuficiência na aplicação do ensino. A recuperação do

*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

desempenho é fruto da preocupação da Municipalidade com a educação e com o cumprimento dos dispositivos constitucionais.

REPASSES DECENDIAIS

59. Por fim, em relação ao repasses decendiais, consignou a auditoria que foram abertas as contas bancárias específicas mas que apenas parte destes foi realizada. Como não há maiores esclarecimentos sobre quais seriam as irregularidades detectadas, fica prejudicada a apresentação de justificativas específicas.

60. Pode-se adiantar, contudo, que todos os recursos foram devidamente repassados e aplicados no ensino.

CONCLUSÃO

61. Demonstrada a absoluta regularidade das contas do Município de Jacareí referentes ao ano de 2001, espera-se a sua devida aprovação.

São Paulo, 20 de março de 2003.



*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br



MARCOS AUGUSTO PEREZ

OAB/SP 100.075



JOSÉ ROBERTO MANESCO

OAB/SP 61.471



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 88
Prog. 1332/026/01
S. Nou

Juntamos nos presentes autos os documentos de fls.67/88.
Ao Gabinete.
CGCRRM, em 24 de março de 2003

Ivone da S. Souza
Ivone da Silva Souza
Aux. Fisc. Financeira V



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º _____

Proc. _____

TC - 1932/026/01 - fls.90

DESPACHO DO CONSELHEIRO ROBSON MARINHO

Processo : TC - 1932/026/01

Interessado : Prefeitura Municipal de Jacareí

Exercício : 2001.

Sobre a matéria manifeste-se a Unidade de Economia e Jurídica de ATJ, indo os autos à SDG, na hipótese do artigo 211 do Regimento Interno.

GC., em 31 de março de 2003.


ROBSON MARINHO

Conselheiro

rcbnm.e



TC n.º - 1932/026/01
Folhas n.º - 91

Senhor Assessor Procurador Chefe,

Dando atendimento à retro determinação, passamos a nos manifestar.

Tratam os autos das Contas anuais do Município de Jacarei referente ao exercício de 2001.

O bem elaborado relatório da auditoria, trouxe ao seu final algumas falhas que foram relacionadas às fls. 35/37.

Das falhas apontadas entendemos que sejam pertinentes o item 1, item 2.2.2., item 4.2., e item 8, as demais falhas cabe a Unidade Jurídica a devida análise.

Examinamos a defesa apresentada de fls. 67/88, onde a defesa esclareceu o seguinte :

- item 1 – houve falha formal, e no exercício de 2001 foi dado o cabal cumprimento.
- item 2.2.2. – os lançamentos efetuados ocorreram em função de inúmeras cobranças através de ações de cobrança, tendo sido ajuizadas neste exercício.
- item 4.2. – A falta de inclusão referente a valores de dívidas previdenciárias, foi em função de que os valores questionados estão sendo discutidos na justiça e ainda não foram sentenciadas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

114
38

TC n.º - 1932/026/01
Folhas n.º - 92

- item 8 – Alega a defesa que não houve por parte da Prefeitura subavaliação no orçamento e que foram seguidos os critérios da LF 4320.

As justificativas nestes itens são procedentes, razão pela qual acatamos a argumentação.

Analizamos o restante da documentação e concluímos que as Contas estão em boa ordem, nada a obstar.

Somos pela **aprovação** das Contas do exercício de 2001 do Município de Jacareí, tendo em vista *exclusivamente os aspectos econômicos e financeiros*.

À consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J. – Unidade de Economia.
Em, 09 de Abril de 2003.

ALAN ROBERTO HOFFMEIER
ASSESSOR TÉCNICO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 93
TC-1932/026/01
Proc. Kella

Processo : TC-1932/026/01
Interessada : Prefeitura Municipal de Jacareí
Assunto : Aplicação no Ensino
Exercício : 2001

Senhor Assessor Procurador-Chefe:

Para atender ao r. despacho do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator à fl. 90, analisamos as justificativas apresentadas pela defesa (fls. 85/87), em relação à aplicação no ensino, e concluímos que não lhe assiste razão em querer ver incluídos os valores dos recursos recebidos (transporte de alunos e Qese), visto que as despesas com os recursos foram consideradas nos cálculos efetuados pela auditoria.

Quanto à exclusão dos valores inscritos em restos a pagar, verificamos que havia um saldo em 31.12.01, referente aos recursos supracitados no valor de R\$ 506.858,22 (Quadro 06 - fl. 553 do acessório 2).

Por outro lado, constatamos que a auditoria não considerou em seus cálculos as despesas com Pessoal Civil (Merendeira)⁽¹⁾ no valor de R\$ 483.925,88 (Balancete de Despesas fl. 569 do acessório 2).

⁽¹⁾ Merenda Escolar (fl. 569 do acessório 2)

(+) Despesas com Pessoal Civil	R\$ 483.925,88
(-) Restos a pagar	R\$ 22.909,27
Total	R\$ 401.016,61



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 94
TC-1932/026/01
Proc. Kela

Assim sendo, refizemos os cálculos para neles incluir os valores retrocitados, que passam a ter seguinte configuração:

APLICAÇÃO NO ENSINO	
Total das Receitas Provenientes de Impostos	R\$114.242.809,88
Total da aplicação obrigatória (25%)	R\$ 28.560.702,47

ENSINO INFANTIL	
Valor empenhado fl. 581 do ac. 2	R\$ 8.911.552,77
Total	R\$ 8.911.552,77

ENSINO FUNDAMENTAL	
Valor empenhado fl. 581 do ac. 2	R\$ 14.821.472,76
(+) Saldo conta Qese	R\$ 506.858,22
(+) Despesas com Pessoal da Merenda	R\$ 401.016,61
Total	R\$ 15.729.347,59
Total das Despesas	R\$ 24.640.900,36

Total das Despesas	R\$ 24.640.900,36	21,57%
Total das Receitas	R\$ 114.242.809,81	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 95
TC-1932/026/01
Proc. Kella

ENSINO FUNDAMENTAL - 60%		
Valor mínimo a ser aplicado	R\$ 17.136.421,48	
Total Aplicado no Fundamental	R\$ 15.729.347,59	55,07%
Total da Aplicação Obrigatória (25%)	R\$ 28.560.702,47	

Ante o exposto e demonstrado, vê-se que a Prefeitura Municipal de Jacareí, aplicou o correspondente a 21,57% na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, cujo mínimo é de 25%, faltando R\$ 3.919.802,09 (3,43%), e no Ensino Fundamental aplicou 55,07% ou 13,77%, não dando integral cumprimento ao disposto no § 5º do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal, que determina aplicação mínima de 60%, ou seja, 15% das Receitas de Impostos.

É a manifestação que submetemos à consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J., 14 de maio de 2003

Delza Aparecida Pereira de Araujo
Agente da Fiscalização Financeira
À disposição da ATJ-Econômica



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO 96

001932/026/01

ATJ - ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA
UNIDADE JURÍDICA

Processo: TC - 001932/026/01

Órgão: Prefeitura Municipal de Jacareí

Em exame: Contas do exercício de 2001

Prefeito : Marco Aurélio de Souza (1º/01 a 30/06/2001; 07/07 a 12/10/2001 e 26/10 a 31/12/01 e Maria Cristina de Paula Machado (1º/07 a 06/07/2001 e 13/10 a 25/10/2001).

Aplicação no ensino: 21,57% (art. 212 da CF)
55,07% (art. 60 do ADCT com a redação da EC - 14/96)

Aplicação na saúde: 22,59% (art. 77 do ADCT)

Despesas com pessoal e reflexos: 43,42%

Execução orçamentária: superávit de 5,41%

Remuneração dos agentes políticos: Prefeito - em ordem
Vice-Prefeito - em ordem

Senhor Assessor Procurador-Chefe:

Tratam os autos do exame das contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, exercício de 2001, prestadas pelo

96



**ATJ - ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA
UNIDADE JURÍDICA**

Chefe do Poder Executivo em cumprimento a determinação constitucional.

Os trabalhos de inspeção “in loco” estiveram a cargo da Diretoria de Fiscalização - 7.4, que elaborou o relatório de fls. 05/37, demonstrando, de maneira pormenorizada, os procedimentos de gestão envolvendo os aspectos administrativos, econômicos, financeiros, contábeis e patrimoniais.

No resumo apresentado ao final do relatório a Auditoria anotou impropriedades em alguns itens (fls. 35/37).

Efetuada a notificação de fls. 41/42, o Sr. Marco Aurélio de Souza (Prefeito) apresentou as justificativas de fls. 67/88.

É o relatório.

As despesas com pessoal e reflexos encontram-se de acordo com o limite estabelecido na letra “b”, inciso III do artigo 20 da L.R.F., correspondendo a 43,42% do total das receitas correntes.

No tocante ao atendimento dos objetivos basilares da Lei de Responsabilidade Fiscal, quais sejam, equilíbrio orçamentário - resultado positivo entre receita e despesa e redução do nível de endividamento, não se pode afirmar com certeza que o Executivo Municipal contrariou o disposto no artigo 72, uma vez que houve impossibilidade de apuração do índice percentual das despesas com Serviços de Terceiros, (falha na classificação contábil,

ATJ - ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA
UNIDADE JURÍDICA

falta dos registros dos elementos de despesas previstos na Portaria Interministerial nº 163/2001 e consequente infringência do artigo 15 da Lei nº 4.320/64). Há considerar, todavia, o entendimento firmado nesta C. Corte, de que eventual falha da natureza que ora se examina não tem relevância suficiente para comprometer o exame das Contas, sendo ensejadora de recomendações à Origem.

De se registrar que a Prefeitura atendeu o disposto no § 1º do artigo 77 do ADCT, com aplicação de 22,59% da receita de impostos nas ações e serviços públicos de saúde.

Os recolhimentos dos Encargos Sociais (item - 3.4) encontram-se regulares conforme fls. 21.

Alusivo ao item 2.2.2 - Dívida Ativa - em que pesem as alegações de fls. 73, proponho seja feita recomendação para que Prefeitura adote procedimentos mais eficazes para cobrança de seus créditos.

Atinente ao item 2.3.4 - Licitações, as falhas apontadas pela Auditoria são formais e foram justificadas a contento pela Origem, conforme fls. 73/79.

Relativamente ao item 2.3.7 - Aplicação dos recursos arrecadados com multas de trânsito, considero afastada a impugnação ante as justificativas no teor de que o artigo 320 da Lei Federal 9.503/97 estabelece que a receita arrecadada com multas de trânsito deve ser aplicado **exclusivamente** em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação de trânsito e não que o valor deva ser **integralmente** aplicado em trânsito no mesmo exercício da arrecadação. Todavia, proponho que a Auditoria confirme a aplicação do valor excedente arrecadado por ocasião do próximo exame de Contas.

Sobre o item 3.1 - Pessoal, não obstante as justificativas de fls. 81/82, as impropriedades apontadas

ATJ - ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA
UNIDADE JURÍDICA

pela Auditoria ensejam sejam recomendações para que a Administração adote providências regularizadoras.

Atinente ao item 06 - Denúncias/Representações ratifico o entendimento da Auditoria pela improcedência das denúncias constantes dos expedientes n.ºs. 390/007/02; 29621/026/01; 2759/007/01 e 30610/026/01. Sobre o expediente TC- 14895/026/2001, levando em conta que as denúncias são parcialmente procedentes (especificamente sobre a coleta de lixo hospitalar, fase de execução contratual, execução de serviços extraordinários não previstos no contrato inicial) proponho que a matéria tenha trâmite individualizado e apreciação em autos próprios nesta Casa.

Em que pesem estes aspectos favoráveis ou passíveis de relevação, **motiva a rejeição das contas em exame a aplicação na manutenção e desenvolvimento no ensino em percentual inferior ao limite constitucionalmente exigido** (artigo 212 da Constituição Federal). Conforme apurado pelo Setor de Cálculos desta ATJ (fls. 93/94), **o índice de aplicação foi de 21,57%, abaixo em 3,43% do mínimo exigido pela Lei Maior**, mesmo incluindo nos cálculos os valores inscritos em restos a pagar com saldo em 31/12/01 no montante de R\$ 506.858,22 e despesas com Pessoal Civil (Merendeira) no montante de R\$ 401.016,61.

Expôs, também, que a pretensão da Origem de ver incluídos os valores dos recursos recebidos (transporte de alunos e Qese) não deve prosperar uma vez que tais recursos já foram considerados nos cálculos efetuados pela Auditoria.

Ainda há considerar que a Prefeitura aplicou 55,07% dos recursos resultantes de impostos no ensino fundamental, abaixo portanto do limite mínimo estabelecido pelo "caput" do artigo 60 do ADCT. Desde o exercício de 1999 a falha vem sendo considerada grave e segundo a jurisprudência firmada nesta Casa, **também possui força para, por si só, comprometer o exame das contas.**



**ATJ - ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA
UNIDADE JURÍDICA**

Quanto as demais impropriedades apontadas de competência desta Unidade Jurídica, penso, s.m.j., que foram afastadas pelas justificativas apresentadas ou são formais ensejadoras, de uma forma geral, de recomendações para que a Origem regularize ou doravante se abstenha das práticas impugnadas, atentando com rigor a legislação vigente.

À margem desta manifestação, não me oponho a autuação de processos próprios para dirimir eventuais máculas não liquidadas no r. Parecer a ser exarado.

Conclusão

Pelo exposto, manifesto-me pela emissão de parecer desfavorável às contas da Prefeitura Municipal de Jacareí, exercício de 2001, sem embargo das propostas constantes do corpo deste pronunciamento.

À consideração de Vossa Senhoria.

**A.T.J. (Unidade Jurídica),
em 11 de junho de 2003**

Rogério Loubet Pantaleão
Assessor Técnico/Procurador
Substituto



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

11.101
LSC
BB

Excelentíssimo Senhor Relator,

Demonstrativos da Prefeitura de Jacareí;
exercício econômico-financeiro de 2001.

O posicionamento da Unidade Jurídica está de acordo com a linha de entendimento desta ATJ, assim, manifesto-me pela emissão de **Parecer Desfavorável** aos demonstrativos em exame, sem embargo das recomendações propostas.

À elevada consideração de Vossa Excelência,
com prévio trânsito pela d. SDG.

ATJ, 12 de junho de 2003.

Francisco Roberto Silva Junior
Assessor Procurador - Chefe

JR/

Recebido noja.
23.06.2003
70007

Rel de Dotações = 2001 =

Numero Orgão Econômica Funcional Prj/Atv Descrição

1932/026/01188

153/88

FUNDO MUNICIPAL ASSISTENCIAL

00042	09.02.00	3.4.50.00.00	08 244 0804	2 009	subvenções sociais
00043	09.02.00	3.4.50.00.00	12 361 1201	2 009	subvenções sociais
00044	09.02.00	3.4.50.00.00	12 365 1204	2 009	subvenções sociais
00046	09.02.00	3.4.90.00.00	08 244 0804	2 011	transferências a pessoas
00045	09.02.00	3.4.90.00.00	08 244 0804	2 012	fundo municipal assistencial
00047	09.02.00	4.5.90.00.00	08 244 0804	1 001	equipamentos e material permanente

SECRETARIA DE SAÚDE E HIGIENE

00049	10.01.00	3.1.90.00.00	10 301 1002	2 013	manutenção dos serviços
00048	10.01.00	3.1.90.00.00	10 302 0901	2 003	encargos previdenciários
00050	10.01.00	3.4.90.00.00	10 301 1002	2 013	manutenção dos serviços
00052	10.01.00	4.5.90.00.00	10 301 1002	1 001	equipamentos e material permanente
00051	10.01.00	4.5.90.00.00	10 301 1002	1 004	obras de saúde pública

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GABINETE DA SECRETÁRIA E DEPENDÊNCIAS

00053	11.01.00	3.1.90.00.00	12 122 0402	2 014	manutenção do ensino *
00056	11.01.00	3.4.90.00.00	12 122 0402	2 014	manutenção do ensino *
00054	11.01.00	3.4.90.00.00	12 362 1212	2 018	bolsas de estudo
00057	11.01.00	3.4.90.00.00	12 363 1206	2 014	manutenção do ensino
00055	11.01.00	3.4.90.00.00	12 364 1208	2 024	transporte universitário
00058	11.01.00	3.4.90.00.00	12 366 1215	2 014	manutenção do ensino
00059	11.01.00	3.4.90.00.00	12 366 1218	2 014	manutenção do ensino
00060	11.01.00	4.5.90.00.00	12 122 0402	1 001	equipamentos e material permanente *

ENSINO FUNDAMENTAL

00061	11.01.01	3.1.90.00.00	12 361 0901	2 003	encargos previdenciários
00063	11.01.01	3.1.90.00.00	12 361 1201	2 003	encargos previdenciários
00062	11.01.01	3.1.90.00.00	12 361 1201	2 014	manutenção do ensino
00064	11.01.01	3.4.20.00.00	12 361 0901	2 003	encargos previdenciários
00065	11.01.01	3.4.30.00.00	12 361 1201	2 014	manutenção do ensino
00066	11.01.01	3.4.90.00.00	12 361 1201	2 014	manutenção do ensino
00068	11.01.01	4.5.90.00.00	12 361 1201	1 001	equipamentos e material permanente
00067	11.01.01	4.5.90.00.00	12 361 1201	1 005	obras educacionais

* atribuição errônea da subfunção (o correto é 12.361). Foi regularizado a partir de 2002.

Numero Orgão Econômica Funcional Prj/Atv Descrição

FUNDEF

E-1932/026/0 V 189

JSA
/ 09

00070	11.01.02	3.1.90.00.00	12 361 0901	2 015	valorização do magistério
00069	11.01.02	3.1.90.00.00	12 361 1201	2 015	valorização do magistério
00071	11.01.02	3.4.90.00.00	12 361 1201	2 016	manutenção do fundef
00073	11.01.02	4.5.90.00.00	12 361 1201	1 001	equipamentos e material permanente
00072	11.01.02	4.5.90.00.00	12 361 1201	1 005	obras educacionais

ENSINO PRÉ ESCOLAR

00074	11.01.03	3.1.90.00.00	12 365 1203	2 014	manutenção do ensino
00075	11.01.03	3.4.90.00.00	12 365 1203	2 014	manutenção do ensino
00077	11.01.03	4.5.90.00.00	12 365 1203	1 001	equipamentos e material permanente
00076	11.01.03	4.5.90.00.00	12 365 1203	1 005	obras educacionais

CRECHES

00079	11.01.04	3.1.90.00.00	12 365 1204	2 003	encargos previdenciários
00078	11.01.04	3.1.90.00.00	12 365 1204	2 014	manutenção do ensino
00080	11.01.04	3.4.90.00.00	12 365 1204	2 014	manutenção do ensino
00082	11.01.04	4.5.90.00.00	12 365 1204	1 001	equipamentos e material permanente
00081	11.01.04	4.5.90.00.00	12 365 1204	1 012	construção de creches

MERENDA ESCOLAR

00083	11.01.05	3.1.90.00.00	12 361 1205	2 017	manutenção da merenda
ok 00084	11.01.05	3.4.90.00.00	12 361 1205	2 017	manutenção da merenda
00086	11.01.05	4.5.90.00.00	12 361 1205	1 001	equipamentos e material permanente
00085	11.01.05	4.5.90.00.00	12 361 1205	1 013	obras referente a merenda escolar

EDUCAÇÃO ESPECIAL

00087	11.01.06	3.1.90.00.00	12 367 1209	2 014	manutenção do ensino
00088	11.01.06	3.4.90.00.00	12 367 1209	2 014	manutenção do ensino
00089	11.01.06	4.5.90.00.00	12 367 1209	1 001	equipamentos e material permanente

total de Dotações = 2002 =

11 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

11.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO E DEPENDÊNCIAS

- 0088 11.01.12.361.019.3.3.90.00.2.014 DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR
Rec. Conv. Merenda
- 0089 11.01.12.361.019.3.3.90.00.2.014 DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR
- 0090 11.01.12.362.020.3.3.90.00.2.015 BOLSAS DE ESTUDO
- 0091 11.01.12.364.021.3.3.90.00.2.016 TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO
- 0188 11.01.12.366.050.3.3.90.00.2.054 MANUTENÇÃO DO MOVA

11-12327026101190

15/10

11.02 - ENSINO FUNDAMENTAL

- 0092 11.02.12.361.008.3.3.90.00.2.028 CAMPANHA EDUCATIVA E DIVULGAÇÃO
- 0093 11.02.12.361.010.4.4.90.00.1.018 RENOVAÇÃO FROTA DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS
- 0094 11.02.12.361.022.3.3.70.00.2.017 MANUTENÇÃO DO ENSINO
- 0095 11.02.12.361.022.3.3.90.00.2.017 MANUTENÇÃO DO ENSINO
- 0096 11.02.12.361.022.3.3.90.00.2.044 TRANSPORTE DE ALUNOS
Rec. Conv. Transporte de Alunos
- 0097 11.02.12.361.022.3.3.90.00.2.044 TRANSPORTE DE ALUNOS
- 0098 11.02.12.361.022.4.4.90.00.1.002 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
- 11.02.12.361.022.4.4.90.00.1.007 OBRAS EDUCACIONAIS
- 0100 11.02.12.361.043.3.3.90.00.2.024 VALE-ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO
- 0101 11.02.12.361.043.3.3.90.00.2.025 VALE-TRANSPORTE

incorporados
que em 2001
era função
12.122.

11.03 - FUNDEF

- 0102 11.03.12.361.002.3.1.90.00.2.002 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS
Rec. FUNDEF
- 0103 11.03.12.361.023.3.1.90.00.2.029 DESPESA COM PESSOAL
Rec. FUNDEF
- 0104 11.03.12.361.023.3.3.90.00.2.018 MANUTENÇÃO DO FUNDEF
Rec. FUNDEF
- 0105 11.03.12.361.023.4.4.90.00.1.002 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
Rec. FUNDEF

11.04 - ENSINO INFANTIL

- 0106 11.04.12.365.002.3.1.90.00.2.002 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS
- 0107 11.04.12.365.024.3.1.90.00.2.029 DESPESA COM PESSOAL
- 0108 11.04.12.365.024.3.3.90.00.2.017 MANUTENÇÃO DO ENSINO
- 0109 11.04.12.365.024.4.4.90.00.1.002 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
- 0110 11.04.12.365.024.4.4.90.00.1.007 OBRAS EDUCACIONAIS

11.05 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES

- 0046 11.05.27.811.013.3.1.90.00.2.029 DESPESA COM PESSOAL
- 0047 11.05.27.811.013.3.3.90.00.2.008 MANUTENÇÃO DA UNIDADE
- 0048 11.05.27.811.013.3.3.90.00.2.034 CONVÊNIO C/ ENTIDADES ESPORTIVAS
- 0187 11.05.27.811.013.3.3.90.00.2.053 INDENIZAÇÃO A LIGA DE BASQUETEBOL
- 0049 11.05.27.811.013.4.4.90.00.1.002 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
- 0050 11.05.27.811.013.4.4.90.00.1.003 OBRAS ESPORTIVAS

== 1932/026/0 1191

156/08

Dotação 4.5.90



Prefeitura Municipal de Jacareí

Razão por Dotação

Período de 02/01/2001 a 31/12/2001

Ficha: 60		Dotação: 11.01.459000.12.122.0402.1001		Valor Orcado: 30.000,00			
Data	Movimento	Suplementado	Anulado	Indexado	Reservado	Empenhado	Saldo
09/02/2001	Saldo Anterior						30.000,00
	empenho nº. 642/2001	0,00	0,00	0,00	0,00	46,00 ✓	29.954,00
	credor: RODOLFO RODRIGUES DA MOTTA ME						
02/03/2001	empenho nº. 936/2001	0,00	0,00	0,00	0,00	1.480,00	28.474,00
	credor: COMERCIAL FERRO D'AGUA LTDA						
06/03/2001	empenho nº. 1001/2001	0,00	0,00	0,00	0,00	510,00 ✓	27.964,00
	credor: ARMR COMÉRCIO E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA						
12/03/2001	empenho nº. 1144/2001	0,00	0,00	0,00	0,00	249,00 ✓	27.715,00
	credor: MARFVALE COM. REPR. MÓVEIS ESCRITÓRIO LTDA						
15/03/2001	empenho nº. 1276/2001	0,00	0,00	0,00	0,00	110,00 ✓	27.605,00
	credor: FIRE SERVICES E COM. LTDA ME						
22/03/2001	empenho nº. 1432/2001	0,00	0,00	0,00	0,00	460,00	27.145,00
	credor: W.R. NERI JACAREI ME						
23/03/2001	empenho nº. 1489/2001	0,00	0,00	0,00	0,00	610,00 ✓	26.535,00
	credor: ULTRALOJAS LAR E LAZER LTDA						
23/03/2001	empenho nº. 1492/2001	0,00	0,00	0,00	0,00	698,00 ✓	25.837,00
	credor: CASAS BAHIA COMERCIAL LTDA						
23/03/2001	empenho nº. 1494/2001	0,00	0,00	0,00	0,00	160,00 ✓	25.677,00
	credor: ULTRALOJAS LAR E LAZER LTDA						
28/03/2001	estorno nº. 133 Ref. ao Empenho nº. 936/2001	0,00	0,00	0,00	0,00	1.480,00	27.157,00
05/04/2001	empenho nº. 1753/2001	0,00	0,00	0,00	0,00	1.480,00 ✓	25.677,00
	credor: COMERCIAL FERRO D'AGUA LTDA						
08/05/2001	empenho nº. 2525/2001	0,00	0,00	0,00	0,00	213,50 ✓	25.463,50
	credor: SUPRIATNA TAMUSADY ME ✕						
14/05/2001	empenho nº. 2678/2001	0,00	0,00	0,00	0,00	66,00 ✓	25.397,50
	credor: SUPRIATNA TAMUSADY ME ✕						
21/05/2001	empenho nº. 2909/2001	0,00	0,00	0,00	0,00	115,00	25.282,50
	credor: VALE VERDE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA						
21/05/2001	empenho nº. 2925/2001	0,00	0,00	0,00	0,00	49,40 ✓	25.233,10
	credor: SKILO PAPELARIA LIVRARIA E BAZAR LTDA - ME ✕						
23/05/2001	empenho nº. 3009/2001	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00 ✓	25.183,10
	credor: FERNANDO ABRAHAO NEME - EPP						

454
28



Prefeitura Municipal de Jacareí

Razão por Dotação

Período de 02/01/2001 a 31/12/2001

Ficha: 60 Dotação: 11.01.459000.12.122.0402.1001

Data	Movimento	Suplementado	Anulado	Indexado	Reservado	Empenhado	Saldo
24/05/2001	empenho nº. 3026/2001 credor: MARVALE COM. REPR. MÓVEIS ESCRITÓRIO LTDA	0,00	0,00	0,00	0,00	792,00 ✓	24.391,10
25/05/2001	empenho nº. 3076/2001 credor: MERCADO ATIVO COMÉRCIO E REPRES. LTDA.	0,00	0,00	0,00	0,00	1.382,00 ✓	23.009,10
25/05/2001	empenho nº. 3080/2001 credor: JESSE DE ANDRADE MARTINEZ - ME	0,00	0,00	0,00	0,00	810,00 ✓	22.199,10
25/05/2001	empenho nº. 3081/2001 credor: COMÉRCIO DE ROUPAS ROSA & ROSA LTDA ME	0,00	0,00	0,00	0,00	1.636,00 ✓	20.563,10
28/05/2001	estorno nº. 273 Ref. ao Empenho nº. 3076/2001	0,00	0,00	0,00	0,00	-157,00 ✓	20.720,10
08/06/2001	empenho nº. 3476/2001 credor: FERNANDO ABRAHAO NEME - EPP	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00 ✓	20.470,10
08/06/2001	empenho nº. 3493/2001 credor: CESAR & PACINI LTDA -#	0,00	0,00	0,00	0,00	35,00 ✓	20.435,10
11/06/2001	reserva nº. 105	0,00	0,00	0,00	256,00	0,00	20.179,10
11/06/2001	reserva nº. 108	0,00	0,00	0,00	1.028,50	0,00	19.150,60
03/07/2001	empenho nº. 3992/2001 credor: A.T. INFORMÁTICA LTDA ME	0,00	0,00	0,00	0,00	65,00	19.085,60
03/07/2001	empenho nº. 3997/2001 credor: GUIMARÃES & ROCHA SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA LTDA - ME	0,00	0,00	0,00	0,00	417,00	18.668,60
31/07/2001	reserva nº. 143	0,00	0,00	0,00	3.149,40	0,00	15.519,20
31/07/2001	reserva nº. 147	0,00	0,00	0,00	1.070,00	0,00	14.449,20
07/08/2001	empenho nº. 4744/2001 credor: BAZAR SETE DE JACAREÍ LTDA ME	0,00	0,00	0,00	0,00	273,00 ✓	14.176,20
07/08/2001	empenho nº. 4745/2001 credor: ISABEL CRISTINA G. RESENDE RAMOS - ME	0,00	0,00	0,00	0,00	755,50 ✓	13.420,70
09/08/2001	empenho nº. 4824/2001 credor: TRAVIATA COMERCIAL LTDA	0,00	0,00	0,00	0,00	1.070,00 ✓	12.350,70
13/08/2001	empenho nº. 4914/2001 credor: RONALDO T.P. FLORES	0,00	0,00	0,00	0,00	256,00 ✓	12.094,70
13/08/2001	empenho nº. 4931/2001 credor: NORTE VALE EQUIPAMENTOS COMERCIAIS LTDA	0,00	0,00	0,00	0,00	1.799,40 ✓	10.295,30



Prefeitura Municipal de Jacareí

Razão por Dotação

Período de 02/01/2001 a 31/12/2001

Ficha: 60 Dotação: 11.01.459000.12.122.0402.1001

Data	Movimento	Suplementado	Anulado	Indexado	Reservado	Empenhado	Saldo
13/08/2001	empenho nº. 4932/2001 credor: ULTRA LOJAS LAR E LAZER LTDA	0,00	0,00	0,00	0,00	1.350,00	8.945,30
17/08/2001	reserva nº. 430	0,00	0,00	0,00	165,00	0,00	8.780,30
22/08/2001	empenho nº. 5270/2001 credor: CONATEC - CONSULTORIA ASSISTENCIA TÉCNICA E CONCURSOS S/C.	0,00	0,00	0,00	0,00	165,00	8.615,30
29/08/2001	reserva nº. 609	0,00	0,00	0,00	22,40	0,00	8.592,90
31/08/2001	empenho nº. 5716/2001 credor: D.A. COUTINHO & CIA LTDA	0,00	0,00	0,00	0,00	22,40	8.570,50
04/09/2001	reserva nº. 682	0,00	0,00	0,00	188,00	0,00	8.382,50
06/09/2001	desbloqueio da Reserva: 682	0,00	0,00	0,00	-188,00	0,00	8.570,50
06/09/2001	empenho nº. 5912/2001 - Utilizando a Reserva: 682 credor: MERCADO ATIVO COMÉRCIO E REPRES. LTDA.	0,00	0,00	0,00	0,00	188,00	8.382,50
12/09/2001	empenho nº. 6055/2001 credor: ISABEL CRISTINA G. RESENDE RAMOS - ME	0,00	0,00	0,00	0,00	90,50	8.292,00
13/09/2001	suplementação 23/5	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.292,00
13/09/2001	reserva nº. 850	0,00	0,00	0,00	254,20	0,00	18.037,80
13/09/2001	reserva nº. 824	0,00	0,00	0,00	28,00	0,00	18.009,80
13/09/2001	reserva nº. 826	0,00	0,00	0,00	58,10	0,00	17.951,70
13/09/2001	reserva nº. 832	0,00	0,00	0,00	102,00	0,00	17.849,70
14/09/2001	desbloqueio da Reserva: 832	0,00	0,00	0,00	-102,00	0,00	17.951,70
14/09/2001	empenho nº. 6201/2001 - Utilizando a Reserva: 832 credor: SKILO PAPELARIA LIVRARIA E BAZAR LTDA - ME *	0,00	0,00	0,00	0,00	102,00	17.849,70
14/09/2001	desbloqueio da Reserva: 826	0,00	0,00	0,00	-58,10	0,00	17.907,80
14/09/2001	empenho nº. 6224/2001 - Utilizando a Reserva: 826 credor: EDITORA ALFA - OMEGA LTDA	0,00	0,00	0,00	0,00	58,10	17.849,70
17/09/2001	desbloqueio da Reserva: 824	0,00	0,00	0,00	-28,00	0,00	17.877,70
17/09/2001	empenho nº. 6256/2001 - Utilizando a Reserva: 824 credor: EDITORA ALFA - OMEGA LTDA	0,00	0,00	0,00	0,00	28,00	17.849,70
17/09/2001	desbloqueio da Reserva: 850	0,00	0,00	0,00	-254,20	0,00	18.103,90
17/09/2001	empenho nº. 6272/2001 - Utilizando a Reserva: 850 credor: EDITORA ALFA - OMEGA LTDA	0,00	0,00	0,00	0,00	254,20	17.849,70
26/09/2001	reserva nº. 1055	0,00	0,00	0,00	13,50	0,00	17.836,20

SIADEN / 072120 - 16/01/2003 - 07:39:01

*** Totalizados 219,70 ✓

159
38



Prefeitura Municipal de Jacareí

Razão por Dotação

Período de 02/01/2001 a 31/12/2001

Ficha: 60		Dotação: 11.01.459000.12.122.0402.1001	Valor Orcado: 30.000,00					
Data	Movimento		Suplementado	Anulado	Indexado	Reservado	Empenhado	Saldo
27/09/2001	desbloqueio da Reserva: 1055		0,00	0,00	0,00	-13,50	0,00	17.849,70
27/09/2001	empenho nº. 6658/2001 - Utilizando a Reserva: 1055 credor: NURTATI RAHARDJA ME *		0,00	0,00	0,00	0,00	13,50	17.836,20
28/11/2001	desbloqueio da Reserva: 105		0,00	0,00	0,00	-256,00	0,00	18.092,20
28/11/2001	desbloqueio da Reserva: 108		0,00	0,00	0,00	-1.028,50	0,00	19.120,70
28/11/2001	desbloqueio da Reserva: 143		0,00	0,00	0,00	-3.149,40	0,00	22.270,10
28/11/2001	desbloqueio da Reserva: 147		0,00	0,00	0,00	-1.070,00	0,00	23.340,10
30/11/2001	desbloqueio da Reserva: 430		0,00	0,00	0,00	-165,00	0,00	23.505,10
11/12/2001	estorno nº. 1046 Ref. ao Empenho nº. 6256/2001		0,00	0,00	0,00	0,00	28,00	23.533,10
11/12/2001	desbloqueio da Reserva: 609		0,00	0,00	0,00	-22,40	0,00	23.555,50
27/12/2001	anulação 49/13		0,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	555,50
Total na Dotação:			10.000,00	23.000,00	0,00	0,00	16.444,50	555,50

1932/026/01 195

17,0% nos Estados e documentos.

100/200

Prefeitura Municipal de Jacarei

ORDEM DE PAGAMENTO

4.5

196

101/00

Numero : 3086 / 2001

19327026/01

Pague-se a 047541 - JESSE DE ANDRADE MARTINEZ - ME

C/C : Banco :
Agencia :
C/C :

A quantia de : R\$ 810,00
(OITOCENTOS E DEZ REAIS)

Vencimento : 20/06/2001

Proveniente de : Aquisicao De Moveis
Fonte : Ordinario

Nota de Empenho	Orgao/ Unidade.	Natureza da Despesa	Programa de Trabalho	Valor
3080 / 2001	11. 001.	004.5.90.00	12 122 0402 1 001	810,00
Valor liquido da Ordem :				810,00

Ordenador :

Alex Sandra G.R. Silva
Chefe Div. Tesouraria
159.418.138-13

Eduardo R. Silva
Diretor Financas
CORECON : 26.657-4SP

Silvio O. Serrano
Secretario Financas
CORECON : 16.626-1SP

RECEBI (EMOS) A IMPORTANCIA

Emissao : 06/06/2001

DESTE DOCUMENTO DE PAGAMENTO :
NOME
ENDERECO :
RG :

TESOURARIA
DOCUMENTO DE DESPESA
Numero :

Data Pagto

INTERESSADO

CHEFE DIV. TESOURARIA

27 JUN 2001

Prefeitura Municipal de Jacarei
Nota de Liquidacao Orcamentaria

Numero : 4912

471
162/200
197

Empenho : 3080 / 2001

Processo : 0/2001

Fornecedor : 47541 - JESSE DE ANDRADE MARTINEZ - ME

Data Liquidacao : 06/06/01

Responsavel : AQUISICAO DE MOVEIS

Documento Fiscal : Nota Fiscal

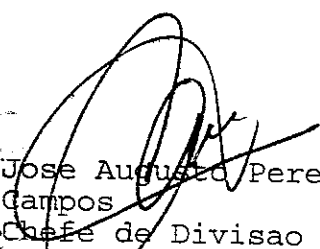
Data da Exigibilidade : 20/06/01


Fonte de Recurso : Recursos Proprios

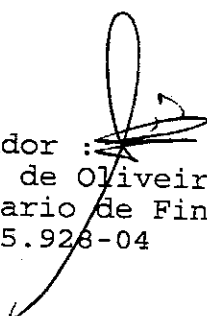
Saldo do Empenho nao Processado : 810,00

Valor da Liquidacao : 810,00

Saldo Atual do Empenho a Processar : 0,00


Jose Augusto Pereira
Campos
Chefe de Divisao de
Estabilidade
CRC 1SP108977/O-8


Eduardo Rogerio da Silva
Diretor de Financas
208.954.706-59


Ordenador :
Silvio de Oliveira Serrano
Secretario de Financas
377.185.928-04

NOTA DE LIQUIDACAO ORCAMENTARIA

Empenho: 03080

Processo: 001086

Fornecedor: 47541 JESSE DE ANDRADE MARTINEZ - ME

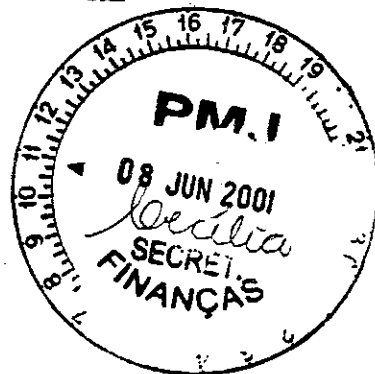
Data Liquidacao: 06/06/2001

Responsavel: SECRETARIA MUNICIPAL EDUCACAO

Documento Fiscal: NOTA FISCAL 0000000969

Data da Exigibilidade.: 20/06/2001

Fonte de Recurso.....: ORDINARIO



21 JUN 2001

Saldo do Empenho nao Processado	810.00
Valor da Liquidacao	810,00
Saldo Atual do Empenho a Processar	0,00

EMITENTE

ORDENADOR DA DESPESA

08/06
JOSE AUGUSTO PEREIRA CAMPOS
CHEFE DE DIVISAO DE CONTABILIDADE
CRC 1SP108977/0-8

08/06
SILVIO DE OLIVEIRA SERRANO
SECRETARIO DE FINANÇAS
377.185.928-04

21-06-01
marcelo

Recebi em 27/06/2001 o valor de R\$ 810,00

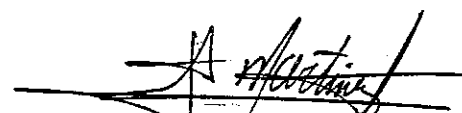
Jacaré, 27 de Junho de 2001

RECIBO

Recebemos da Prefeitura Municipal de Jacaré, CNPJ: 46.694.139/0001-83, situado à Praça Três Poderes, 73 - Centro - Jacaré - SP CEP:12300-000, conforme compra referente a N.F. 969 no valor de R\$810,00.

01.604.232/0001-11
JESSÉ DE ANDRADE MARTINEZ - ME

R. Floriano Peixoto, 313
Centro - CEP 12300-000
Jacaré - SP


Jessé de Andrade Martinez-ME
CNPJ: 01.604.232/0001-11
Incr.Est.:392.077.346.110

N_o 0969

Nº DE CONTROLE DO FORMULÁRIO

201

JGG
AB

CONSUM									
Prefeitura Municipal de Jacareí									
Informativo de liquidacao para a contabilidade									
de 04/06/2001 ate 04/06/2001									
DATA 04/06/2001									
DATA	MATERIAL	UN	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL	COTACAO	PROCESSO	NOTA FISCAL	FORNECEDOR
04/06/2001	072.00072.0001-01 ESTANTE PORTA MUSICA, CORDAO E DESMO	PC	30,000	27,00	810,00	007734 2001	061866 2001	47541	JESSE DE ANDRADE MARTINEZ
	RESPONSAVEL: CRIS		DESPESA 00000 M. EMP.: 03000 STDE.	30,000 VL.TOTAL	810,00				- ME 20 DOL
				SUBTOTAL	810,00				
				TOTAL GERAL	810,00				
0001 Movimentacoes Mostradas.									
COMBICAO PAGTO									
PAGINA 1									

LIVRO DE PATRIMONIO
REGISTRADO LIVRO
N.º 00 8948.7402.78.710
DATA 05/06/01
VRS. *[assinatura]*

Prefeitura Municipal de Jacareí

NOTA DE EMPENHO

162
/ 30

Fornecedor

JESSE DE ANDRADE MARTINEZ - ME

Codigo

47541

Descricao

Data

Processo Empenho

AQUISICAO DE MOVEIS

25/05/2001

D01086-2001

03080

Tipo

ORDINARIO

Fonte

00001 ORDINARIO

Classificacao

Institucional

Natureza da Despesa

Programa de Trabalho

Orcao: 11

Unidade Orcamentaria ..: 01

Unidade de Despesa: 00

4.5.90.52.09

12 122 0402 1 001

Dotacao: 30.000.00

Saldo Anterior: 23.009.10

Esta Nota: 810.00

Saldo da Dotacao: 22.199.10

EMITENTE

ORDENADOR DA DESPESA

JOSE AUGUSTO PEREIRA CAMPOS
CHEFE DE DIVISAO DE CONTABILIDADE
CRC 184108977/0-8

SILVIO DE OLIVEIRA SERRANO
SECRETARIO DE FINANÇAS
377.185.928-04

DATA 24/05/2001

SOLICITACAO DE EMPENHAMENTO

PAG. 1

REQUISICAO OBJETO SOLICITADA	MODALIDADE	DATA EMISSAO	DESCRICAO OBJETO	VALOR	HOMOLOGACAO	ADJUDICACAO	Nro. EMPENHO
---------------------------------	------------	-----------------	------------------	-------	-------------	-------------	--------------

Fornecedor : 47541 JESSE DE ANDRADE MARTINEZ - ME
 Despesa : 00060 4.5.90.00. - 12 122 0402 1001 Orgao : 11.01.00 GABINETE DO SECRETARIO E DEPENDENCIAS
 Elemento : 4.5.90.52.09 MOBILIARIO EM GERAL
 Processo : 001086 /2001 Finalidade objeto AQUISICAO DE MOVEIS

Fonte : 00001 ORDINARIO
 Fundo :

0000003802:COMPRA DIRETA 01086: 24/05/2001 : Estante porta musica, cromado e desmontavel
 30,-- PC : 007734 2001:

810,00
 S.M.E. - BANDA MARCIAL

3080

Reserva : 0000001955

Total do Empenho : 810,00

Total dos Empenhos : 810,00

Luiz Carlos Cidanes
 Diretor de Planejamento
 Socio-Economico

DIRETOR DE COMPRAS

DIRETOR DO DEPT. DE SOCIO ECONOMICO

ATENCAO : AVISO A CONTABILIDADE !!!

A presente SOLICITACAO DE NOTA DE EMPENHO requer verificacao se existem cotacoes com caso de CONTRATO DE VIGENCIA PLURIANUAL. Assim sendo, a despesa devera ser apropriada pelo CRONOGRAMA-FISICO/FINANCEIRO. A nota de empenho devera refletir exclusivamente a despesa do exercicio financeiro em curso. O saldo devera onerar dotacao do orcamento seguinte (PRINCIPIO DO SERVICO FEITO).

Banda

Prefeitura Municipal de Jacarei

ORDEM DE PAGAMENTO

Numero : 3732 / 2001

Pague-se a 045775 - CESAR E PACINI LTDA

C/C : Banco :
Agencia :
C/C :

A quantia de : R\$ 35,00
(TRINTA E CINCO REAIS)

Vencimento : 16/07/2001

Proveniente de : Aquisicao De Equipamentos Eletronicos.
Fonte : Ordinario

Nota de Empenho	Orgao/ Unidade.	Natureza da Despesa	Programa de Trabalho	Valor
3493 / 2001	11.001.	00	12 122 0402 1 001	35,00
Valor liquido da Ordem :				35,00.

Alex Sandro G.R.Silva
Chefe Div. Tesouraria
159.418.138-13

Eduardo R. Silva
Diretor Financas
208.954.706-59

Ordenador :
Silvio Serrano
Secretario Financas
377.185.928-04

RECEBI (EMOS) A IMPORTANCIA

DESTE DOCUMENTO DE PAGAMENTO :
NOME :
ENDERECO :

Data Pagto

26 / 07 / 01

INTERESSADO

Emissao : 16/07/2001

TESOURARIA
DOCUMENTO DE DESPESA
Numero :

CHEFE DA TESOURARIA

Coordenadora

Prefeitura Municipal de Jacarei

Nota de Liquidacao Orcamentaria

205

130
100

Numero : 5761

Empenho : 3493 / 2001

Processo : 1317/2001

Fornecedor : 45775 - CESAR E PACINI LTDA

Data Liquidacao : 13/07/01

Responsavel : AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS.

Documento Fiscal : Nota Fiscal

Data da Exigibilidade : 15/07/01

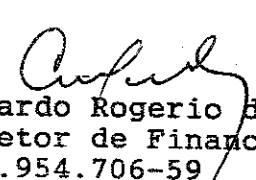
Fonte de Recurso : Recursos Proprios

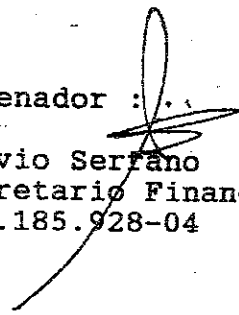
Saldo do Empenho nao Processado : 35,00

Valor da Liquidacao : 35,00

Saldo Atual do Empenho a Processar : 0,00


Jose Augusto P. Campos
Chefe Div. de Contab.
CRC 1SP108977/O-8


Eduardo Rogerio da Silva
Diretor de Financas
208.954.706-59

Ordenador : 
Silvio Serrano
Secretario Financas
377.185.928-04

OP 3732



CESAR & PACINI LTDA.

Fone (012) 351-9315 - Fax (012) 352-8287

R. Franz de Castro Holzwarth, 103 - Loja 01 - Centro
Cep 12327-696 - Jacareí - SP

NOTA FISCAL

Série 1

Nº 002015

☒ SAIDA ☐ ENTRADA

CNPJ

01.402.812/0001-26

INSCRIÇÃO ESTADUAL

392.087.476.116

1ª Via (Branca) - Destinatário/Remetente

2ª Via (Verde) - Fisco

3ª Via (Azul) - Fisco Destino

4ª Via (Rosa) - Fisco Origem

DATA LIMITE P/ EMISSÃO

00.00.00

NATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda

CFOP

512

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL

Prefeitura Municipal de Jacareí

CNPJ/CPF

46.694.139/0001-83

ENDEREÇO

Pça. Três Poderes, 73

BAIRRO/DISTRITO

Centro

CEP

12300-903

MUNICÍPIO

Jacareí

FONE/FAX

351-0222

UF

SP

INSCRIÇÃO ESTADUAL

Isento

DATA DA EMISSÃO

25/06/01

DATA SAÍDA / ENTRADA

HORA DA SAÍDA

FATURA

A prazo (21 ddl)

DADOS DO PRODUTO

CÓDIGO / DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS

CL.
FISC.SIT.
TRIB.

UNID.

QUANT.

VALOR
UNITÁRIO

VALOR TOTAL

ALIQ.
ICMSEstabilizador 1.0 KVA, bivolt, marca Trans
former, 4 tomadas

pg

01

35,00

35,00

18

DIVISÃO DE PATRIMÔNIO
REGISTRADO LIVRO -

N.º DO BP 49236

DATA 05/07/01

VISTO: [assinatura]

Mário Cristina de Paula Machado
Secretária Municipal de Educação
RG 5.252.359-8

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

UNIDADE

QUANTIDADE

VALOR UNITÁRIO

VALOR TOTAL

ALIQ. ISS

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

29.034-3

VALOR ISS

VALOR DO SERVIÇO

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS

35,00

VALOR DO ICMS

6,30

BASE DE CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO

VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO

VALOR TOTAL DOS PRODUTOS

35,00

VALOR DO FRETE

VALOR DO SEGURO

OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS

VALOR TOTAL DA NOTA

35,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

NOME/RAZÃO SOCIAL

FRETE POR CONTA:
1 - EMITENTE
2 - DESTINATÁRIO

PLACA DO VEÍCULO

UF

CNPJ/CPF

ENDEREÇO

MUNICÍPIO

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE

ESPÉCIE

MARCA

NÚMERO

PESO BRUTO

PESO LÍQUIDO

DADOS ADICIONAIS

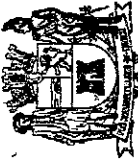
RESERVADO AO FISCO

Cupom Fiscal nº 005685

s/ A.F. nº 0001634/2001-01

11.01.00 Gab. Secr. e Dependências

RUA TIRADENTES, 192 - CENTRO - JACAREÍ - ESTADO DE SÃO PAULO - FONES: (12) 351-6840 / 351-9703 - INSCRIÇÃO ESTADUAL 392.082.057.117 - CNPJ 00.716.636/0001-34
250 JOGOS DE 50x4 VIAS - Nº 002.001 A 002.250 - AIDF 8.480 e 8.482-05/01



Prefeitura Municipal
de Jacareí
Pça. dos Três Poderes, 73
CGC 46.694.139/0001-83

NOTA DE ENTRADA / SAÍDA DE MATERIAL

CV COND. ENT.

Nº NEMS	DATA	AUT FORNECEDOR	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	TI		
40.143	05.07.01	AF: 1634/2001-01	11.01.00			
NOTA FISCAL		SÉRIE	CGC			
002015		1	01.402.812/0001-26			
ITEM PC	DESCRIÇÃO DO MATERIAL		QUANTIDADE	UF	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Estabilizador de voltagem de 1.0KVA com 04 tomadas marca Transformer - Usuário Secretaria Municipal de Educação - RI 4581/2001 - Empenho: 3493/2001 - Cond. Pag. 21 DDL		01	un	35,00	35,00

DIVISÃO DE PATRIMÔNIO
REGISTRADO LIVRO -
N.º DO RP 49276
DATA 05/07/01
VISTO: *[Assinatura]*

EMISSÃO	APROVAÇÃO CHEFE DE DIV. ALMOX.	RECEBI O MATERIAL
<i>[Assinatura]</i> Cristina M. Macedo	<i>[Assinatura]</i> entrega direta a almox S.M.E.	S.M.E.

1ª Via - Contabilidade - 2ª Via - Almoxarife - 3ª Via - Arquivo - 4ª Via - Encaminhada - 5ª Via - Almoxarife

DOMINANT Gráfica e Editora (012) 349-1421

172/88

Prefeitura Municipal de Jacareí

NOTA DE EMPENHO

143/188

Fornecedor

CESAR & PACINI LTDA

Codigo

45775

Descricao

AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS

Data

08/06/2001

Processo Empenho

D01317-2001

03493

Tipo

ORDINARIO

Fonte

00001 ORDINARIO

Classificacao

Institucional

Natureza da Despesa

Programa de Trabalho

Orgao: 11

Unidade Orcamentaria ..: 01

4.5.90.52.14

12 122 0402 1 001

Unidade de Despesa: 00

Dotacao:

30.000.00

Saldo Anterior:

20.470.10

Esta Nota:

35.00

Saldo da Dotacao:

20.435.10

EMITENTE

ORDENADOR DA DESPESA

JOSE AUGUSTO PEREIRA CAMPOS
CHEFE DE DIVISAO DE CONTABILIDADE
CRC 1SP108977/0-8

SILVIO DE OLIVEIRA SERRANO
SECRETARIO DE FINANÇAS
377.185.928-04

Eduardo Rogério da Silva
Diretor de Finanças

309

DATA 07/06/2001

SOLICITACAO DE EMPENHAMENTO

PAG. 1

RENDIMENTO	MODALIDADE	DATA	DESCRICAO OBJETO	VALOR	HOMOLOGACAO	ADJUDICACAO
ETDE. SOLICITADA		COTACAO		DESTINO		Nro. EMPENHO
	Fornecedor :	45775	DESAR & PACINI LTDA			
	Despesa :	00060 4.5.90.00. 12 122 0402 1001	Orgao : 11.01.00	GABINETE DO SECRETARIO E DEPENDENCIAS		
	Elemento :	4.5.90.02.14	EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA			
	Processo :	001317 /2001	Finalidade objeto AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS			
	Fonte :	00001 ORDINARIO				
	Fundo :					

124/00

0000004571, COMPRA DIRETA 01317/ 07/06/2001 : ESTABILIZADOR ELETRICIDADE BIVOLT 4 TOMADAS 1 KVA : 35,00
 1, -- UN : 008494 2001 : PARA MICROCOMPUTADOR : S.M.E. - C.R.E. COORDENADORIA : 3493

Reserva : 0000002285

Total do Empenho : 35,00

[Signature]

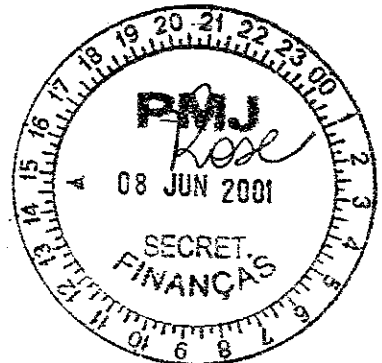
DIRETOR DE COMPRAS

Luiz Carlos Cividanes
 Diretor de Planejamento
 Saida Econômica

DIRETOR DO DEPT. DE SOCIO ECONOMICO

A T E N C A O : AVISO A CONTABILIDADE !!!

A presente SOLICITACAO DE NOTA DE EMPENHO requer verificacao se existem cotacoes com caso de CONTRATO DE VIGENCIA PLURIANUAL. Assim sendo, a despesa devera ser apropriada pelo CRONOGRAMA-FISICO/FINANCEIRO. A nota de empenho devera refletir exclusivamente a despesa do exercicio financeiro em curso. O saldo devera onerar dotacao do orcamento seguinte (PRINCIPIO DO SERVICO FEITO).



Coordenadora

Prefeitura Municipal de Jacareí

ORDEM DE PAGAMENTO

1932/026/01 210

Numero : 8146 / 2001

Pague-se a 009252 - TRAVIATA COMERCIAL LTDA

C/C : Banco :
Agencia :
C/C :

A quantia de : R\$ 1.070,00
(UM MIL E SETENTA REAIS)

Vencimento : 14/09/2001

106081

Violavioloncelo E Contra Baixo, Af. 2163/01

Fonte : Ordinario

Nota de Empenho	Orgao/ Unidade.	Natureza da Despesa	Programa de Trabalho	Valor
4824 / 2001	11.001 . 00		12 122 0402 1 001	1.070,00

Valor liquido da Ordem : 1.070,00

Ordenador :

Alex Sandra G.R.Silva
Chefe Div. Tesouraria
159.418.138-13

Eduardo R. Silva
Diretor Financas
CORECON : 26.657-4SP

Silvio O. Serrano
Secretario Financas
CORECON : 16.626-1SP

RECEBI (EMOS) A IMPORTANCIA

Emissao : 13/09/2001

DESTE DOCUMENTO DE PAGAMENTO :

NOME

ENDEREÇO :

RG :

Data Pagto

TESOURARIA
DOCUMENTO DE DESPESA
Numero :

INTERESSADO

CHEFE DIV. TESOURARIA

Banda

Prefeitura Municipal de Jacarei

Nota de Liquidacao Orcamentaria

9252/02618 (21) 126/88

Numero : 8965

Empenho : 4824 / 2001 Processo : 5967/2001

Fornecedor : 9252 - TRAVIATA COMERCIAL LTDA
Data Liquidacao : 10/09/01

Responsavel : SME

Historico : AQUISICAO DE KIT METODO P/ BANDA, VIOLINO,
VIOLA

Documento Fiscal : Nota Fiscal

Data da Exigibilidade : 14/09/01

Fonte de Recurso : Recursos Proprios

Parcela / Item :	Docto :	Valor :
1	002660	1.070,00

Saldo do Empenho nao Processado : 0,00

Valor da Liquidacao : 1.070,00

Saldo Atual do Empenho a Processar : 0,00

Jose Augusto P. Campos
Chefe Div. Contab.
CRC 1SP108977/O-8

Eduardo R. da Silva
Diretor Financas
CORECON : 26.657-4SP

Ordenador :

Silvio O. Serrano
Secretario Financas
CORECON : 16.626-1SP

8146

Prefeitura Municipal de Jacarei

Nota de Empenho

212

142
88

Fornecedor :
9252 - TRAVIATA COMERCIAL LTDA
Especificacoes : Data : Processo : Nota Empenho
Aquisicao De Kit Metodo 09/08/2001 5967/2001 004824 - 2001
P/ Banda, Violino, Viola
Violoncelo E Contra Baixo,
Af. 2163/01
Fonte :Ordinario

Classificacao

Institucional Natureza da Despesa : Programa de Trabalho
Orgao : 11 12 122 0402 1 001
Unidade Orc. : 001
Unidade Despesa : 00

Saldo Anterior da Dotacao : R\$ 13.420,60
Esta Nota : R\$ 1.070,00
Saldo da Dotacao : R\$ 12.350,60

Jose Augusto P. Campos
Chefe Div.Contab.
CRC 1SP108977/O-8

Eduardo R. Silva
Diretor Financas
208.954.706-59

Ordenador :
Silvio O.Serrano
Secretario Financas
377.185.928-04



Prefeitura Municipal de Jacareí
Praça dos Três Poderes, 83 - Jacareí-SP
C.N.P.J. - 46.694.139/0001-83

F=60

213

148
80

Autorização de Fornecimento/Serviço

Número da AF : 2162/2001 **Prioridade:** Imediato **Processo:** 5967 / 2001
Fornecedor: 9252 TRAVIATA COMERCIAL LTDA
Endereço: AV. DEP. BENEDITO MATARAZZO
Cidade: S.J.CAMPOS **Cep:** 12200000 **Fone:** 3922-7133 **Ramal:** 0 **CNPJ:** 52616745000183
Unidade: 13-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Prazo de Entrega: 07 DIAS **Data Emissao:** 08/08/2001 **Local Entrega:** RUA LAMARTINE DELAMARE, 153 - CENTRO
Perc. Ipi: **Perc.Desconto:** **Condição Pagto:** 28 DDL
Modalidade: COMPRA DIRETA **Garantia:**
Histórico da A.F.: USO S.M..E.

Item	Qtd. Itens	Vir. Unitário	Vir. Ipi	Vir. Desconto	Vir. Total	Empenho	Dotação
6882 KIT MÉTODO BELWIN BAND-BANDA(NÍVEL 2) Marca do Produto: Especificação:	1,0000	402,00			402,00	/2001	
6883 KIT MÉTODO BELWIN BAND-BANDA (NÍVEL 3) Marca do Produto: Especificação:	1,0000	385,00			385,00	/2001	
6884 KIT MÉTODOS SUZUKI VIOLINO(VOL.1,2,3,4 E 5) Marca do Produto: Especificação:	1,0000	54,00			54,00	/2001	
6885 KIT METODOS SUZUKI VIOLA(1,2,3,4 E 5) Marca do Produto: Especificação:	1,0000	88,00			88,00	/2001	

NE
4824

pl. cl

Ana Maria Candido
Diretora DMPM

Obs.: -Pelo não cumprimento das especificações e condições nesta Autorização de Fornecimento ficam V.Sas. sujeitos as sanções previstas na Lei Federal no. 8.666 e 8.883 + Decreto Municipal 133/93;
-Horário de entrega: 2a. a 6a. feiras das 7:30 as 10:30 e das 14:30 as 16:00, no local com frete pago. Horário em excessão será descrito;
-Pagamento por depósito em conta corrente ou DOC, favor fornecer domicílio bancário, número da conta e nota fiscal;
-Não aceitamos cobrança bancária.
-Favor colocar no corpo da nota fiscal o número desta AF, o número do empenho e a condição de pagamento.



Prefeitura Municipal de Jacareí

Praça dos Três Poderes, 83 - Jacareí-SP

C.N.P.J. - 46.694.139/0001-83

1932/026/01214

Autorização de Fornecimento/Serviço

Número da AF : 2162/2001

Prioridade: Imediato

Processo: 5967 / 2001

Fornecedor: 9252 TRAVIATA COMERCIAL LTDA

Endereço: AV. DEP. BENEDITO MATARAZZO

Cidade: S.J.CAMPOS

Cep: 12200000

Fone: 3922-7133

Ramal: 0

Unidade: 13-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Prazo de Entrega: 07 DIAS

Data Emissão: 08/08/2001

Local Entrega: RUA LAMARTINE DELAMARE, 153 - CENTRO

Perc. Ipi:

Perc.Desconto:

Condição Pagto: 28 DDL

Modalidade: COMPRA DIRETA

Garantia:

Histórico da A.F.: USO S.M..E.

Item	Qtd Itens	Vir Unitario	Vir Ipi	Vir Desconto	Vir Total	Empenho	Dotação
6886 KIT MÉTODOS SUZUKI VIOLONCELO(VOL 1,2,3,4,5) Marca do Produto: Especificação:	1,0000	88,00			88,00	/2001	
6887 KIT MÉTODOS SUZUKI CONTRA BAIXO(VOL.1,2,3) Marca do Produto: Especificação:	1,0000	53,00			53,00	/2001	
Total					1.070,00		

À Contabilidade
Para providenciar
empenho.

Ana Maria Candido
Diretora DMPM

fe. 02

07/08/01

Obs.: -Pelo não cumprimento das especificações e condições nesta Autorização de Fornecimento ficam V.Sas. sujeitos as sanções previstas na Lei Federal no. 8.666 e 8.883 + Decreto Municipal 133/93;
-Horário de entrega: 2a. a 6a. feiras das 7:30 as 10:30 e das 14:30 as 16:00, no local com frete pago. Horário em excessão será descrito;
-Pagamento por depósito em conta corrente ou DOC, favor fornecer domicílio bancário, número da conta e nota fiscal;
-Não aceitamos cobrança bancária.
-Favor colocar no corpo da nota fiscal o número desta AF, o número do empenho e a condição de pagamento.

TRAVIATA COMERCIAL LTDA

NOTA FISCAL

8965
Nº 072660

AV. MARGINAL "A", 9.103 - JARDIM OSWALDO CRUZ
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP
CEP 12.216-580 - FONE (012) 322-7133

☒ SAÍDA ☐ ENTRADA

TRAVIATA
INSTRUMENTOS MUSICAIS

NATUREZA DA OPERAÇÃO

CFOP

INSCR. ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTARIO

CNPJ

52.616.745/0001-83

INSCRIÇÃO ESTADUAL

645.079.534.118

1ª VIA - BRANCA - DESTINATÁRIO
REMETENTE
2ª VIA - AMARELA - FIXA
3ª VIA - AZUL - FISCO DESTINO
4ª VIA - ROSA - FISCO ORIGEM
5ª VIA - VERDE - CONTABILIDADE

DATA LIMITE PARA
EMIÇÃO
00.00.00

DATA DA EMISSÃO
14.08.01
DATA DA SAÍDA/ENTRADA
14.08.01
HORA DA SAÍDA

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL

Prefeitura municipal de Jacaré

CNPJ/CPF

46.694.139/0001-83

ENDEREÇO

Praca dos Três Poderes 73

BAIRRO/DISTRITO

Centro

CEP

12.300-000

MUNICÍPIO

Jacaré

FONE/FAX

(12) 3951.0222

UF

SP

INSCRIÇÃO ESTADUAL

Isento

DADOS DAS MERCADORIAS

COD. PROD.	DESCRIÇÃO DAS MERCADORIAS	SIT. TRIB.	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT. RS	VALOR TOTAL RS	ALÍQUOTAS ICMS
	Kit metade Beulien Band - Bonds (nível 2)		PC	01	402,00	402,00	—
	Kit metade Beulien Band - Bonds (nível 3)		PC	01	385,00	385,00	—
	Kit metade Suzuki Ligero (vol. 1, 2 e 5)		PC	01	54,00	54,00	—
	Kit metade Suzuki Ligero (vol. 1, 2, 3, 4 e 5)		PC	01	88,00	88,00	—
	Kit metade Suzuki Ligero (vol. 1, 2, 3, 4 e 5)		PC	01	88,00	88,00	—
	Kit metade Suzuki Contra Bateria (vol. 1, 2 e 3)		PC	01	53,00	53,00	—
							—
	Nº da AF : 2162/2001						—
	PROCESSO : 5967/2001						—
	Vencimento : 14/09/2001						—
	Banco Itaú - AG 1613 CIC 00890-1						—
							Isento ICMS
							Conf. RICHES
	Local de Entrega: R. Lamartine Guilmar 153 - Centro						—

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DAS MERCADORIAS
				1.070,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPT	VALOR TOTAL DA NOTA
				1.070,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
Joavani Bagattini	1. EMITENTE 2. DESTINATÁRIO	ED-2891		
ENDEREÇO			UF	INSCR. EST.
QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO
01	Caixa			
				PESO LÍQUIDO

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	ORIGEM DA MERCADORIA	RESERVADO AO FISCO
DIVISÃO DE PATRIMÔNIO REGISTRADO LIVRO N.º DO BP 1982/12/1982 DATA 23/08/01 VISTO:	0 - NACIONAL 1 - ESTRANGEIRA IMPORTAÇÃO DIRETA 2 - ESTRANGEIRA NO MERC. INTERNO 3 - TRIBUTAÇÃO PELO ICMS 4 - TRIBUTADA INTEGRALMENTE 5 - TRIBUTADA E COM COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA 6 - COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO 7 - ISENTA OU NÃO TRIBUTADA E COM COBRANÇA DO ICMS POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA 8 - ISENTA OU NÃO TRIBUTADA 9 - COM SUSPENSÃO OU DIFERIMENTO 10 - ICMS COBRADO ANTERIORMENTE POR SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA 11 - OUTRAS	



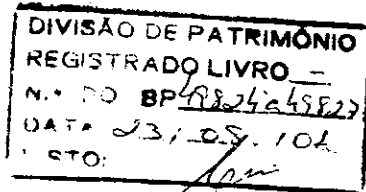
Prefeitura Municipal de Jacareí
Praça dos Três Poderes, 83 - Jacareí-SP
C.N.P.J. - 46.694.139/0001-83

1932/026/01216

Autorização de Fornecimento/Serviço

Número da AF : 2162/2001 Prioridade: Imediato Processo: 5967 / 2001
Fornecedor: 9252 TRAVIATA COMERCIAL LTDA
Endereço: AV. DEP. BENEDITO MATARAZZO
Cidade: S.J.CAMPOS Cep: 12200000 Fone: 3922-7133 Ramal: 0
Unidade: 13-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Prazo de Entrega: 07 DIAS Data Emissão: 08/08/2001 Local Entrega: RUA LAMARTINE DELAMARE, 153 - CENTRO
Perc. Ipi: Perc.Desconto: Condição Pagto: 28 DDL
Modalidade: COMPRA DIRETA Garantia:
Histórico da A.F.: USO S.M..E.

Material	Qtd. Itens	Vir. Unitário	Vir. Ipi	Vir. Desconto	Vir. Total	Empenho	Dotação
386 KIT MÉTODOS SUZUKI VIOLONCELO(VOL 1,2,3,4,5) Marca do Produto: Especificação:	1,0000	88,00			88,00	/2001	
6887 KIT MÉTODOS SUZUKI CONTRA BAIXO(VOL.1,2,3) Marca do Produto: Especificação:	1,0000	53,00			53,00	/2001	
Total					1.070,00		



Ana Maria Candido
Diretora DMPM

Obs.: -Pelo não cumprimento das especificações e condições nesta Autorização de Fornecimento ficam V.Sas. sujeitos as sanções previstas na Lei Federal no. 8.666 e 8.883 + Decreto Municipal 133/93;
-Horário de entrega: 2a. a 6a. feiras das 7:30 as 10:30 e das 14:30 as 16:00, no local com frete pago. Horário em excessão será descrito;
-Pagamento por depósito em conta corrente ou DOC, favor fornecer domicilio bancário, número da conta e nota fiscal;
-Não aceitamos cobrança bancária.
-Favor colocar no corpo da nota fiscal o número desta AF, o número do empenho e a condição de pagamento.



Prefeitura Municipal
de Jacareí
Praça dos Três Poderes, 73
CNPJ 46.694.139/0001-83

NOTA DE ENTRADA / SAÍDA DE MATERIAL

CV Direta

COND. ENT. Imediata

Nº NEMS	DATA	AUT FORNECEDOR	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	TI
40.189	23.08.2001	AF.: 2162/2001	11.01.4.5.9000.12.122.0402.1001-52	

NOTA FISCAL	SÉRIE	FORNECEDOR	CNPJ
		Travista Comercial Ltda	52.616.745/0001-83

ITEM	PC	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE	UF	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
------	----	-----------------------	------------	----	----------------	-------------

01		Kit método Belwin Band-Banda (nível 02)	01	un		402,00
02		Kit método Belwin Band-Banda (nível 03)	01	un		385,00
03		Kit método Suzuki Violino (Vol. 1,2,3, e 5)	01	un		54,00
04		Kit método Suzuki viola (Vol. 1,2, 3 e 5)	01	un		88,00
05		Kit método Suzuki violoncelo (Vol. 1,2, 3,4 e 5)	01	un		88,00
06		Kit método Suzuki contra Baixo (Vol. 1,2, 3)	01	un		53,00
			TOTAL			1.070,00

- Usuário.: SNE / Banda Marcial
- Empenho 04824/2001
- Processo: 5967/2001
- Cond. Pagto.: 28 DDL

Divisão de Patrimônio
Registro L. 170
No. do BP 49824 a 49827 e 50434/50435
Data 23/08/2001
Visto

Elaboração Emissão de O.R. <u> </u>	APPROVAÇÃO CHEFE DE DIV. <u> </u>	RECEBIMENTO <u> </u>
1ª Via: Comprovante - 2ª Via: Compras - 3ª Via: Arquivo - 4ª Via: Requisitante - 5ª Via: Almoxarifado	6ª Via: Div. Financeira - 7ª Via: Div. de Pessoal - 8ª Via: Div. de Material	9ª Via: Div. de Contabilidade - 10ª Via: Div. de Planejamento - 11ª Via: Div. de Gestão de Pessoas

Prefeitura Municipal de Jacarei

ORDEM DE PAGAMENTO

1932/026/01

Numero : 3876 / 2001

Pague-se a 006420 - MARFVALE COM. REPR. MOVEIS ESCRITORIO LTDA

C/C : Banco :
Agencia :
C/C :

A quantia de : R\$ 2.290,00
(DOIS MIL E DUZENTOS E NOVENTA REAIS)

Vencimento : 21/07/2001

Proveniente de : Aquisicao De Moveis De Escritorio
Fonte : Varios

Nota de Empenho	Orgao/ Unidade.	DOTACAO		Programa de Trabalho	Valor
		Natureza da Despesa			
3026 / 2001	11. 001.	004.5.90.00	12	122 0402 1 001	792,00
3028 / 2001	11. 001.	044.5.90.00	12	365 1204 1 001	1.498,00
Valor liquido da Ordem :					2.290,00

Ordenador :

Alex Sandra G.R.Silva
Chefe de Tesouraria
159.418.138-13

Eduardo R. Silva
Diretor Financas
208.954.706-59

Silvio Serrano
Secretario Financas
377.185.928-04

Emissao : 20/07/2001

RECEBI (EMOS) A IMPORTANCIA

DESTE DOCUMENTO DE PAGAMENTO :
NOME
ENDERECO :

TESOURARIA
DOCUMENTO DE DESPESA
Numero :

Data Pagto

INTERESSADO

CHEFE DA TESOURARIA

25 JUL 2001

Prefeitura Municipal de Jacarei

Nota de Liquidacao Orcamentaria

1932/026/01219 184/180

Numero : 5893

Empenho : 3028 / 2001

Processo : 0/2001

Fornecedor : 6420 - MARFVALE COM. REPR. MOVEIS ESCRITORIO
LTDA

Data Liquidacao : 19/07/01

Responsavel : S M E / BIBLIOTECA MUNICIPAL

Historico : AQUISICAO DE MOVEIS DE ESCRITORIO

Documento Fiscal : Nota Fiscal

N : 003900

Data da Exigibilidade : 21/07/01

Fonte de Recurso : Recursos Proprios

Saldo do Empenho nao Processado :

1.498,00

Valor da Liquidacao :

1.498,00

Saldo Atual do Empenho a Processar :

0,00

Ordenador :

Se Augusto P. Campos
Chefe Div. Contab.
CRC 1SP108977/O-8

Eduardo R. da Silva
Diretor Financas
208.954.706-59

Silvio O. Serrano
Secretario Financas
377.185.928-04

OD 3876

Prefeitura Municipal de Jacarei

Nota de Liquidacao Orcamentaria

Numero : 5894

Empenho : 3026 / 2001

Processo : 0/2001

Fornecedor : 6420 - MARFVALE COM. REPR. MOVEIS ESCRITORIO
LTDA

Data Liquidacao : 19/07/01

Responsavel : S M E / BIBLIOTECA MUNICIPAL

Historico : AQUISICAO DE MOVEIS DE ESCRITORIO

Documento Fiscal : Nota Fiscal

N : 003900

Data da Exigibilidade : 21/07/01

Fonte de Recurso : Recursos Proprios

Saldo do Empenho nao Processado :

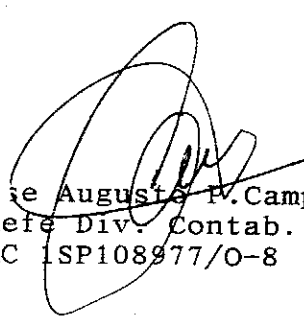
792,00

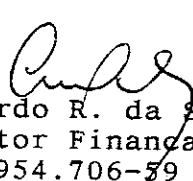
Valor da Liquidacao :

792,00

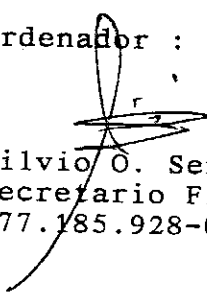
Saldo Atual do Empenho a Processar :

0,00


Augusto P. Campos
Chefe Div. Contab.
CRC 1SP108977/O-8


Eduardo R. da Silva
Diretor Financas
208.954.706-59

Ordenador :


Silvio O. Serrano
Secretario Financas
377.185.928-04

MARFVALE

MARFVALE COM. REPRES. MÓVEIS ESCRITÓRIO LTDA.

Rua Barão de Jacareí, 507 - Centro

Jacareí - Estado de São Paulo

Fones (012) 351-6000 - 351-4699 - Cep 12300-000

NOTA FISCAL Nº 003900

MÓVEIS DE ESCRITÓRIO, PLAYGROUND, CADEIRA
EMPILHÁVEL, MESA, BANCO, CAIXA INDUSTRIAL, ETC.
EQUIPAMENTO COMPLETO PARA BARES E LANCHONETES

REPRESENTANTE

EXCLUSIVO:

MARFINITE

NATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda

CFOP

512

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO

SAIDA ☒ ENTRADA ☐

CNPJ

57.592.677/0001-83

INSCRIÇÃO ESTADUAL

392.046.520.111

1ª Via (Branca) - Dest/Remet

2ª Via (Jornal) - Fisco

3ª Via (Verde) - Fisco Destino

4ª Via (Amarelo) - Fisco Origem

5ª Via (Azul) - Controle

DATA LIMITE P/ EMISSÃO

00.00.00

DESTINATÁRIO / REMETENTE

RAZÃO SOCIAL

Prefeitura Municipal de Jacareí

CNPJ/CPF

46.694.133/0001-83

DATA DA EMISSÃO

21/06/2001

ENDEREÇO

Praça das Três Poderes nº 73

BAIRRO/DISTRITO

Centro

CEP

12300000

MUNICÍPIO

Jacareí

FONE/FAX

UF

S.P

INSCRIÇÃO ESTADUAL

DATA SAÍDA / ENTRADA

HORA DA SAÍDA

TURA

Fibrado 28 por 11AP. 0001313/2001-01 e 0001313/2001-02

DOS DO PRODUTO

QD.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	CL. FISC.	SIT. TRIB.	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALIQ. ICMS
	Mesa padrão cerejeira d 2 gavetas, p de ferro, Belo, 1.10x0.50			PC	12	100,00	1.200,00	12
	Arquivo de aço d 4 gavetas, pesado.			PC	04	249,00	996,00	12
	Mesa cerejeira p. telefone, al. ganch, Belo			PC	02	47,00	94,00	12

DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

REGISTRADO LIVRO -

N.º 55 BP49186 a 49203

DATA: 22/06/2001

VISTO: *[assinatura]*

Liq 5893

11 5194

NE 3028 = 1498,00

NE 3026 = 792,00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
2.290,00	274,80			2.290,00
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
				2.290,00

ANEXO: ORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
	1 - EMITENTE <input checked="" type="checkbox"/> 2 - DESTINATÁRIO <input type="checkbox"/>			
ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO
				PESO LÍQUIDO

DOS ADICIONAIS

RESERVADO AO FISCO

SOFTGRAF

RUA TIRADENTES, 192 - CENTRO - JACAREÍ - SP - FONES: (12) 351-6840 / 351-9703 - INSCRIÇÃO ESTADUAL 392.082.057.117 - CNPJ 00.716.636/0001-34
10 TALÕES DE 25x5 VIAS - Nº 003.751 A 004.000 - AIDF 9.109 - 02/01

MARFINITE

RUA BARÃO DE JACAREÍ, 507 - CENTRO
CEP 12300-000 - JACAREÍ - ESTADO DE SÃO PAULO



MÓVEIS DE ESCRITÓRIO - INFORMÁTICA - PLAYGROUND
ESCOLAS - MESAS - CADEIRAS EMPILHÁVEIS
CAIXA INDUSTRIAL, ETC.
EQUIPAMENTO COMPLETO PARA BARES E LANCHONETES

MARFVALE-COM. REPRES. MÓVEIS ESCRITÓRIO LTDA

RUA BARÃO DE JACAREÍ, 507 - FONE 351-6000 - FAX 351-4699 - CENTRO - JACAREÍ - SP

9321026101222
CNPJ 57.592

57.592.677/0001-83
392.046.520.111

DATA DA EMISSÃO 21 / 06 / 2001

VALOR DAS NOTAS FISCAIS DO MÊS DE

DATA	N.F. Nº	IMPORTÂNCIA
	:	

FATURA N.º	FATURA/DUPLICATA	DUPLICATA	VENCIMENTO
	VALOR	N.º DE ORDEM	
3900	2.290.00	01	21-07-2001

DESCONTO DE 351,0222 ATÉ:

CONDIÇÕES ESPECIAIS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ
Pça. dos Três Poderes nº 73, Centro

MUNICIPIO **Jacareí** CEP **ESTADO**
CNPJ **46.694.139/0001-83** INSC. EST. N.º
PRAÇA DE PAGAMENTO
END. PARA COBRANÇA

VALOR POR
EXTENSO **DDIS MIL DUZENTOS E NOVENTA REAIS**

Deve(m) a **MARFVALE COM. REPRES. MÓVEIS ESCRITÓRIO LTDA.**, a importância desta **FATURA DE VENDA MERCANTIL**, que deverá ser paga na praça e vencimento acima indicados.

NÃO VALE COMO RECIBO



Pre. .Municipal
de Jacarel
Pça. dos Três Poderes, 73
CGC 46.694.139/0001-83

NOTA DE ENTRADA / SAÍDA DE MATERIAL

CV direta COND. ENT. imediata

Nº NEMS	DATA	AUT FORNECEDOR	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	TI	
40.127	22.06.2001	AF. 01313/2001-02	11.01.00/12.01-4.5.90.52.09		
NOTA FISCAL		SÉRIE	C G C		
003900					
ITEM PC	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE	UF	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Mesas de madeira cerejeira para telefone - com 01 gaveta, marca Belo	02	un	47,00	94,00
02	Mesas em madeira padrão cerejeira c/ pés de ferro pintado c/ 02 Gavetas, marca Belo	02	un	100,00	200,00
03	Arquivo de aço com 04 gavetas para pastas-suspensas, marca Fenix	02	pg	249,00	498,00
				T O T A L	792,00
- Just.: p/ uso da S.M.E./Biblioteca Municipal					
- RI.: 03650 e 03055/2001					
- Empenho nº 03026/2001					
- Cond. Pag.: 28 DDL					
Emissão: <i>Flora Barbosa</i> Emissão: <i>Flora Barbosa</i> Emissão: <i>Flora Barbosa</i>		APROVAÇÃO CHEFE DE DIV. ALMOX.		RECEBI O MATERIAL	
		entrega direta SME/Almox		Biblioteca Municipal	

1ª Via Contabilidade - 2ª Via Compras - 3ª Via Arquivo - 4ª Via Requisitante - 5ª Via Almoxarifado

Dominant Gráfica e Editora (012) 349-1421

23

23

DIVISÃO DE PATRIMÔNIO
REGISTRADO LIVRO - 19203
N.º DO BP 491982
DATA 22/06/2001
VISTO: *Flora*

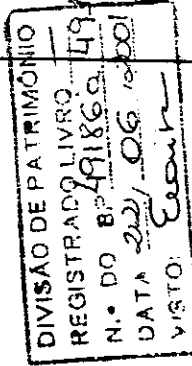


Prefeitura Municipal
de Jacaref
Pça. dos Três Poderes, 73
CGC 46.694.139/0001-83

NOTA DE ENTRADA / SAÍDA DE MATERIAL

CV direta COND. ENT. imediate

Nº NEMS		DATA	AUT FORNECEDOR	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	TI	
40.125		22.06.2001	AF.01313/2001-01	11.01.04/12.01-4.5.90.52.09		
NOTA FISCAL		SÉRIE	FORNECEDOR			
003900			Marfvale Com. Repres.Móv.p/Escr.Ltda 57.592.677/0001-83			
ITEM PC	DESCRIÇÃO DO MATERIAL		QUANTIDADE	UF	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Mesas madeira padrão cerejeira com 02 gavetas, pés de ferro, pintado em preto, med.. 1.10 x 0.50cm - marca BELO		10	un	100,00	1.000,00
02	Arquivo de aço modelo 04 gavetas para pastas suspensas * marca Fenix		02	pg	249,00	498,00
			T O T A L . . .			1.498,00
- Just.: p/ uso SME / Creches						
- RI. 03210/01-						
- Empenho nº 03028/01						
- Cond. Pag.: 28 DDL						
Eloisa G. Barbosa			APROVAÇÃO CHEFE DE DIV. ALMOX.		RECEBI O MATERIAL	
EMISSION			entrega direta SME		Creches.....	



1ª Via Contabilidade - 2ª Via Compras - 3ª Via Arquivo - 4ª Via Requisitante - 5ª Via Almoxarifado

Dominant Gráfica e Editora (012) 349-1421

224

189/33

Prefeitura Municipal de Jacareí

NOTA DE EMPENHO

190
200

Fornecedor

MARFVALE COM. REPR. MOVEIS ESCRITORIO LTDA

Codigo

06420

Descricao

AQUISICAO DE MOVEIS DE ESCRITORIO

Data

24/05/2001

Processo Empenho

D01062-2001

03026

Tipo

ORDINARIO

Fonte

00001 ORDINARIO

Classificacao

Institucional

Natureza da Despesa

Programa de Trabalho

Orgao 11
Unidade Orcamentaria .. 01
Unidade de Despesa 00

4.5.90.52.09

12 122 0402 1 001

Dotacao
Saldo Anterior
Esta Nota
Saldo da Dotacao

30.000.00

25.183.10

792.00

24.391.10

EMITENTE

JOSE AUGUSTO PEREIRA CAMPOS

CHEFE DE DIVISAO DE CONTABILIDADE
CRC 1SP108977/0-8

ORDENADOR DA DESPESA

SILVIO DE OLIVEIRA SERRANO
SECRETARIO DE FINANÇAS
377.185.928-04Eduardo Rogério da Silva
Diretor de Finanças

Prefeitura Municipal de Jacareí

NOTA DE EMPENHO

191/88

Fornecedor

MARFVALE COM. REPR. MOVEIS ESCRITORIO LTDA

Codigo

06420

Descricao

Data

Processo Empenho

AQUISICAO DE MOVEIS DE ESCRITORIO

24/05/2001

D01062-2001

03028

Tipo

ORDINARIO

Fonte

00001 ORDINARIO

Classificacao

Institucional

Natureza da Despesa

Programa de Trabalho

Orgao: 11

Unidade Orcamentaria ..: 01

Unidade de Despesa: 04

4.5.90.52.09

12 365 1204 1 001

Dotacao:

20.000.00

Saldo Anterior:

9.779.75

Esta Nota:

1.498.00

Saldo da Dotacao:

8.281.75

EMITENTE

ORDENADOR DA DESPESA

JOSE AUGUSTO PEREIRA CAMPOS
CHEFE DE DIVISAO DE CONTABILIDADE
CRC 1SP108977/0-8

SILVIO DE OLIVEIRA SERRANO
SECRETARIO DE FINANÇAS
37.185.928-04

Eduardo Rogério da Silva
Diretor de Finanças

DATA 22/05/2001

SOLICITACAO DE EMPENHAMENTO Nº 1932/02610

PAS.

REQUISICAO OTDE. SOLICITADA	MODALIDADE	DATA COTACAO	DESCRICAO OBJETO	VALOR DESTINO	HOMOLOGACAO ADJUDICACAO Nro.EMPENHO
--------------------------------	------------	-----------------	------------------	------------------	-------------------------------------------

Fornecedor : 06420 MARFVALE COM. REPR. MOVEIS ESCRITORIO L
Despesa : 00060 4.5.90.00. 12 122 0402 1001 Orgao : 11.01.00 GABINETE DO SECRETARIO E DEPENDENCIAS
Elemento : 4.5.90.52.09 MOBILIARIO EM GERAL
Processo : 001062 /2001 Finalidade objeto AQUISICAO DE MOVEIS DE ESCRITORIO

Fonte : 00001 ORDINARIO
Fundo :

192/20

0000003055/COMPRA DIRETA 01062/ 22/05/2001 : ARQUIVO ACO 4 GAVETAS PASTA SUSPensa
2,--- PC : 007644 2001:

Chapa 22, com carinho telescópico, med. aprox. 470 x715x1330.

498,00
S.M.E. - BIBLIOTECA MUNICIPAL

3026

0000003650/COMPRA DIRETA 01062/ 22/05/2001 : MESA DE MADEIRA P/ TELEFONE
2,--- UN : 007646 2001:

em cerejeira c/ 1 gaveta

94,00
S.M.E. - D.D.C.A./S.E.A.C.A.

0000003650/COMPRA DIRETA 01062/ 22/05/2001 : MESA P/ ESCRITORIO C/ PFS DE FERRO EM CEREJEIRA
2,--- UN : 007647 2001:

medidas 1,0 x 0,50m = 2 gavetas

200,00
S.M.E. - D.D.C.A./S.E.A.C.A.

Reserva : 0000001919

Total do Empenho : 792,00

Fornecedor : 06420 MARFVALE COM. REPR. MOVEIS ESCRITORIO L
Despesa : 00082 4.5.90.00. 12 365 1204 1001 Orgao : 11.01.04 CRECHES
Elemento : 4.5.90.52.09 MOBILIARIO EM GERAL
Processo : 001062 /2001 Finalidade objeto AQUISICAO DE MOVEIS DE ESCRITORIO

Fonte : 00001 ORDINARIO
Fundo :

0000003210/COMPRA DIRETA 01062/ 22/05/2001 : ARQUIVO ACO 4 GAVETAS PASTA SUSPensa
2,--- PC : 007644 2001:

Chapa 22, com carinho telescópico, med. aprox. 470 x715x1330.

498,00
S.M.E. - CRECHES

3028

0000003210/COMPRA DIRETA 01062/ 22/05/2001 : MESA PADRAO CEREJEIRA 02 GAVETAS
10,--- UN : 007645 2001:

Estrutura em ferro pintado cor preta, medida aproximada 1,10 x 0,60 x 0,70.

1.000,00
S.M.E. - CRECHES

Reserva : 0000001920

Total do Empenho : 1.498,00

Total dos Empenhos : 2.290,00

DIRETOR DE COMPRAS

DIRETOR DO DEPT. DE SOCIO ECONOMICO

ATENCAO : AVISO A CONTABILIDADE !!!

A presente SOLICITACAO DE NOTA DE EMPENHO requer verificacao se existem cotacoes com caso de CONTRATO DE VIGENCIA PLURIANUAL. Assim sendo, a despesa devera ser apropriada pelo CROMOGRAMA-FISICO/FINANCEIRO. A nota de empenho devera refletir exclusivamente a despesa do exercicio financeiro em curso. O saldo devera gerar cotacao do orcamento seguinte (PRINCIPIO DO SERVICO FEITO).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 102

Proc. TC-1932-026-01

PROCESSO: TC-1932-026-01
INTERESSADO: Prefeitura de Jacareí
ASSUNTO: Contas do exercício de 2001

- Aplicação no ensino.....21,57%
 - Ensino Fundamental.....55,07%
- Aplicação na saúde.....22,59%
- Despesas com pessoal.....43,42%
- Superávit orçamentário..... 5,41%
- Remuneração dos agentes políticos.... em ordem

Exmo. Senhor Conselheiro,

Em exame, as contas do exercício de 2001 da Prefeitura de Jacareí, objeto do relatório da Auditoria (fls. 05/37), que recebeu, pela origem, as razões de fls. 67/88.

A ATJ - Unidade Jurídica e Chefia (fls. 91/101) - posicionou-se pela emissão de parecer desfavorável às contas em exame, fundamentalmente, pela insuficiência na aplicação de recursos no ensino.

Este é, igualmente, o meu entendimento.

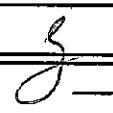
Mesmo com a revisão efetuada pelo Setor de Cálculos (fls. 93/95), incluindo-se no cômputo valores relativos a restos a pagar e a pagamento de merendeiras, o total aplicado no setor do ensino situou-se em 21,57%, abaixo, portanto do piso mínimo definido no caput do artigo 212 da Constituição Federal.

Ademais, conforme constante da avaliação da Auditoria, a destinação de recursos ao Ensino Fundamental limitou-se a 55,07%, sem atingir, assim, o patamar estabelecido no § 5º do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

A par dessas falhas, suficientes para comprometer o conjunto das contas - na linha das predominantes decisões deste Tribunal -, cabe destacar as irregularidades constantes nos itens 3.1 - Pessoal e 2.2.2 - Dívida Ativa, no sentido de que se recomende origem a regularização dessas matérias.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO


Fl. n.º	103
Proc.	TC-14895-026-01
	

Quanto as denúncias contidas no expediente TC-14895/026/01, que este acompanha, por terem sido consideradas parcialmente procedentes, especificamente sobre a contratação de coleta de lixo hospitalar, alinho-me à proposta de que a matéria receba tratamento individualizado nos autos próprios visando a eventual responsabilidade pelas falhas identificadas.

Em face do exposto, manifesto-me pela emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas do exercício de 2001 da Prefeitura de Jacareí, com as observações acima detalhadas.

À superior consideração de Vossa Excelência.

SDG., 25 de junho de 2003.


Sérgio Ciquera Rossi
SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

MFC - rao



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 164

Proc. TC 1932/026/01

Processo: TC- 1932/026/01

Nome: Ana Luiza Simoni Paganini (44)

RG/OAB: 32.930.468-9

Fone: 3068.4700

Nesta data obtive vista dos autos em epígrafe e
retirei cópias de fls. 89/103 , com o recolhimento das custas apuradas.

São Paulo, 04 de julho de 2003

Ass. _____

Visto.

Encaminhem-se os autos ao Gabinete.
CGCRRM, em 04 de julho de 2003.


Maria Aparecida Justino
Auxiliar da Fisc. Financeira V



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

130/05

Fls. nº 165
TC-001932/026/2001

DECISÃO DA PRIMEIRA CÂMARA

DATA DA SESSÃO - 19-08-2003

Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Eduardo Bittencourt Carvalho, Presidente, e Edgard Camargo Rodrigues, a E. Câmara, à vista do exposto no voto do Relator, juntado aos autos, decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas do Prefeito Municipal de Jacareí, exercício de 2001, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal, com recomendações e formação de autos apartados, à margem do parecer, e determinações à auditoria competente da Casa, nos termos constantes do voto do Relator, juntado aos autos.

Determinou, por fim, a remessa do TC-014895/026/2001 ao Gabinete do Relator, bem como o arquivamento dos demais expedientes anexos.

MUNICÍPIO DE: JACAREÍ
EXERCÍCIO DE: 2001

- 1 - Relatório e voto (ou notas taquigráficas) juntados pela SDG-1;
- 2 - Ao Cartório do Relator para:
 - a) redação e publicação do parecer;
 - b) vista e extração de cópias no prazo recursal;
 - c) juntar ou certificar;
 - d) oficiar à origem, nos termos do voto do Relator;
 - e) cumprir o determinado no último parágrafo do voto do Relator;
- 3 - À SDG-4 para inclusão no acervo jurisprudencial;
- 4 - Ao GDF-4 para:

[Assinatura]



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

131/2003

Fls. nº 166
TC-001932/026/2001

- a) cumprir o determinado nos 5º e 8º parágrafos do voto do Relator;
b) os devido fins, encaminhando os autos à Câmara Municipal.

SDG-1, em 21 de agosto de 2003

SÉRGIO CIONERA ROSSI
Secretário-Diretor Geral

SDG-1/MML/iso

RM
167
132/20

Conselheiro Robson Marinho
Primeira Câmara
Sessão: 19/8/2003

37 TC-001932/026/01

Prefeitura Municipal: Jacareí.

Exercício: 2001.

Prefeito: Marco Aurélio de Souza.

Período(s): (01-01-01- a 30-06-01), (07-07-01 a 12-10-01) e (26-10-01 a 31-12-01).

Substituto(s) Legal(is): Vice-Prefeita Maria Cristina de Paula Machado.

Período(s): (01-07-01 a 06-07-01) e (13-10-01 a 25-10-01)

Advogado(s): José Roberto Manesco, Marcos Augusto Perez e outros.

Acompanha(m): TC-029621/026/01, TC-002448/007/01, TC-000390/007/02, TC-031815/026/01, TC-010000/026/03, TC-014895/026/01, TC-030610/026/01, TC-001932/126/01, TC-001932/226/01 e TC-001932/326/01.

Auditada por: GDF-7 - DSF-I.

Auditoria atual: GDF-4 - DSF-I.

Aplicação no Ensino:	21,57% ¹
Ensino Fundamental:	13,77%
Aplicação na Saúde:	22,59%
Despesas com Pessoal e Reflexos:	43,42%
Superávit Orçamentário:	5,41%

Relatório

Em exame nos presentes autos as contas, relativas ao exercício de 2001, apresentadas pelo Prefeito do **Município de Jacareí**, cujo trabalho de inspeção coube à 7ª Diretoria de Fiscalização.

As falhas anotadas na instrução processual e as justificativas encaminhadas pelo interessado em virtude de regular notificação encontram-se abaixo discriminadas:

Planejamento da Gestão Pública (item 1)

¹ Índice apurado pelo Setor de Cálculos de ATJ - fls. 93/95.

168

138/188

- o Plano Plurianual relativo ao período de 1998/2001 foi elaborado sem a valoração das despesas, inviabilizando o controle e acompanhamento orçamentário.

Defesa: tal falha não acarretou implicações na avaliação das contas municipais, já que o plano, elaborado em 1997, não recebeu censura do Tribunal nos últimos exercícios. Assim, no exercício de 2001 não restou à Prefeitura outra alternativa senão a de cumprir as diretrizes do plano vigente.

Dívida Ativa (item 2.2.2)

- inscrição de valores na dívida ativa correspondente a 93,83% da receita arrecadada (tributária + industrial), com aumento de 45% em relação ao saldo anterior.

Defesa: para regularizar essa questão e reduzir o saldo da dívida ativa, a administração ajuizou inúmeras ações de cobrança durante o exercício de 2001 (documento nº 01 do Anexo).

Licitações (item 2.3.4)

- falta de justificativas para contratações realizadas sem licitação.

Defesa: as contratações diretas mencionadas no relatório de auditoria referem-se à aquisição de equipamentos a serem utilizados na prestação de serviços de saúde aos munícipes e de materiais para manutenção da frota municipal. Todas as contratações foram precedidas das formalidades legais, inclusive com parecer relatando o que causou a situação de emergência e a necessidade de contratação imediata, pois o Executivo não poderia aguardar o tempo exigido para realização dos procedimentos licitatórios, sob o risco de deixar a população de Jacaré sem adequados serviços de saúde e transporte.

- falta de publicação do resultado do julgamento das licitações na modalidade convite.

Defesa: por ser falha formal solicita que esta seja relevada.

- adoção de modalidade licitatória ("credenciamento") não prevista na legislação.

Defesa: a anotação efetuada pela auditoria refere-se, na realidade, não a uma forma de licitação, mas sim ao simples credenciamento de escolas de samba na organização do carnaval de 2001. Não houve "competição" entre as escolas para a participação em referido evento e sim uma exigência para garantir a transparência da utilização dos recursos financeiros.

Ordem Cronológica de Pagamentos (item 2.3.6)

- falta de justificativa para a quebra da ordem cronológica;
- elaboração da relação em desacordo com as Instruções do Tribunal.

Defesa: a auditoria considerou despesas que, embora empenhadas e com faturas já apresentadas, ainda não haviam sido liquidadas pela administração. O Executivo não poderia obstar o pagamento aos demais fornecedores, fato que oneraria o erário municipal (multas por atraso de pagamento). Assim, a Prefeitura continuou a pagar os demais credores, sem quebrar a ordem cronológica (doc. nº 02 do Anexo).

Destinação dos recursos arrecadados com multas de trânsito (item 2.3.7)

- Infringência ao artigo 320 do Código Nacional de Trânsito decorrente da aplicação parcial (84,59%) dos recursos arrecadados com multas de trânsito.

Defesa: A norma legal não impõe que os recursos sejam aplicados integralmente no mesmo exercício. O saldo remanescente encontrava-se em conta vinculada para ser destinado às finalidades legais nos exercícios subseqüentes (doc. nº 03 do Anexo).

Outras despesas irregulares (item 2.3.8)

- realização de serviços de adequação de aterro sanitário sem contrato e sem aprovação do projeto nos órgãos estaduais competentes.

Nada alegou.

Pessoal (item 3.1)

- existência no quadro de pessoal de 515 servidores não concursados e não estáveis;
- recolhimento, pelos servidores não estáveis, de encargos sociais à Previdência Municipal.

Defesa: a Prefeitura não entende ser conveniente a demissão imediata daqueles servidores admitidos sem concurso público antes da promulgação da Constituição e que não adquiriram estabilidade por força do artigo 19 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais. A substituição desses servidores por outros aprovados em concurso público será gradativa, pois é a melhor maneira de ser atendido o interesse público, uma vez que eles exercem atividades imprescindíveis ao município. Quanto à existência de servidores não concursados e não estáveis abrangidos pela previdência municipal, o problema é oriundo de gestões anteriores, sendo que estão sendo tomadas providências para regularização da matéria.

Análise do Resultado Patrimonial (item 4.2)

- 17
135/02
- exclusão indevida, nas demonstrações contábeis, de valor referente à dívida com o Instituto Municipal de Previdência (R\$ 24.240.339,01).

Defesa: embora a Prefeitura reconheça a existência de dívida com o IPMJ, o valor mencionado pela auditoria não corresponde ao débito efetivo, uma vez que há duas ações de cobrança movidas pela autarquia, ainda não sentenciadas, em que se discutem os respectivos valores. Assim, foi contabilizado apenas o valor de R\$ 11.473.762,71, referente à parte incontroversa da dívida. (doc. nº 04 do Anexo).

Denúncias/Representações (item 6)

TC-390/007/02 – expediente em que o sr. Pedro de Alcântara Motta indica possíveis irregularidades praticadas pela administração municipal na contratação da empresa Luiz Machado Jacareí, relativa ao convite 167/01

Analisando a matéria, a auditoria constatou que, em relação à quantidade de pretendentes, o § 3º do artigo 22 da Lei de Licitações menciona o número de convidados e não o número de habilitados, sendo que foram convidados três ou mais participantes, havendo, portanto, obediência ao citado diploma legal. Quanto ao fracionamento de compra, considerou improcedente a afirmação, visto que na contratação objeto do convite 167/01 foram utilizados recursos do exercício de 2001, enquanto nas contratações que serviram de comparação com esse certame os recursos eram de outra gestão orçamentária - 2002.

TCs 29621/026/01 e 2759/007/01 – expedientes em que o Vereador Pedro de Alcântara Motta informa a ocorrência de possível ilegalidade no aditamento contratual celebrado com a empresa Gazeta Mercantil Participações Ltda. Segundo alegou, a empresa não possuía certidão negativa de débito expedida pelo INSS, não podendo, portanto, ter seu contrato aditado com o setor público.

A auditoria considerou improcedente o comunicado, uma vez que a certidão anexada às fls. 22, expedida pelo INSS, com validade na data do aditamento, atesta a regularidade dos recolhimentos, não existindo débito em nome da empresa.

TCs 30610/026/03 e 10000/026/03 (cópia) – expedientes em que o Vereador Pedro de Alcântara Motta aponta a ocorrência de possíveis irregularidades na contratação, sem licitação, do Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT, a qual teria sido motivada pelo fato de a entidade estar ligada ao partido político do Prefeito Municipal.

A auditoria entende improcedente tal comunicado, uma vez que a contratação foi justificada com base no artigo 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93, que permite a dispensa de licitação para o presente caso, tendo, ainda, sido observadas todas as formalidades legais pertinentes.

TC 14895/026/01 - expediente em que o Secretário de Assuntos Federativos da Presidência da República, Dr. João Faustino Ferreira Neto, informa o recebimento, por aquela pasta, de

171
136
88

correspondência enviada pelo Senhor Jorge Luiz Juknevicius, apontando a ocorrência das seguintes ilegalidades cometidas pelo Executivo Municipal:

- instituição de obrigação para os servidores públicos municipais de contrair empréstimo junto ao Banco do Brasil em substituição ao 13º salário, ficando a Prefeitura como garantidora;
- aumento de remuneração do Prefeito, mesmo diante das dificuldades financeiras da comuna; e
- prestação, sem contrato, de serviços de coleta de lixo domiciliar, hospitalar e industrial, serviços estes não fiscalizados pela Prefeitura e sem acompanhamento da pesagem do lixo para fins de cobrança.

Analisando a matéria, a auditoria entendeu improcedentes as afirmações relativas ao contrato de empréstimo aos servidores, pois que a Prefeitura apenas procede ao desconto em folha de pagamento das parcelas devidas pelos funcionários à instituição financeira.

Constatou, também, que a remuneração do Prefeito foi fixada em legislatura anterior e os pagamentos estão de acordo com a lei municipal.

Em relação à coleta de lixo, verificou inexistir ilegalidade na pesagem dos materiais recebidos; no entanto, constatou que foram prestados serviços de adequação do aterro sanitário pela mesma empresa encarregada da coleta do lixo, serviços esses não previstos em contrato e realizados sem projeto previamente aprovado pelos órgãos estaduais competentes, sendo, portanto, procedente em parte o comunicado.

TCs. 31815/026/01 e 2448/007/01 - ofícios encaminhados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª região sobre reclamações trabalhistas movidas por ex-servidores, cujas sentenças declararam improcedentes as ações.

Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal (item 7)

- preenchimento incorreto do demonstrativo de restos a pagar;
- falta de informação relativa a serviços de terceiros no relatório de gestão fiscal.

Defesa: solicita que as falhas sejam relevadas, por serem formais.

Atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (item 8)

- falta de informação sobre os valores de serviços de terceiros no relatório da gestão fiscal.

Defesa: solicita que a falha seja relevada.

- concessão de subvenções sem lei específica, contrariando o artigo 26 da LRF.

172
197
38

Defesa: a Lei Municipal nº 4.427/00 autorizou a concessão de subvenções (doc. 06 do Anexo).

Aplicação no Ensino (item 9)

- inobservância do artigo 212 da Constituição Federal, tendo em vista a insuficiência de aplicação de recursos provenientes de impostos e transferências no ensino de um modo geral e no ensino fundamental.

Defesa: as despesas no montante de R\$ 1.960.959,40, embora tenham sido contabilizadas em elementos de despesa não vinculados ao ensino, foram destinadas a esse setor e não podem ser excluídas do câmputo geral. A Prefeitura também se opõe à exclusão dos valores inscritos em restos a pagar sem disponibilidade financeira, pois todas as despesas foram empenhadas em 2001 e liquidadas nos primeiros meses do exercício de 2002. Assim, com as inclusões desses valores, verifica-se o cumprimento das normas constitucionais em relação ao setor.

- repasses decendiais insuficientes.

Defesa: "como não há maiores esclarecimentos sobre quais seriam as irregularidades detectadas, fica prejudicada a apresentação de justificativas específicas. Pode-se adiantar, contudo, que todos os recursos foram devidamente repassados e aplicados no ensino".

Manifestando-se especificamente sobre os aspectos econômico-financeiros, Unidade de Economia de ATJ manifesta-se pela emissão de parecer favorável às presentes contas.

O Setor de Cálculos de ATJ, após análise dos autos, refez os cálculos elaborados pela auditoria, para neles incluir despesas que não haviam sido consideradas (fls. 94/95) e atestou que a Prefeitura Municipal de Jacaré aplicou o correspondente a **21,57%** da receita proveniente de impostos e transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, destinando **13,77%** ao ensino fundamental.

Diante da insuficiente aplicação de recursos no ensino de um modo geral e no fundamental, Unidade Jurídica de ATJ, com o endosso de sua Chefia, propõe emissão de parecer desfavorável às contas em exame, sem prejuízo de recomendações sobre as demais falhas.

De modo convergente foi o entendimento de SDG.

É o relatório.

Rcbnm.

Voto

TC-001932/026/00

Conquanto a Prefeitura de Jacareí tenha observado os mandamentos legais e constitucionais relativos aos gastos com pessoal (43,42%) e com saúde (22,59%) e apresentado resultado orçamentário superavitário, a insuficiência de recursos aplicados no ensino de um modo geral e no fundamental é falha crucial e compromete irremediavelmente as contas em apreço.

Consoante se verifica da análise procedida nos elementos que instruem o processado, o Executivo Municipal, no exercício em exame, não deu atendimento ao contido no artigo 212 da Constituição Federal, pois gastou com o setor educacional, excluídos os valores inscritos em "restos a pagar", sem cobertura financeira, e as despesas que não poderiam ser computadas para esse fim, apenas o equivalente a 21,57% da receita de impostos e transferências.

Também não observou o disposto no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, eis que o ensino fundamental foi contemplado com somente 13,77% daquelas receitas.

Outra grave irregularidade refere-se à realização de despesas com serviços de adequação de aterro sanitário não previstos em contrato e sem aprovação do órgão estadual competente, anotada pela auditoria no item 2.3.8 de seu relatório e mencionada no expediente TC-14895/026/01 (item 6), sobre as quais o responsável não apresentou nenhuma justificativa.

As demais falhas podem ser relevadas ante as justificativas apresentadas e a promessa de regularização, devendo, a auditoria, certificar-se a respeito das medidas saneadoras anunciadas.

Assim, voto pela emissão de **parecer desfavorável** à aprovação das contas do Prefeito do Município de Jacareí, relativas ao exercício de 2001, excetuados os atos eventualmente pendentes de apreciação por este Tribunal.

À margem do parecer, proponho que se oficie ao Chefe do Executivo, recomendando-lhe que:

174

138/138

- observe rigorosamente os preceitos contidos na Lei Federal nº. 8.666/93, quando realizar licitações e celebrar contratos; na Lei nº 4.320/64, especialmente no que concerne à elaboração do orçamento plurianual; e no artigo 320 do Código de Trânsito Nacional sobre a destinação dos recursos provenientes de multas de trânsito;
- incremente a cobrança dos créditos inscritos em dívida ativa;
- regularize seu quadro de pessoal, em face das disposições constitucionais concernentes à criação e provimento de cargos públicos;
- passe a cumprir as Instruções deste Tribunal, notadamente quanto à ordem cronológica de pagamento e remessa de documentação;
- atente para os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal; e
- cumpra o disposto no artigo 69, § 5º, da Lei Federal 9424/96, quanto aos repasses decendiais.

Outrossim, determino que a auditoria requirite a documentação necessária à formalização de autos próprios – exame de termos contratuais – para análise da contratação do Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT, devendo os expedientes TCs-30610/026/03 e 10000/026/03, acompanhar o processo a ser formalizado.


O expediente TC 14895/026/01 deverá retornar ao meu gabinete, arquivando-se os demais.

É o meu voto.

RELATOR-CONSELHEIRO Robson Moura

O RELATÓRIO JUNTADO CORRESPONDE AO
INTEIRO TEOR DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS
REFERENTES À SESSÃO DO DIA 19 / 07 / 03.

SDG-1, em 21 / 07 / 03


MARIA MARTINHO LACHINI
Taquígrafo de Controle Externo-Chefe

175
JAO/BB
Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (11) 3068-4700 fax 3068-4749
e-mail: manesco@manesco.com.br

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a estagiária de direito ANA PAULA HENRIQUE GUERRA, RG 33.692.592-X, a ter vista e extrair cópia dos autos dos processos em trâmite perante o Egrégio Tribunal de Contas.

São Paulo, 18 de julho de 2003.


EDUARDO AUGUSTO DE OLIVEIRA RAMIRES

OAB/SP 69.219



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º	176
Proc.	19321026/01
	<i>million</i>

JHJ
BB

Processo: TC- 1932/026/01

Nome: Ana Paula Henrique Guerra

RG/OAB: 33.692.592-X

Fone: 3068.4700

Nesta data obtive vista dos autos em epígrafe e retirei cópias de fls. 165/174 ,com recolhimento das custas apuradas.

São Paulo, 28 de agosto de 2003

Ass. _____

Ana Paula Guerra



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

fls. 177

42/88

PARECER

TC-001932/026/01 – Contas anuais.

Prefeitura Municipal: Jacareí.

Exercício: 2001.

Prefeito: Marco Aurélio de Souza.

Períodos: (1º-01-01- a 30-06-01), (07-07-01 a 12-10-01) e (26-10-01 a 31-12-01).

Substituto Legal: Maria Cristina de Paula Machado (Vice-Prefeita).

Períodos: (1º-07-01 a 06-07-01) e (13-10-01 a 25-10-01)

Advogados: José Roberto Manesco, Marcos Augusto Perez e outros.

Acompanham: TC-029621/026/01, TC-002448/007/01, TC-000390/007/02, TC-031815/026/01, TC-010000/026/03, TC-014895/026/01, TC-030610/026/01, TC-001932/126/01, TC-001932/226/01 e TC-001932/326/01.

Vistos, discutidos e relatados os autos.

Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Eduardo Bittencourt Carvalho, Presidente, e Edgard Camargo Rodrigues, a e. 1ª Câmara, em sessão de 19 de agosto de 2003, à vista do exposto no voto do Relator, juntado aos autos, decidiu emitir parecer desfavorável à aprovação das contas do Prefeito Municipal de Jacareí, exercício de 2001, exceção feita aos atos pendentes de apreciação por este Tribunal, com recomendações e formação de autos apartados, à margem do parecer, e determinações à auditoria competente da Casa, nos termos constantes do voto do Relator, juntado aos autos.

Determinou, por fim, a remessa do TC-014895/026/2001 ao Gabinete do Relator, bem como o arquivamento dos demais expedientes anexos.

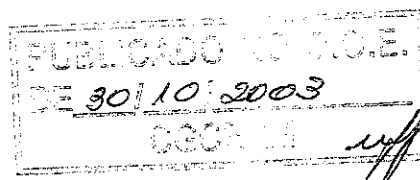
Na ocasião reconheceram-se definitivos os seguintes resultados contábeis: aplicação no ensino: 21,57%, ensino fundamental: 13,77%, aplicação na saúde: 22,59%, despesas com pessoal e reflexos: 43,42% e superávit orçamentário: 5,41%.

Publique-se.

São Paulo, 22 de outubro de 2003.

EDUARDO BITTENCOURT CARVALHO – Presidente

ROBSON MARINHO – Relator





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 178

Proc. TC. 1932/026/01

Milton

Processo: TC- 1932/026/01

Nome: Ana Luiza Simoni Paganini (43/44)

RG/OAB: 122.790-E

Fone: 3068.4700

Nesta data obtive vista dos autos em epígrafe e retirei cópias de fls. integral, don TC- 14895/026/01 , com o recolhimento das custas apuradas.

São Paulo, 20 de novembro de 2003

Ass. _____

José Roberto Manesco
Eduardo Augusto de Oliveira Ramires
Marcos Augusto Perez
Florian de Azevedo Marques Neto
Ane Elisa Perez
Tatiana Matiello Cymbalista

Licínio dos Santos Silva Filho
Cornélio Vieira de Moraes Júnior
José Aníbal Freitas Marques
Luís Justiniano de Arantes Fernandes
Luís Otávio Sigaud Furquim

Fábio Barbalho Leite
Maurício Moura Portugal Ribeiro

Magali Favaretto Prieto
Adriana Roldan Pinto de Lima
Adalberto Pimentel Diniz de Souza
Maria Célia Nogueira Moscati
Denise Nefussi
Pedro Sotero de Albuquerque
Mariana Pereira Cunha
Marco Antônio Rodrigues Jorge
Tácio Lacerda Gama
Rodrigo Françoço Martini
Eduardo Pannunzio
Maria Fernanda de Moura e Souza
Ana Claudia Lorenzetti Leme
Juliana Rodrigues Valle
Maira Barbosa Ribeiro
Rossana de Araújo Rocha
José Alexandre Ferreira Sanches

*Manesco, Ramires, Perez,
Azevedo Marques
Advocacia*

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

144/2003

1932/026/01 1379

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR ROBSON
MARINHO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE
SÃO PAULO**

TC 1932/026/01

Contas Anuais 2001

TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DE S. PAULO
1 DEZ 16 52 2003 032962
PROTOCOLO
102612003

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ
por seu advogado, vem, em atenção ao parecer de fls. , que considerou irregulares as contas anuais de 2001, apresentar PEDIDO DE REEXAME, nos termos do artigo 155 da Resolução n. 3/96 deste Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Após o regular exame das contas relativas ao exercício de 2001, a auditoria apontou diversas falhas que foram devidamente justificadas pelo ora interessado.

145
/ 20

FE-1932/026/0180

No entanto, apesar das devidas justificativas apresentadas, foi emitido parecer desfavorável à aprovação das contas de referido exercício.

Não obstante tal parecer tenha acatado todas as justificativas apresentadas, opinou pela não aprovação das aludidas contas por entender, em síntese, que a Municipalidade (i) não atingiu o percentual constitucional de gasto com o ensino e com o ensino fundamental e (ii) deixou de justificar os serviços de adequação do aterro sanitário prestados, de forma irregular.

No entanto o entendimento esposado no documento em tela merece reexame, na medida em que (i) baseando-se no parecer equivocado da fiscalização financeira, deixou de computar diversos valores gastos com educação no percentual calculado e (ii) não há qualquer irregularidade nos serviços de adequação de aterro em questão. Senão vejamos.

I. Dos valores aplicados na Educação

Conforme se verifica se verifica do parecer ora em análise, o parecer desfavorável à aprovação das contas de 2001 se deu, fundamentalmente, em função do percentual relativo aos gastos com a Educação no Município ter, atingido, segundo os cálculos deste Tribunal apenas 21,57% das receitas proveniente dos impostos.

F-1932/026/01 181

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

146/181

No entanto, tal cálculo desconsiderou grupos de despesas que de fato foram aplicadas na educação no ano de 2001.

Não obstante este Tribunal tenha excluído devidamente os grupos de despesas correspondentes às funções programáticas 12.362 e 12.363, os valores relativos aos grupos de despesas n.ºs. 3.1.90, 3.4.90 e 4.5.90, que totalizam o montante de R\$ 1.960.959,40 (um milhão novecentos e sessenta mil novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos), correspondem a gastos efetivamente aplicados na educação (ensino fundamental), tais como se pode aferir das notas fiscais e ordens de pagamentos referentes a tais valores anexadas ao presente acompanhadas do respectivo razão para cada grupo de despesa (docs. anexos).

Tais despesas foram excluídas do cálculo por este Tribunal em função de estarem erroneamente classificadas como sendo da subfunção 122 – Administração Geral, ao invés de 361 – Ensino Fundamental, tal como deveriam estar.

Trata-se de mero erro formal na classificação das despesas o que não impossibilita que as mesmas sejam reconhecidas como gastos relativos à Educação e consideradas para cálculo do percentual em questão. Tanto o é que se pode verificar que a partir do exercício de 2002 todas as despesas que em 2001 foram classificadas na aludida subfunção 122, desta vez o foram na correta subfunção 361 – Ensino Fundamental, conforme pode se comparar e constatar pelas cópias anexas do rol de dotações atribuídas à Secretaria de Educação nos anos de 2001 e 2002. (doc. 1)

JAT
/08

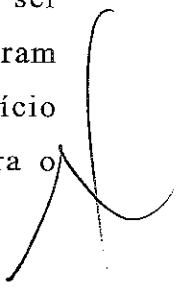
Deste modo, ao se considerar tais despesas como gastos com o ensino fundamental, tal como efetivamente ocorreu, verificar-se-á um acréscimo de 1,72% no percentual dos gastos aplicados na educação.

Não bastasse isso, devem ser considerados no presente cálculo o montante relativo aos restos a pagar que foram retirados do cálculo constante do parecer.

Ora, a principal razão da impossibilidade de manutenção do saldo equivalente ao montante de restos a pagar, no final do exercício de 2001, decorreu fundamentalmente da necessidade de se sanar pendências da gestão anterior. A regularização de despesas com pessoal, o pagamento de juros e negociação da dívida, bem como a recomposição dos recursos necessários, não permitiram que o exercício de 2001 fosse encerrado com a reserva exigida.

Não obstante, os valores em questão foram efetivamente pagos, tendo sido praticamente liquidado no primeiro semestre do exercício de 2002 (veja-se que este Tribunal ratificou o pagamento até 30.06.2002 de cerca de 75% do valor apontado conforme consta da fls 33).

Assim, o saldo contido nos restos a pagar devem ser considerados para o percentual gasto com a Educação uma vez que foram efetivamente liquidados e que são gastos que não se computam no exercício de 2002, porquanto gerados em 2001. Ou seja, se não considerados para o



exercício de 2001, serão gastos que deixarão de ser computados para fins de se verificar os gastos dessa Administração com a Educação.

Deste modo, considerando que o parecer deste Tribunal apontou uma insuficiência nas contas bancárias de R\$ 3.267.506,64 em 31.12.2001 e que a ATJ alterou o tal levantamento excluindo o valor de R\$ 506.858,22 correspondentes a recursos recebidos e, portanto, não passíveis de aplicação na educação, o valor relativo aos restos a pagar sem suficiência de saldo em conta vinculada passou a ser de R\$ 2.760.648,42, o que corresponde a um total de 2,41% de aplicação no ensino fundamental.

Assim, se considerados os valores acima indicados como parte dos gastos do Município com educação no ano de 2001, tal como efetivamente ocorreu, verificar-se há que a Municipalidade atingiu os percentuais constitucionais, sendo os seguintes índices relativos à aplicação dos recursos no ensino:

Ensino Infantil/Especial	7,80%
Ensino Fundamental	17,90%
Total aplicado no ensino	25,70%

Em sendo assim, requer desde já sejam tais valores reconsiderados no cálculo do percentual de aplicação no ensino, tendo em vista que efetivamente corresponderam aos gastos realizados com educação

no Município no exercício de 2001, emitindo-se, assim parecer favorável à aprovação das contas municipais.

II. Dos esforços para o atingimento do aludido percentual constitucional

De outro lado, veja-se que, ainda que não houvesse este dispêndio, o que somente se admite para argumentar, no ano de 2000, este Tribunal manifestou que apenas foi aplicado na educação 21,56% das receitas provenientes e impostos, o que gerou dificuldades para a nova gestão municipal, no ano de 2001, elevar tal índice na medida que a aplicação de maiores recursos dependem da ampliação da rede de ensino, o que não se realiza a curto prazo.

Assim, não obstante no ano de 2001, tenham sido aplicados 25,70% das receitas provenientes de impostos na educação, sendo 17,90% no ensino fundamental, há que se reconhecer que tais índices foram conseguidos diante de elevados esforços por parte do Prefeito, na medida em que com a histórica insuficiência de rede de ensino que demande tais aplicações, o atingimento do percentual constitucional só restou possível diante de muitas dificuldades.

Deste modo, ainda que não se entenda que o percentual aplicado na educação foi o de 25,70%, o que apenas se admite para argumentar, requer seja ressaltado no parecer em comento os esforços feitos por esta Administração para aplicar maiores recursos na Educação em seu primeiro ano de mandato, após gestão em que o setor historicamente não

vinha atingindo o percentual constitucional, de modo a não recomendar a aplicação das sanções por ato de improbidade do Sr. Prefeito Municipal.

III. Dos serviços de adequação de aterro não previstos em contrato

Apontou o parecer em referencia que há grave irregularidade quanto à realização de despesas com serviços de adequação de aterro sanitário não previstos em contrato e sem aprovação do órgão estadual competente, o que foi objeto do TC 14895/026/01.

Contudo, a mera verificação dos documentos juntados no procedimento TC 14895/026/01 dão conta de informar que eventual ampliação do objeto contratual em questão não é de responsabilidade da atual administração do Município de Jacareí e tampouco deveriam constar das contas relativas ao exercício de 2001.

Ora, conforme se infere dos documentos de fls. 19 a 22 do TC 14895/026/01 as obras e serviços emergenciais para a adequação do aterro sanitário foram solicitadas pelo então Secretário de Serviços Municipais em junho de 2000 e foram realizadas naquele mesmo ano. Tanto assim que o próprio contrato administrativo dentro do qual foram realizadas referidas obras (Contrato 115/94) vigorou apenas até outubro de 2000.

Deste modo, resta patente que se houve alguma irregularidade na contratação em comento, esta se deu sob à antiga gestão municipal, durante o ano de 2000.

Não pode tal questão ser analisada juntamente com as contas de 2001 e tampouco imputar-se qualquer responsabilidade ao atual Prefeito por atos anteriores à sua gestão.

Por mais esse motivo, o parecer merece reexame para recomendar a aprovação das contas do ano de 2001.

IV. Conclusão e Pedido

Diante de todo o exposto verifica-se que, fazendo-se as correções nas contas para incluir os valores supra referidos, o Executivo Municipal atendeu perfeitamente o percentual constitucional para aplicação no ensino e no ensino fundamental.

Mesmo que assim não fosse, o que mais uma vez admite-se para argumentar, há que se reconhecer o esforço exercido pelo executivo municipal para elevar tal percentual ante todas as dificuldades para fazê-lo tendo em vista que o não atingimento de tais índices é histórico no Município de Jacareí sendo necessária a realização de grandes esforços e investimentos para ampliar a rede de ensino para que se conseguisse alcançar o contido no artigo 212 da Constituição Federal.

Além disso, as irregularidades apontadas quanto as obras de adequação em aterro sanitário datam do ano de 2000, sendo anteriores à presente gestão municipal e não podendo, deste modo, integrar a análise das contas do ano de 2001, objeto do presente procedimento.

Manesco, Ramires, Perez,
15-1932/026/0
Advocacia

Av. Paulista, 1274 21º andar
01310-100 São Paulo SP
Tel. (011) 3068-4700 fax 3068-4749
www.manesco.com.br

Requer, deste modo, seja provido o presente pedido de reexame, reconsiderando as irregularidades apontadas no parecer em comento e emitindo-se novo parecer favorável à apuração das contas de 2001 do Município de Jacareí.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo, 28 de novembro de 2003.



MARCOS AUGUSTO PEREZ

OAB/SP 100.075

NOTA DE LIQUIDACAO ORCAMENTARIA

103/BB

Empenho: 01144

Processo: D00313

Fornecedor: 06420 MARFVALE COM. REFR. MOVEIS ESCRITORIO LTDA

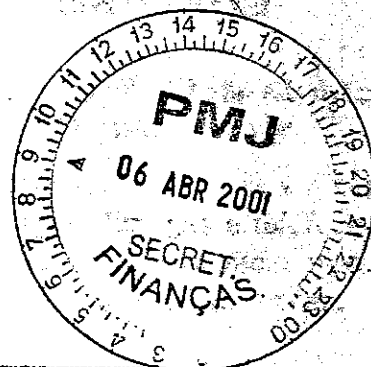
Data Liquidacao: 05/04/2001

Responsavel: S.M.E.

Documento Fiscal: NOTA FISCAL 0000003751

Data da Exigibilidade..: 25/04/2001

Fonte de Recurso.....: ORDINARIO



Saldo do Empenho nao Processado:

249,00

Valor da Liquidacao:

249,00

Saldo Atual do Empenho a Processar:

0,00

EMITENTE

ORDENADOR DA DESPESA

JOSE AUGUSTO PEREIRA CAMPOS
CHEFE DE DIVISAO DE CONTABILIDADE
CRC 157108977/0-8

SILVIO DE OLIVEIRA SERRANO
SECRETARIO DE FINANÇAS
377.135.928-04

Arquivo
Assinatura

Prefeitura Municipal de Jacareí

ORDEN DE PAGAMENTO

No. 01958

Pag. 1/1

95/08

Pague-se a : MARFVALE COM. REPR. MOVEIS ESCRITORIO LTDA - 06420
C/C : Banco 0033 Ag. 000190 C/C 0048.000103-6

A quantia de : R\$ 249,00

Duzentos e Quarenta e Nove Reais *****

Vencimento : 25/04/2001

Proveniente de : AQUISICAO DE ROUPEIRO CONF. N.F. 3751

Fonte : 00001 ORDINARIO

C/C Adm.: Banco 0033 Ag. 000190 C/C 0045-000004-3 CHEQUE N.068579
Tipo CM Descricao BANESPA - C/MOVIMENTO 0073

Nota de	Orgao/Unid.	Nat.Despesa	Programa de Trabalho	Valor
01144	11.01.00	4.5.90.52.00	12.122.0402 1.001	249.00

25 ABR 2001

Responsavel

Ordenador

ALEX SANDRA GOMES DESENDO DA SILVA
CHEFE DIV. TESOURARIA
159.418.138-13

SILVIO DE OLIVEIRA SERRANO
SECRETARIO DE FINANÇAS
377.185.928-04

EMISSAO
24/04/2001

Recebi(emos) a importancia deste documento de pagamento

Tesouraria

Nome: _____ Rg: _____

Doc. de Despesa

Endereco: _____

No. _____

Pagamento efetuado em : _____

Assinatura do Interessado

Chefe da Tesouraria

DATA 08/03/2001

SOLICITACAO DE EMPENHAMENTO

PAG. 196

REQUISICAO Nº DE SOLICITADA	MODALIDADE	DATA ESTACAO	DESCRICAO OBJETO	VALOR DESTINO	HOMOLOGACAO ADJUDICACAO
	Fornecedor : 06420	08/03/2001	MARFVALE COM. REPR. MOVEIS ESCRITORIO L		Nº DE EMPENHO
	Despesa : 00060	4.5.90.00. 12 127 0402 1001	Organ : 11.01.00	BANINFE DO SECRETARIO E DEPENDENCIAS	
	Elemento : 4.5.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
	Processo : 000313 /2001	Finalidade objeto	ADQUISICAO DE MOVEIS DE ESCRITORIO		
	Fonte : 00001	ORDINARIO			
	Fundo :				

00000001141:COMPRA DIRETA 00313: 08/03/2001 : ARMARIO DE ACO COM 08 PORTAS

249,00

1.--- UN

001646 2001:

IS.M.F. - SFACA

Para alojamento.

Reserva : 00000000512

Total do Empenho :

249,00

Total dos Empenhos :

249,00

Kátia Stefani Oliveira
Diretora do DMPM
Secretaria de Administração

Luiz Carlos Cividanes 9/3
Diretor de Planejamento
Socio-Econômico
DIRETOR DO DEPT. DE SOCIO ECONOMICO

ATENCAO : AVISO A CONTABILIDADE!!!

A presente SOLICITACAO DE NOTA DE EMPENHO requer verificacao se existem cotacoes com caso de CONTRATO DE VIGENCIA PLURIANUAL. Assim sendo, a despesa devera ser apropriada pelo CRONograma-FISICO/FINANCEIRO. A nota de empenho devera refletir exclusivamente a despesa do exercicio financeiro em curso. O saldo devera onerar dotacao do orcamento seguinte (PRINCIPIO DO SERVICO FEITO).

Assinatura

Prefeitura Municipal de Jacarei

NOTA DE EMPENHO

594/00

Fornecedor

Codigo

MARFVALE COM. REPR. MOVEIS ESCRITORIO LTDA

06420

Descricao

Data

Processo

Empenho

AQUISICAO DE MOVEIS DE ESCRITORIO

12/03/2001

D00313-2001

01144

Tipo

ORDINARIO

Fonte

00001 ORDINARIO

Classificacao

Institucional

Natureza da Despesa

Programa de Trabalho

Orgao: 11

Unidade Orcamentaria ..: 01

Unidade de Despesa: 00

4.5.90.52.00

12 122 0402 1 001

Dotacao: 30.000,00

Saldo Anterior: 27.964,00

Esta Nota: 249,00

Saldo da Dotacao: 27.715,00

EMITENTE

ORDENADOR DA DESPESA

JOSE AUGUSTO PEREIRA CAMPOS
CHEFE DE DIVISAO DE CONTABILIDADE
CRC MSP108977/O-8

SILVIO DE OLIVEIRA SERRANO
SECRETARIO DE FINANÇAS
377.185.928-04
Eduardo Rogério da Silva
Diretor de Finanças

000001

000000

①

Prefeitura Municipal de Jacareí
Informativo de liquidação para a contabilidade
de 29/03/2001 ate 29/03/2001

DATA 29/03/2001

PARTIDA 1

CONDICAO PARTID

DATA	MATERIAL	UN	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL	COTACAO	PROCESSO	NOTA FISCAL	FORNECEDOR
------	----------	----	------------	----------------	-------------	---------	----------	-------------	------------

29/03/2001	065.00004.0004-01 ARMARIO DE ADO COM 08 PORTAS	UN	1,000	249,00	249,00	001046 2001	000313 2001	NP-0000003751	00420 MARFVALE COM. REPR. NOVETA ESER 2H DPL
	RESPONSAVEL: CRIS			1,000 VL.TOTAL	249,00				

SUBTOTAL 249,00

TOTAL GERAL 249,00

0003 Movimentacoes Mostradas.

Divisão de Patrimônio
Registro Livro 48417
No. do BP 32.103.120
Data 29/03/2001
Visto [assinatura]

fund

19321026101233

198/88

Prefeitura Municipal de Jacarei

ORDEM DE PAGAMENTO

Numero : 3207 / 2001

Pague-se a 063392 - COMERCIO DE ROUPAS ROSA & ROSA LTDA ME

C/C : Banco :
Agencia :
C/C :

A quantia de : R\$ 1.636,00
(UM MIL E SEISCENTOS E TRINTA E SEIS REAIS)
Vencimento : 05/07/2001

Fonte : Ordinario

Nota de Empenho	Orgao/ Unidade.	Natureza da Despesa	Programa de Trabalho	Valor
3081 / 2001	11.001	004.5.90.00	12 122 0402 1 001	1.636,00
Valor liquido da Ordem :				1.636,00

Ordenador :

Alex Sandra R. Silva
Chefe Div. Tesouraria
159.418.138-13

Eduardo R. Silva
Diretor Financas
CORECON : 26.657-4SP

Silvio O. Serrano
Secretario Financas
CORECON : 16.626-1SP

RECEBI (EMOS) A IMPORTANCIA

Emissao : 13/06/2001

DESTE DOCUMENTO DE PAGAMENTO :
NOME
ENDERECO :
RG :

TESOURARIA
DOCUMENTO DE DESPESA
Numero :

Data Pagto

INTERESSADO

CHEFE DIV. TESOURARIA

170 JUL 2001

Arquivo
Reservado



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
7ª Promotoria de Justiça Cível de Jacareí

200
BB

TERMO DE ENCERRAMENTO

Em 1º de fevereiro de 2006, procedo ao encerramento do 1º volume deste feito (P.P.I.C. 128/2005 – CIDADANIA), à fl. 200. Jacareí, data supra. Eu, BB Bianca Rodrigues Barone da Silva, Oficiala de Promotoria, digitei e subscrevi.